UTOPIA
utopia
N.º 17/2004

Utopia

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA
E INTERVENÇÃO

17

5,00 Euros
(isento de IVA)

DIRECTOR
Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL
Alice Bonilha,Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil, José Luis Félix, J. M. Carvalho Ferreira, Ilídio Santos, Manuel de Sousa.

COLABORADORES
Alberto Hermano, Antoni Castells, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer, Edson Passeti, Eugénia Gomes, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge Silva, José Janela, José Tavares, Luciano Lanza, Luís Chambel, Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA
José Maria Quadros

CONTRA-CAPA
Manuel de Seabra
"Social-democracia"

ARRANJO GRÁFICO
Alice Bonilha

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida
Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537-1113
Lisboa Codex - Portugal
e-mail: culturalavida@sapo.pt

INTERNET
http://www.utopia.pt

Sumário

EDITORIAL

De entre a miríade de situações, acontecidas ou virtuais, que vão compondo a actualidade do mundo em que vivemos – e que, inevitavelmente, vão fazendo parte da nossa própria vida - neste início de 2004, não queremos deixar de assinalar a edição em língua portuguesa, finalmente!, de *O Único e a Sua Propriedade*, de Max Stirner, de que, páginas adiante, damos conta numa breve nota de leitura.

Será um *acontecimento menor*, em termos mediáticos e de envolvimento de massas, poderá ser considerado quase irrelevante, se tivermos em conta o seu cruzamento com tantas trajectórias individuais tocadas por tragédias, por esperanças ou, tanto e apenas, mobilizadas pela sobrevivência quotidiana. Mas traz-nos, seguramente, ferramentas importantíssimas para lidarmos com estes tempos incertos e aparentemente desesperançados.

Nesse livro, Stirner não tem dúvidas sobre as ilusões e armadilhas de muitos dos seus contemporâneos, e prevê tantas outras que se irão seguir nas décadas posteriores: *o facto de as revoluções se tornarem reaccionárias diz muito sobre a própria natureza dessas revoluções.*

Neste mês de Abril, e nos próximos que se seguirão, muitas celebrações haverá da "revolução à portuguesa", que os 30 anos do 25 de Abril, número redondo, a tal se prestam. Mas também os tempos que vão correndo a isso ajudam: quando não parece haver muito futuro, muita gente tenta recordar passados possíveis. É uma grande máquina de viajar no tempo, o calendário.

Também nós, aqui, nos não escusamos a fazer a viagem. Sem ilusões sobre essa, já longe, revolução doméstica (o tempo encarregou-se, mais uma vez, de mostrar aos distraídos a razão de Stirner), não fechamos os olhos nem a cabeça a esses anos 70 e a estas últimas décadas das nossas vidas. Encantamentos e embalos revolucionários à parte, a experiência que muitos de nós – mais jovens ou menos jovens – viveram nesses tempos, de estabelecimento de relações cooperativas e mais solidárias, de autogestão do trabalho, de revelação dos corpos, de explosão e circulação de palavras, ideias e expressões criativas, de afirmações de autonomia individual, foi determinante para a consolidação ou a descoberta das perspectivas libertárias e das ideias anarquistas, clandestinas por cá ou vividas nas experiências europeias e sul-americanas dos anos 60 e 70 .

Grande parte deste número da Utopia é dedicado, assim, ao 25 de Abril, menos ao golpe militar que nessa data ocorreu, mais aos tempos que nessa

altura se viveram e experimentaram. Os trinta anos decorridos, e a história do que, nem que seja por facilidade, se pode chamar o movimento libertário português, é objecto de dois artigos. Neles se abordam percursos, diversidades e contradições desse movimento. E do seu estado actual, neste início de novo século de futuro ainda tão indeciso.

As experiências de autodeterminação da própria vida, que então tiveram lugar e que constituem o lado mais rico da revolução de Abril, até pelo que tiveram de "desviante", de imprevisto e de incontrolado em relação à ascensão e consolidação dos novos poderes e ao sossego e à abulia esperados e costumeiros do "bom povo português", constituem outra peça de fôlego nesta rememoração desses tempos.

Este fragmentário e parcial dossiê completa-se com alguns depoimentos pessoais, testemunhos vivenciais do que se sentiu e reflectiu nessa época e da eclosão ou consolidação de um entendimento libertário do mundo. Na sua diversidade, mesmo nas suas contradições, espelha-se grande parte do que tem sido o percurso das ideias libertárias entre nós, que não vivem fora dos indivíduos concretos que lhes dão corpo e aplicação. Mesmo quando aqui na Utopia alguns de nós não se reconhecem nem se identificam com o modo como *ser libertário* é testemunhado nalguns desses depoimentos, onde ainda se corre atrás da tal *revolução pura*, que seria a melhor receita para toda a gente.

Enrico Baj

Parecem hoje ainda mais distantes e ilusórios esses tempos de experiência e aprendizagem de novas formas de viver, mais humanas, naturais e solidárias (quantos "radicais revolucionários" de então, de punho cerrado e bandeira vermelha na mão, compõem hoje as tribunas do poder, ministros, secretátios de estado, deputados, altos dirigentes partidários, gestores públicos; pode começar-se logo por Durão Barroso e seu excelentíssimo governo...).

Mesmo os grandes símbolos de então – por mais redutores e manipulados que os possamos considerar nas análises distanciadas – vão sendo desagregados e eliminados da história quotidiana. A Lisnave, agora a Sorefame (seja qual for o seu nome actual de uma multinacional qualquer), as cooperativas agrícolas, enfim, a maior parte das empresas cujos trabalhadores sustentaram algumas das lutas mais radicais nos anos de 74-76 têm sido sistematicamente desmanteladas, pelos processos globais de reestruturação do capital, representando o fim de uma época de grande concentração de assalariados capazes de assumirem lutas radicais contra o capitalismo, se não, mesmo, o fim das condições anteriores onde se desenvolvia a *formação de classe*, substituída, em ritmo acelerado, pelo paradoxo de uma *massa de indivíduos,* anónimos e atomizados. No seu lugar fica, cada vez mais, o desemprego, o trabalho precário, a sujeição a condições de prepotência e exploração tantas vezes mais agudas e selvagens do que antes do 25 de Abril.

A falência e a desorientação das formas de organização dos trabalhadores, nas suas burocracias sindicais encurraladas entre serem parceiros na gestão da "crise" e o regateio que permita salvar alguns restos dos "direitos adquiridos" (andando, assim, sempre um passo atrás em relação à eficaz e sistemática demolição do edifício desses direitos, tarefa a que o actual governo português se tem dedicado com grande devoção), e a limitação e o enviesamento da própria ideologia do trabalho na formação da identidade individual estiveram, ainda recentemente, bem patentes em mais um estéril congresso da CGTP, em Janeiro deste ano. Ainda que a percepção de tal estado das coisas não seja alheia aos próprios dirigentes sindicais, como se pode constatar na entrevista de Carvalho da Silva à revista *Manifesto* de Dezembro de 2003.

O Estado actual, nos países de capitalismo avançado, além de criar as condições políticas necessárias à fragmentação e diluição das formas e dos centros da sua possível contestação, tornou-se perito na manipulação da informação – aliando exemplarmente instrumentos de alienação de massas, o controle de fontes e de canais de divulgação e a criação de cortinas de fumo e jogos de espelhos – erguendo novos fantasmas e agitando terrores antigos. Com isso, consegue também o reforço das condições ideológicas para o seu próprio fortalecimento, fazendo passar, cada vez mais, a ideia de que a actual forma de estruturação política e de organização económica é não apenas

inevitável como o único e indiscutível resultado do desenvolvimento histórico da sociedade, procurando encontrar uma nova legitimidade moral para a sua existência, mesmo perante a cada vez maior evidência do fracasso dos seus mecanismos formais de legitimação social (democracia representativa, sistemas de previdência e protecção, promoção da equidade social, universalidade de direitos e oportunidades, etc.).

Mas, pelo sim pelo não, não descura a reorganização e fortalecimento dos seus instrumentos de repressão e controle social (exércitos, polícias, serviços de informações, cada vez mais uma e a mesma coisa), aproveitando ao máximo as oportunidades que o desespero e o vazio de valores proporcionam, através da barbárie terrorista e do fundamentalismo religioso ou nacionalista para onde são empurrados cada vez mais povos e indivíduos.

Os recentes atentados em Madrid, com a brutalidade chocante do seu fanatismo e da instrumentalização cega de vidas humanas, são um exemplo extremo das tensões e contradições do nosso tempo, mas não deixam de ser, afinal, apenas mais um episódio "lamentável" neste processo de consolidação de um Estado mundial, simultaneamente garante e intérprete dos principais interesses do capitalismo global. No número 13 da Utopia abordamos, com maior desenvolvimento, a questão das práticas violentas de resistência e acção, mas neste número não poderíamos passar indiferentes aos acontecimentos do 11 de Março madrileno, com um artigo onde se sobreleva o carácter essencialmente autoritário destas práticas terroristas, e *por isso* intrinsecamente ligadas ao próprio terrorismo de Estado.

No resto do número, algumas notas actuais ou de reflexão sobre o estado das relações sociais contraditórias e das tentativas de se encontrarem caminhos para uma melhor vida quotidiana, além das habituais notas de leitura e de registo de publicações recebidas. E espaço, ainda, para a despedida de mais um velho companheiro que fez parte da vida de tantos de nós, o Abílio Gonçalves.

E a recordação de que, como dizia um poeta, o caminho faz-se caminhando.

Enrico Baj.

Avesso do Avesso

A beleza da pureza. A Câmara de Lisboa do dr. Santana Lopes lá vai deslizando alegremente, de *gaffe* em barracada, de bronca em mais um equívoco. Já andaram à procura de crianças para irem com a mcdonald's ao campeonato europeu do chuto, mas tinham que ser exemplares perfeitinhos e sem defeito, que crianças deficientes podem ficar mal na televisão e ser má publicidade. Agora criaram um "plano de prevenção e inclusão de toxicodependentes e sem abrigo", onde se afirma que um dos factores de "tensão social urbana e de marginalização" é "a miscigenação cultural crescente" na cidade! Pois é, depois dos *deficientes* temos agora os imigrantes, os estrangeiros, enfim, os *pretos*, ainda por cima em misturada, não só entre eles mas até com as *pessoas*. Depois há sempre uns esclarecimentos, a coisa não é bem assim, houve um lamentável lapso, etc. e tal. A gente sabe que há problemas de alfabetização básica que nunca foram bem resolvidos, mas também sabe que há lapsos que são bem reveladores: ah!, como seria bela Lisboa, só com criaturas lindas, loirinhas e ginasticadas e a sorrirem para o senhor doutor...

Este ainda acaba a dizer que é anarca. Já andou encadeado com o "sol na Terra", já bateu palmas a Fidel com todas as mãos, já disse barbaridades acerca da barbárie israel–palestina, já recuperou a fé na humanidade quando lhe deram o nobel. Agora, Saramago descobriu a grande arma revolucionária e democrática do voto em branco (e até quer registar a patente...); até já diz que o poder é corrupto – todo o poder – e que a democracia está moribunda. Será a sageza da idade? Já dizia o outro, aprender, aprender, aprender sempre; mais meio século e temos homem! Entretanto, lá vai outra vez nas listas eleitorais do PCP, para a Europa. Em 12° lugar, se não nos enganamos. Os outros lugares estão todos em branco.

O nado e o adquirido. O assunto já foi bastante falado, mas ainda se justifica um registo. Luis Villas-Boas, filho de pai bastante macho e de mãe bastante fêmea, é o presidente da Comissão de Acompanhamento da Lei da Adopção e tem ideias bastante claras sobre o assunto: mais vale a uma criança passar toda a vida numa instituição ou em famílias de acolhimento do que ter "a infelicidade de ser educada por homossexuais", até porque a criança educada em ambiente homossexual tenderá a "interiorizar atitudes, aprendizagens, reacções do ambiente onde está". Assim sendo, nunca deverá ser permitida a adopção de crianças por homossexuais, porque isso iria interferir com a sua "sexualidade natural" (!!!). Para lá do mistério permanecer – então como raio é que existem homossexuais, se só podem ser filhos de heterossexuais, ou a lógica é uma batata – comoveu-nos a preocupação do senhor com a felicidade das criancinhas. Até porque, como se viu na Casa Pia, as instituições não têm sexo. Mas não está só, o cavalheiro: em sondagem divulgada pelo *Público* (8 Março 2004), 58% dos portugueses também acham que casais homossexuais devem ser impedidos de adoptar crianças; não vá acabar a Raça!

Organizem-se, miseráveis! Em Portugal existem, segundo os dados disponíveis, pelos menos 200 mil pessoas a passar fome. Estamos a falar das situações de carência mais extrema – de fome – ao que se poderia somar o número bem maior de marginalizados, de pobres, de pessoas arredadas dos efectivos direitos de cidadania plena. Mas a culpa é dos próprios, claro. Não só assim pensam os portugueses, que acham que os pobres são pobres sobretudo por preguiça – oh, a mãe de todos os vícios! – assim revela uma sondagem do Expresso, como do mesmo modo pensa o Ministério da Segurança Social, que diz que se tivessem números sobre a fome em Portugal as pessoas já não passariam fome, porque então já poderiam ser localizadas e alimentadas. É mesmo preguiça e vontade de ser pobre! Organizem-se, miseráveis, vão para a bicha, tirem a senha, identifiquem-se, digam o número, caramba!

Obrigado pelo aviso. Caros jovens, depois não digam que não sabiam. Lançados na caça ao mancebo, agora que a tropa vai passar a ser profissional, os militares vão instalar postos de recrutamento – presume-se que não coercivo – em locais onde lhes cheira que os potenciais mancebos podem ser encontrados em magote. Até já re-

velaram alguns (mas cuidado, pode haver outros, já se sabe que as operações militares gostam de secretismo): no rock in rio, na volta a Portugal em bicicleta, na final da taça em futebol. Já agora, também publicamos a "lista de incentivos" para os futuros recrutas, pode ser que algum jovem leitor vislumbre aqui o seu futuro: ordenado de quase cem contos, maior facilidade de acesso ao ensino superior, bolsa de estudo, acesso directo à GNR (a viagem para o Iraque é opcional). Ah, pormenor a não esquecer: novas fardas, desenhadas por um "estilista português" (presume-se que se fosse por um malandro de um espanhol poderiam ter um alvo desenhado mesmo no meio do peito). Só faltou saber se as armas também passarão a fazer uns barulhos mais giros, com toques a descarregar da internet...

O revolucionário reformista. A revista Política Operária foi ao México. Não! Não! Não foi em turismo, aproveitando as promoções da TAP ou de outra qualquer transportadora aérea! Foi a Chiapas, vejam só!!! Numa visita militante para ver como as coisas corriam por lá. Porque nisto de revolução quem dita leis é a PO. Mas veio de lá desiludida... Então não é que os Zapatistas não acreditam em vanguardas, quaisquer que estas sejam???... Não é possível!!!... Que será feito da boa e velha teoria marxista-leninista, que tantos sucessos conseguiu ter? E então não é que os Zapatistas criticam a teoria do "foquismo revolucionário"???... Como é que se vão vender as T-shirts tão na moda com a célebre fotografia do Che roubada ao Korda? Mas a PO descobriu mais e muito pior... Então não é que os Zapatistas acreditam que uma sociedade mais livre tem de ser construída a partir das comunidades locais, sem imposições de planos quinquenais ou de directivas governamentais???... E então não é que os intelectuais urbanos que se juntaram ao movimento até aceitaram partilhar a sua cultura com a cultura índia local numa saudável miscigenação???... Que atrevimento! Que traição! Decididamente, estes Zapatistas são uns reformistas. PO *dixit*!

Enrico Baj

Trinta anos depois - que futuro para o anarquismo?

JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA e
MÁRIO RUI PINTO

Passados 30 anos sobre o 25 de Abril de 1974, é desejável, no nosso entendimento, que iniciemos uma reflexão sobre a situação do anarquismo em Portugal. É uma tarefa ciclópica, mas não impossível de realizar. Velhos e novos, mulheres e homens que abraçaram esse ideal, necessitam desta reflexão.

Interessa, assim, equacionar o que resta de todos os sonhos, ilusões e utopias que foram sendo imaginados, e até um pouco concretizados, durante os anos de maior agitação e convulsão social, política, económica e cultural. Para articular o passado e o presente, ainda que muito sumariamente, parece-nos inquestionável compreender a nossa trajectória histórica no espaço-tempo português, por forma a que possamos solidificar a nossa memória colectiva e, logicamente, construir a nossa identidade colectiva. Daqui surge, naturalmente, a interrogação: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos? E passados 30 anos, surge a pergunta: qual é o futuro do "anarquismo português", perante os novos desenvolvimentos e desafios de uma sociedade capitalista, cada vez mais complexa e abstracta, face às contingências da globalização e das tecnologias de informação e de comunicação?

Para responder às diferentes problemáticas já enunciadas, em primeiro lugar teremos que analisar as características espontâneas e organizacionais que o anarquismo assumiu aquando da queda do regime fascista no dia 25 de Abril de 1974, e nomeadamente nos acontecimentos posteriores a esse dia e que tiveram o seu epílogo em 25 de Novembro de 1975. De seguida, revela-se pertinente perceber a evolução do anarquismo na sociedade portuguesa, desde esta data até aos nossos dias. Neste domínio, há que explicitar as suas características em termos teóricos, ideológicos e práticos. Finalmente, face ao nosso presente, é chegado o momento de verificar quais são as nossas probabilidades de caminharmos no sentido da anarquia, recorrendo para o efeito à diversidade de anarquismos que tentam enfrentar os

desafios e os problemas inerentes à extinção do Estado e do capitalismo nas sociedades contemporâneas.

1. Quando o espontaneísmo e a informalidade contrariavam os desígnios do Estado, do capital, dos partidos e sindicatos

Muitas análises e comemorações já foram realizadas com base na memória e simbolismo personificado pelo 25 de Abril de 1974. O conteúdo ideológico ou teleológico da grande maioria dessas comemorações e análises são de carácter religioso ou saudosista, para não dizer fantasmático. Por essa razão, omitem ou deturpam o carácter espontâneo e radical da acção individual e colectiva, cujas incidências práticas e teóricas se orientavam no sentido de genuínas transformações económicas, sociais, políticas e culturais e, em parte, decorriam de objectivos cònducentes à emancipação social.

Na sua génese e tradução empírica, a "revolução" levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) tinha e teve uma função crucial: reformar o Estado e o capital e, por essa via, instaurar o modelo de democracia representativa deduzida do modelo ocidental e solucionar o problema da guerra colonial. Por vicissitudes e contingências próprias à ditadura de Salazar e Caetano e à persistência histórica de modelos contrastantes de sociedade polarizados à volta do capitalismo e do socialismo de tipo soviético, após a ocorrência do 25 de Abril de 1974 em Portugal, os constrangimentos repressivos e ideológicos do regime deposto implodiram.

Em situações semelhantes, politólogos e o MFA, na sua fase embrionária, pensavam que as mudanças poderiam ser desenvolvidas com base no carácter prescritivo da autoridade hierárquica formal e no valor simbólico das instituições estatais e da democracia representativa burguesa. Não foi isso que aconteceu. Na verdade, ao destapar-se a tampa da "panela de pressão" que integrava uma infinidade de contradições e conflitos do antigo regime, o poder emergente configurado na Junta de Salvação Nacional revelou-se incapaz de institucionalizar as reivindicações de natureza económica, política e sindical. Por outro lado, demonstrou-se impotente para controlar uma diversidade inaudita de manifestações, greves e petições que, entretanto, irromperam espontaneamente por todo o país, com especial incidência nos grandes centros urbanos, no Alentejo e em países colonizados por Portugal que que aspiravam à independência.

Perante o vazio institucional e ideológico provocado pela queda do antigo regime, não admira que o espectro ideológico, partidário e sindical fosse quase plenamente preenchido pelas opções estratégicas e tácticas da esquerda e da extrema-esquerda. A fuga e o medo apoderaram-se das mentes e das acções dos defensores do antigo regime, tal como das ideologias partidárias e sindicais mais próximas da direita conservadora. O exemplo emblemático do congresso organizado pelo Centro Democrático Social no Porto, no ano de 1975, é demonstrativo do ambiente partidário e sindical hostil que entretanto se vivia em Portugal. De facto, grande parte dos dirigentes desse partido e da democracia cristã europeia não foram "linchados" na praça pública por militantes de alguns partidos de extrema esquerda, porque uma parte da facção conservadora do MFA teve uma intervenção atempada no sentido inverso.

Neste contexto, emergiam lutas nas fábricas com um carácter autonómico e espontâneo. Formaram-se comissões de trabalhadores e de moradores com base em pressupos-

tos autogestionários e radicais. Por outro lado, iniciou-se a ocupação de terras com base na formação de cooperativas autogestionadas pelos próprios trabalhadores.

Em simultâneo, nesse mesmo contexto, os partidos e sindicatos em correlação estreita com o poder estratégico da força das armas e do espectro ideológico maioritário do MFA foram assenhoreando-se das rédeas do poder de Estado e da governação do país. Importa sobremaneira salientar que embora o Partido Socialista e o Partido Popular Democrata da altura tivessem alguma influência, em termos mais a força da agitação, da manipulação ideológica e da acção individual e colectiva eram protagonizadas maioritariamente pelo Partido Comunista Português e pelos diferentes grupos esquerdistas (marxistas-leninistas, maoístas, trotskystas, guevaristas, castristas, etc.).

Em função desta breve descrição contextual, é chegado o momento de interrogarmo-nos: qual foi o papel do anarquismo e dos anarquistas neste período que vai de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975?

Para nós as respostas não são simples nem lineares. É verdade que na gigantesca manifestação, realizada em Lisboa, no dia 1.º de Maio de 1974, foram vistas algumas bandeiras pretas e vermelhas na cauda dessa manifestação, simbolizando organizações anarco-sindicalistas de outrora que tinham tido um grande visibilidade social nas primeiras décadas do século XX no âmbito da CGT (Confederação Geral do Trabalho). Todavia, essas bandeiras eram levadas pela força e resistência de um punhados de velhos militantes que não tinham sucumbido aos ditames despóticos da ditadura fascista, nem tampouco se tinham vendido ao "canto de sereia" das reformas incrementadas pelo capitalismo e pelo Estado. Portanto, mediante esta frágil capacidade/possibilidade de transmitir uma memória histórica longínqua, que não teve continuidade nem visibilidade social, para os mais novos ou para os actores emergentes que passaram a conhecer o ideal e as práticas da acracia restavalhes seguir intuitivamente a espontaneidade e a informalidade dos signos e significados estimulados pelo movimento social radical, que escapava às manipulações e estratégias de poder dos partidos e sindicatos dos grupos de esquerda e de extrema-esquerda.

Os anarquistas e os anarquismos emergentes após a ocorrência do 25 de Abril de 1974, pelas razões já analisadas, são o resultado de dois factores. Por um lado, são expressão de uma leitura balizada nos pressupostos teóricos e práticas de pensadores clássicos (Bakounine, Proudhom, Malatesta, Kropotkine) e experiências revolucionárias emblemáticas do passado (Comuna de Paris, Macknovitchina, Kronstadt, Espanha de 1936-39). Por outro lado, a experimentação social e política deduzida das perversões provocadas pela burocracia e totalitarismo dos partidos e sindicatos, assim como a dominação e a exploração dinamizadas pelo Estado e o capitalismo em relação aos oprimidos e aos explorados, transformações nos vectores causantes da sua adesão aos anarquismos ortodoxos e a outras versões libertárias marginais, mais apologistas dos significados decorrentes da liberdade e afirmação cultural e artística de cada indivíduo. A especificidade do anarco-individualismo identica-se, em grande parte, com estes pressupostos.

Pelas razões referidas, quando ocorre o 25 de Novembro de 1975, ao mesmo tempo que são estranguladas as veleidades de construção de uma hipotética sociedade socialista em Portugal, as hipóteses de dinamização de um movimento social autónomo e espontâneo, por si só já fragilizado, cai por terra. Os anarquis-

tas e alguns anarquismos emergentes correlacionados com esse movimento social autónomo e espontâneo desaparecem quase por completo da sociedade portuguesa. Não admira assim, que os velhos resistentes de outrora conseguissem atrair novos companheiros anarquistas e deste modo engrossassem as fileiras do anarquismo ortodoxo corporizado no anarco-sindicalismo e no anarco-comunismo.

2. O anarquismo dos finais da década de 70 do século XX até à realidade actual

Passados que foram os momentos de "euforia revolucionária" na sociedade portuguesa, após o 25 de Novembro de 1975, os sucessivos governos em consonância com a evolução do MFA, agora já com uma visão reformista do Estado e do capitalismo, tomam decisões que afectam sobremaneira a consistência história da "transição para o socialismo". Em termos institucionais e formais assiste-se, desde então, a mudanças nos poderes legislativo, executivo e jurídico, ao ponto de se inverter a lógica das mudanças económica, sociais, ideológicas e políticas. A Constituição do país é também objecto de mudanças sucessivas, por forma a permitir a diminuição gradual do peso do Estado na economia e, simultaneamente, permitir uma crescente intervenção da iniciativa privada nos sectores da actividade económica.

Claro que, entretanto, foram tomadas outras decisões que acabaram de vez com a veleidade histórico de implantar o modelo "socialista" soviético na sociedade portuguesa. Todavia, o que importa referir, neste momento, reporta-se a domínios que não podemos escamotear. Em termos ideológicos e modelos alternativos de sociedade, não somente o capitalismo e a democracia representativa burguesa passam a determinar as modalidades padrão da dominação e da exploração no território português, como inclusive o capitalismo e o Estado evoluem no sentido dos caminhos percorridos pelas sociedades avançadas. Este aspecto é crucial, sobretudo se tivermos presente a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e os resultados práticos do processo da descolonização.

Perante este cenário, dificilmente as proposições e práticas de um anarquismo de tipo espontaneísta, balizado pela auto-organização, poderia singrar. Nas circunstâncias, os velhos e novos militantes adoptaram uma estratégia confinada aos objectivos e práticas do anarquismo ortodoxo. A criação da FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa) e da ALAS (Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista), em finais de 1975, expressa bem essa evolução. Digamos que a FARP seguia os ensinamentos emblemáticos do comunismo libertário e a ALAS o anarco-sindicalismo mesclado pelo sindicalismo revolucionário. Para o efeito foram criadas um conjunto de estruturas e instituições de difusão, de controlo e de coordenação no sentido de fomentar na sociedade portuguesa teorias e práticas consonantes com os desígnios da revolução social, da luta de classes, da democracia directa, da abolição do poder, consubstanciadas em última análise na construção de uma sociedade anarquista no território português e, logicamente, tornado o Estado e o capitalismo meras relíquias da história.

Nos primeiros tempos da sua existência, estas hipóteses históricas tiveram uma configuração ideologizada nas revistas *A Ideia* e *Acção Directa* e nos jornais *A Batalha* e *Voz Anarquista*. É evidente que, entretanto, surgiram outras publicações, mas de facto não estavam organicamente em consonância estreita

com as lideranças da FARP e da ALAS.

Estas tentativas de reproduzir, no território português, as estratégias e as tácticas do anarquismo ortodoxo depressa revelaram-se inadequadas, porque as contingências negativas do capitalismo e do Estado eram substancialmente diferentes daquelas em que teve grande visibilidade social na Espanha de 1936-39. Por outro lado, os signos e os significados que enformam as problemáticas da luta de classes, da revolução social, da sociedade anarquista como modelos entendíveis pelas massas oprimidas e exploradas revelaram-se inadequados ou irremediavelmente ultrapassados. Os actores que tomaram as decisões de reproduzir mecanicamente o anarquismo ortodoxo, esqueceram-se que estavam inseridos numa realidade contemporânea que não correspondia mais a um passado repleto de heróis e experiências revolucionárias mecanicamente idolatradas e mitificadas. Na ausência manifesta destes factores, só o simbolismo das bandeiras, das comemorações e das manifestações públicas decorrentes só dos seus modelos ideológicos, da sua fé e das suas crenças poderiam dar-lhes força e energia para continuarem a lutar pela sociedade anarquista.

Defraudados nas suas expectativas e exigências revolucionárias, rapidamente passaram para um fase de frustração e de criação de "bodes expiatórios" internos ao próprio movimento libertário que pretendia liderar o anarquismo ortodoxo no território português. As acusações facilmente se traduziram em conflitos insanáveis e a crise instalou-se no seio dessas organizações, ao ponto das mesmas soçobrarem nos finais da década de 70 do século XX. Na realidade, o seu tempo de existência foi efémero, não ultrapassando a FARP três anos de vida e a ALAS pouco mais de um ano.

Em paralelo com a crise do anarquismo ortodoxo, não podemos esquecer a proliferação de grupos de diferentes tendências que, na altura, reivindicaram a sua identidade libertária. O espectro ideológico desses grupos libertários oscilava à volta do marxismo radical, do situacionismo e do anarco-individualismo. Estes grupos limitaram-se a editar revistas, jornais e panfletos. Por outro lado, em conjugação com a evolução do movimento libertário português, tentaram superar a crise em que este último estava mergulhado, recorrendo quase sempre a tentativas de novas modalidades de organização federativa dos grupos existentes, mas também essas iniciativas desenvolvidas na década de 80 revelaram-se inconsequentes.

Ao mesmo tempo que as tentativas de carácter orgânico do movimento libertário português definhavam, enveredou-se também por

uma intervenção de carácter cultural no intuito de difundir os ideais e as práticas do anarquismo, não descurando as necessidades de reflexão e de análise sobre a crise do capitalismo e do Estado em correlação estreita com a actualidade da luta pela emancipação social.

Em qualquer das latitudes interpretativas e explicativas que nos possamos situar, de facto toda a década de 80 do século XX demonstrou, de uma forma inequívoca, que o anarquismo ortodoxo, nas suas vertentes anarco-comunista, comunista libertária e anarco-sindicalista, estava desactualizado e em termos teóricos e práticos revelava-se mais uma crença e uma "religião" de que uma utopia consequente. A generalidade dos outros grupos ou tendências também não escaparam às contingências resultantes dos mitos do herói, das bandeiras, da luta de classes, da extinção do poder conjugadas com a extinção do Estado, da revolução social e da construção de uma sociedade anarquista.

A década de 90 é tempo histórico da fuga para os "ghetos" e da cristalização dos grupos ortodoxos em "seitas" que, entretanto, se transformam em guardiões da pureza e da verdade revolucionária. Na mesma altura, isso não obsta que tenham surgido análises de carácter individual e surjam grupos que evoluíram no sentido diferente, dando azo à estimulação de reflexões contrastantes entre os vários anarquismos que se identificam com as várias proposições da anarquia. Estes nada mais fizeram de que tentar deixar de pensar e agir em termos judaico-cristãos. A crise do anarquismo não é uma causa exclusiva dos constrangimentos institucionais e estruturais personificados pelo Estado, pelo capitalismo e pela lógica do mercado. Os conflitos não são efeitos exclusivos de uma hipotética luta inelutável entre o bem e o mal, a verdade e a mentira, a natureza relativa e a absoluta de qualquer fenómeno biológico, político, social, cultural e económico. A crise subsiste também e, fundamentalmente, porque os diferentes anarquismos não sabem interpretar, compreender, explicar e viver a anarquia como uma utopia que sempre foi, é e sempre será.

Não obstante esta crise no interior do anarquismo, a crise do capitalismo e do Estado à escala planetária traduziu-se num agravamento significativo das condições socio-económicas, políticas e culturas dos indivíduos e grupos que integram as múltiplas sociedades. As tendências da opressão e da exploração complexificaram-se e tornaram-se muito mais abstractas, ao ponto das contradições e dos conflitos emergirem para um conjunto de dicotomias e dualizações cada vez mais pacíficas de observar em pleno tempo histórico da globalização. O mundo do trabalho assalariado decorrente da lógica estruturante das transnacionais do capital, o galopante crescimento do terrorismo do Estado e das instituições militares e polí-

lutas internacionais, assim como a destruição progressiva do equilíbrio ecossistémico que nos é evidenciado pelas catástrofes naturais, a diminuição da camada do ozono, a destruição de florestas, mares e rios que culmina a passos largos na desertificação do planeta Terra, etc., traduz-se, cada vez mais, nas seguintes dualizações: empregados/desempregados; qualificados/desqualificados; agressão/medo; inclusão/exclusão; normalidade/desvio.

Não admira, assim, que perante a manifesta incapacidade dos vários anarquismos em atraírem com os seus discursos e práticas um conjunto de jovens para as suas organizações, estes enveredem por soluções de carácter espontâneo e informal, dando desse modo base e sustentabilidade para afirmação da sua contestação e reivindicações junto do Estado e dos senhores do capital. Na grande maioria dos casos, esta revolta é mesclada por pressupostos contra-culturais, ambientais e políticos. Os movimentos sociais anti-globalização integram esta visão do anarquismo. Só que muitas vezes os pressupostos da revolta e do radicalismo são atravessados por situações conjunturais destes jovens. Ao integrarem a vida activa profissional ou ao tornarem-se pais e mães de famílias nucleares padrão, facilmente esquecem os pressupostos da luta pela emancipação social, ou então na manifesta impossibilidade de serem actores da revolução social ficam frustrados e abandonam a militância activa que desenvolviam nos seus grupos e, sobretudo, aquela que integrava as manifestações anti-globalização de maior simbolismo.

Nestas circunstâncias, durante toda a década de 90 e princípios do século XXI, o movimento libertário português no seu todo está mergulhado numa imensa crise, porque ainda está vivendo as vicissitudes dos lugares comuns da ortodoxia e porque tem-se revelado incapaz de compreender e analisar a natureza actual do capitalismo e do Estado. Entre aqueles que julgam ser os líderes do movimento libertário português, as expiações e as culpabilizações sucedem-se em catadupa. Este ambiente é propício a que qualquer jovem sem memória histórica alguma integre esse meio e de um momento para o outro se auto-proclame o actor mais eficiente para realizar a revolução social ou se auto-afirme como o melhor intérprete dos heróis e autores clássicos do passado. Este ambiente é também propício a que outros militantes oriundos da extrema-esquerda ou da esquerda vejam no anarquismo uma "tábua de salvação" das suas frustrações e fantasmas que viveram nos partidos e sindicatos que, entretanto, abandonaram. Estes ao tentaram transportar mecanicamente os mitos do proletariado, da luta de classes e do comunismo, sem ainda terem conhecimento da história dos múltiplos anarquismos e nem sequer vivido qualquer experiência "anarquista", para além daquelas em que intervieram como negação da sua existência, julgam-se os herdeiros legítimos de uma hipotética vanguarda e guardiões de um templo que não se coaduna de todo com as ideias e acções de quaisquer anarquismo que esteja em consonância com a essência da anarquia.

3. Existirá um futuro para o anarquismo em Portugal?

Comecemos por tentar perceber o que é o anarquismo hoje. Em termos sociológicos, e numa esquematização muito simplista e algo redutora, pode-se dizer que o anarquismo caminha hoje em dia por dois caminhos paralelos. Por um lado, existe o anarquismo tradicional formado por anarquistas que viveram o Maio 68 ou a luta anti-Vietname, participaram nas lutas operárias e estudantis em Itália na década de 70 e nas campanhas contra a *pool*

tax e a construção de estradas no Reino Unido na década de 80, atravessaram as mudanças de regime em Portugal, Espanha, Grécia, Argentina e Brasil. São anarquistas com mais de 40/45 anos, integrados em organizações ou publicações estáveis e "integradas", ou seja, que recorrem às formas de acção e propaganda clássicas, profundamente conhecedores da teoria e a quem se deve a modernização das ideias ocorrida na 2ª metade do século XX. Paralelamente, há todo um conjunto de "novos anarquistas", que chegaram ao anarquismo através de lutas e de movimentos que emergiram sobretudo, mas não exclusivamente, na década de 90: anarco-punks, ecologistas, vegans, direitos dos animais, luta anti-globalização, etc. São bastante jovens, e muitos deles não estão particularmente interessados na leitura de Proudhon, Bakunine ou Kropotkine, nem nas diferenças existentes entre os diferentes *ismos* (anarco-comunismo; anarco-sindicalismo; anarco-individualismo). Podendo nem sequer se intitularem anarquistas, têm no, entanto, uma prática consentânea com os seus princípios básicos, sendo atraídos pela acção directa, pela existência de redes globais de grupos fluídos constituídos pela afinidade pessoal ou pela afinidade da luta e pelo facto das organizações daqui resultantes serem proactivas, anti-autoritárias e participativas. A falência do marxismo e dos regimes políticos que nele se inspiravam, paralelamente com a globalização e a violência do capitalismo, chamaram novamente a atenção dos "media", dos académicos e, logo, da opinião pública para as propostas libertárias, situação que não acontecia há décadas. Basta ir a França e a Itália para se constatar este facto. No entanto, se o anarquismo está de novo a ser notícia e alvo de curiosidade, depois de algumas décadas de hibernação mediática, a sua existência está longe de ser pacífica, com desafios vindos do exterior e do próprio interior.

O mais grave dos problemas exógenos está relacionado com a tendência, ainda muito forte, para o anarquismo ser associado com subculturas marginais, reflexo natural do facto da necessidade de existência de poder estar secularmente implantada no subconsciente colectivo, com uma forte dinâmica protectora das formas sociais hierárquicas para as quais o anarquismo é um absurdo, para não dizer, uma aberração. Por outro lado, e mais uma vez, os anarquistas serão sempre destinatários de qualquer escalada da repressão estatal, sem possuírem qualquer efectivo mecanismo de defesa. Ligado a esta questão, está o desafio da integração reivindicativa de grupos mais moderados dentro do movimento anti-globalização, deixando os anarquistas isolados nas franjas radicais e, assim, mais expostos à vigilância e repressão estatal. As provocações aliás já começaram em Itália com o rebentamento inócuo de pacotes armadilhados enviados pelo correio para dirigentes da União Europeia (Romano Prodi, por exemplo), acção reivindicada por uma auto-proclamada Federação Anarquista Informal (FAI), ou seja, a mesma sigla da Federação Anarquista Italiana.

Internamente, verifica-se que o anarquismo está a ser atravessado por uma profunda discussão teórica, originária em parte na dicotomia sociológica acima mencionada. Ao tentar abraçar as oportunidades que o momento histórico actual parece estar a proporcionar, o anarquismo vai ter de enfrentar e responder a circunstâncias culturais, sociais, económicas e políticas bastante diferentes das que existiam à data do seu aparecimento e que, de certeza, não só questionarão e porão em causa elementos dos seus cânones tradicionais e estabelecidos há longa data, como também irão requerer uma diversidade de envolvimentos

que não poderá ser oriunda de uma "verdade absoluta" ou corporizada num só *ismo*. Isto já está a acontecer por todo o lado onde existem movimentos anarquistas com implantação nacional e com diversidade de práticas. Se estas tensões e conflitos históricos dentro do anarquismo não forem ultrapassados, o anarquismo continuará uma força social e política marginal, apesar de uma ressonância crescente junto de um movimento popular emergente, crítico e desconfiado da democracia burguesa.

Perante um capitalismo, uma sociedade e um mundo em evolução permanente, o anarquismo, ou melhor, a sua prática não pode ficar agarrada ou limitada por clássicos escritos há mais de cem anos, maioritariamente por homens, europeus e em resposta a problemas específicos levantados pelo capitalismo nos países ocidentais desenvolvidos.

Enrico Baj.

O capitalismo assenhoreou-se do mundo, globalizando a pobreza, a injustiça e a exploração. A sociedade ocidental de tradição judaico-cristã acompanhou esta globalização, impondo a sua cultura, formas de estar e de viver. Assim, as respostas e as lutas também terão de ser globais. E aqui reside uma das circunstâncias mais problemáticas para o anarquismo actual. Sendo a luta global, e havendo cada vez mais participantes provenientes de lugares e estados sem tradição ou sequer conhecimento das ideias libertárias, como conciliar os princípios básicos do anarquismo com as reivindicações elementares de democratização das instituições políticas? Como conciliar a nossa crítica radical ao Estado, com as reivindicações de quem vive em países saídos há pouco de regimes coloniais ou ditatoriais e para quem a simples existência de um regime parlamentar burguês pode ser considerada uma panaceia para minimizar a exploração quotidiana? Como conciliar a nossa crítica radical ao capitalismo com as reivindicações de quem vê na simples existência de uma cooperativa de comércio justo na sua aldeia uma melhoria significativa de vida?

É óbvio que o anarquismo está numa encruzilhada. De um lado, está num caminho de "pureza ideológica", mas onde o anarquismo estará isolado e que terminará certamente na sua marginalização e menorização definitivas. De outro, está um caminho globalizado, onde terá de haver um esforço permanente de conciliação e de afirmação da nossa autonomia, mas que terminará provavelmente num aumento significativo de visibilidade e eficácia. Alguns anarquismos europeus já estão no segundo. O anarquismo português ainda está no primeiro.

Vejamos agora o que se passa em Portugal muitos anos depois do tal 25 de Abril. É fácil verificar que em Portugal produz-se mais teoria do que prática. Com a agravante de que contam-se pelos dedos os anarquistas portugueses capazes de produzir qualquer coisa de verdadeiramente original em termos teóricos. A esmagadora maioria nem sequer conhece suficientemente bem "a teoria", limitando-se a repetir e a escrever até à exaustão lugares comuns, muitos deles já completamente ultrapassados pela realidade actual. Dirão alguns que o problema é

o "espírito de capela", a intransigência teórica e mesmo pessoal e a pulsão autoritária de quem julga possuir a verdade absoluta. Não concordamos. "Espíritos de capela", intransigência teórica e a posse da verdade absoluta existem em todos os movimentos (veja-se, por exemplo, o que tem acontecido em Espanha), mas isto não tem impedido o seu desenvolvimento e o aumento da sua visibilidade.

Se se analisar as principais actividades organizadas pelo anarquismo português nestes últimos anos, e nem sequer se discute a validade ou interesse de algumas delas, verifica-se que foram organizadas pela sempre presente dualidade por/para. Isto é, por anarquistas e para anarquistas. É óbvio que actividades de cariz anarquista terão de ser organizadas por anarquistas. Mas não *apenas* por anarquistas. E já chega dos destinatários serem *apenas* e *sempre* os mesmos. Já chega de continuamos sistematicamente a fazer coisas em circuito fechado, repetindo erros do passado vezes sem conta e desbaratando energias e vontades. Quantos jovens que actualmente participam nas nossas actividades, continuarão a marcar presença daqui a cinco ou dez anos, por exemplo? Se calhar, poucos. Como tem acontecido sistematicamente nos últimos vinte anos. E a "culpa" será só deles? Será só das tentações partidárias ou consumistas? Da evolução da vida? Não nos parece.

Nós não temos soluções na "manga", mas pensamos que é chegado o momento histórico de caminhar no sentido da construção de duas realidades cruciais.

A primeira trata-se de realizar uma reflexão profunda sobre a nossa condição-função de seres biológicos e seres sociais. Esta reflexão implica uma postura cognitiva, emocional e comportamental de defesa intransigente da alteridade e da liberdade, tentando contrariar assim as perversões das verdades absolutas e dos dogmatismos costumeiros que habitualmente emergem em todos os debates, conferências ou reuniões de carácter anarquista. Par este efeito, torna-se imperativo mudar os nossos discursos e olhares que têm uma essência judaico-cristã. Vida e morte não se opõem de uma forma irredutível, porque são parte de um todo indissociável. O mesmo podemos dizer quando raciocinamos, sentimos e agimos em termos do bem e do mal, da verdade e da mentira, do reformista e do revolucionário. Urge assim criar um espaço-tempo de diálogo e não de monólogo. Um espaço-tempo de auto-organização, de democracia directa, onde as diferenças possam efectivamente existir e sejam vivificadas pela liberdade, a criatividade e a responsabilidade de cada indivíduo.

Em segundo lugar, é preciso acabar com este vício histórico marxista-leninista no seio do anarquismo que tem provocado imensas incompreensões e conflitos perversos. Contrariamente ao que pretendem determinadas práticas sistematicamente ideologizadas, teoria e prática não são passíveis de dissociar. Embora haja indivíduos que falem e escrevam mais que outros. Embora haja indivíduos que tenham mais actividade física que intelectual, em qualquer dos casos escrever ou falar é uma actividade física e, por outro lado, esta é sempre baseada e orientada pela cognição e a emoção que integram qualquer acção de qualquer indivíduo. Neste sentido, é preciso pensar que o sentido da emancipação social não tem autores privilegiados, como se, por exemplo, os proletários, os pobres, os excluídos pudessem só eles lutar por esse objectivo histórico, e todos os outros denominados intelectuais, burgueses, loucos, não pudessem fazer, como se fossem predestinados ou fossem objectos de qualquer pecado original e estivessem constrangidos a integrar o inferno dos contra-revolucionários. Neste sentido, em ter-

mos de futuro, a espécie humana só pode ser vista como uma espécie que luta pelo equilíbrio ecossistémico sistemático e profundo. Como seres sociais actores da emancipação social, só o poderemos ser efectivamente se integramos um processo de socialização como um todo teórico/prático em consonância estreita com os desígnios de todos os indivíduos que aspiram à liberdade, à fraternidade, à liberdade e ao amor. ⊙

ERRATA

Pedimos desculpa à Alzira Alcobia por não termos mencionado, na revista Utopia nº 16, o seu nome como autora de uma parte significativa do texto sobre Rui Vaz de Carvalho. Em memória deste, Alzira Alcobia tudo fez para que não sejamos omissos em relação a este facto.

Enrico Baj.

O imprevisto na história

Charles Reeve*

Desde as primeiras horas que os militares que organizaram e levaram a bom termo o golpe contra o antigo regime foram levados pelo desenrolar dos acontecimentos. Sob a pressão do movimento social foram forçados a inflectir os seus projectos iniciais em duas questões políticas essenciais: por um lado, a libertação dos presos políticos e neutralizar as forças repressivas especializadas, por outro, a resolução da questão colonial. Na ideia dos chefes "putschistas", seria apenas necessário libertar os «políticos» das «organizações responsáveis», com quem se podia contar para voltar a pôr o Estado em funcionamento. A pressão popular obriga-os a libertar todos os presos, até os da extrema esquerda.[1] No que se refere à polícia política, a PIDE, os militares tinham de deixar a sua estrutura intacta, sobretudo nas colónias, onde desempenhava um papel essencial na guerra e no controlo das populações. Neste aspecto também não contaram com a raiva do povo contra estes esbirros fascistas, razão pela qual pouco faltou para que dela não surgisse um massacre, sendo o exército obrigado a protegê-los, prendendo-os. Na loucura, o corpo de polícia especializado na repressão de rua, foi igualmente dissolvido. Enfim, a exigência de paragem no envio de novas tropas para África e a vinda imediata do contingente lá existente precipitam a procura de uma solução política para a questão colonial.

Desde os primeiros dias, sucedem-se as manifestações a exigir o fim da guerra, motins impedem o embarque de tropas. Em África, os soldados revoltam-se, depõem as armas e exigem voltar para Portugal. No início de Junho de 1974, os dirigentes do partido comunista explicam que «o fim da guerra não será fácil». Mas, um mês depois, os chefes militares falam já da necessidade de transferir o poder para as organizações nacionalistas africanas que conduzem a luta armada nas colónias. O que será feito, um ano mais tarde. No espaço de pouco tempo, a mobilização popular contra a guerra impõe o fim do

colonialismo, o que permanecerá um facto histórico marcante, irreversível, da «revolução dos cravos». A solução encontrada à pressa pelos políticos e pelo exército para o fim da guerra, as concessões feitas às organizações nacionalistas – envolvidas na guerra de guerrilha, mas mal preparadas para assumir o novo poder do Estado pós-colonial – foram fruto da aceleração da história pela intervenção do povo.

Quando a esquerda defende o «interesse geral» contra as greves

Passados os primeiros dias de festa popular nas ruas, a agitação desloca-se para os locais de trabalho, as fábricas, as administrações, os bancos, etc. O fim do antigo regime significa, antes de mais, a possibilidade de reunião e de livre discussão. Numa palavra, o fim do medo. Como consequência da natureza totalitária do regime, os trabalhadores assimilaram o autoritarismo fascista à arrogância patronal, à dureza das relações de trabalho e aos maus tratos dos assalariados.

O desaparecimento do medo conduziu imediatamente a uma contestação política da hierarquia nas empresas. As primeiras assembleias organizam-se e tentam-se as primeiras ocupações. Inquieta, a Junta Militar condena as greves e as reuniões, os ataques contra a hierarquia. Mas, uma vez mais, as ordens dos militares são ignoradas. Ao longo dos primeiros meses (Maio a Julho de 1974) o movimento vai alastrando até às concentrações industriais. Reclamam-se aumentos de salários, férias pagas, redução de horários de trabalho e o fim do trabalho à peça. Exige-se a expulsão dos espiões, dos chefezinhos, dos chefes de pessoal, muitas vezes associados à antiga polícia política. Por vezes, as reivindicações são pouco precisas e negociáveis, sinal de que qualquer coisa de profundo estava para nascer: um desejo de mudar a vida.

A agitação enche as ruas e nos bairros generaliza-se a ocupação de casas vazias, favorecida pela ausência da polícia e pela hesitação dos militares, neutralizados pelo entusiasmo popular. A burguesia tem medo. Num primeiro tempo, cola-se ao poder militar e ao primeiro governo provisório – com participação comunista e socialista[2] - que faz as primeiras concessões, institui o Salário Mínimo. Estas medidas, ainda que só em parte, respondam às reivindicações e acalmam a situação. Mas os patrões começam a despedir e a fechar fábricas; outros, ligados ao antigo regime, fogem.

Em Julho de 1974 emerge um novo acesso de febre. As greves contra os despedimentos, são mais reivindicativas e mais militantes; nos correios, na indústria automóvel, nos estaleiros navais, na função pública, nos transportes e na imprensa. Nas primeiras greves, os militares intervinham como mediadores, estavam presentes como aliados dos trabalhadores face aos patrões. Tentavam amortecer os conflitos. A greve dos correios, em Julho de 1974, e sobretudo a greve dos técnicos de manutenção da companhia aérea TAP em Setembro de 1974, marcam um virar das relações entre os trabalhadores, os militares e a esquerda. O partido comunista lança uma campanha de calúnias, organiza manifestações de rua contra as greves.

Pela primeira vez após o 25 de Abril, os militares intervêm de forma repressiva nas empresas. À sua custa, os grevistas descobrem então que há limites que não podem ultrapassar. A mensagem é clara: é preciso ficar dentro dos limites do possível. E o possível é a reprodução do sistema de exploração num quadro democrático. Tentar ir para além disso é confrontar-se com a repressão. Em Junho, o exér-

exército democrático dispara sobre os detidos das prisões de Lisboa que se amotinaram para exigir uma amnistia alargada e, alguns dias mais tarde, esse exército coloca-se abertamente ao lado do Estado e dos patrões. A companhia aérea TAP é «militarizada» e os trabalhadores submetidos ao regulamento da disciplina militar. A hierarquia militar mostra os dentes. Os «cabecilhas» são presos e interrogados, as fotos das manifestações são apanhadas para fins de identificação e o patrulhamento policial dos bairros de periferia recomeça; os soldados que recusam as ordens são presos. O partido comunista apoia: «Em nenhum país, mesmo os da velha democracia, se pode permitir apelos abertos à deserção e à agitação no seio do exército»[3]. Por sua vez, o partido comunista mostra-se decidido a opor-se ás greves em nome da táctica política da «União Povo – Movimento das Forças Armadas» e do interesse nacional: «Nós vivemos em regime capitalista e não em regime socialista. As empresas têm proprietários. Não cabe aos trabalhadores decidir quem deve ou não trabalhar nas empresas»[4].

Ocupação da Sogantal pelas operárias da empresa; Foto: Hernâni Domingues; Fonte: Diário de uma revolução

Em Agosto de 1974 a lei da greve é votada, reconhece-se o direito à greve, limitando contudo a sua aplicação, interditando em particular as greves políticas. O que tem alguma ironia numa sociedade paralisada há meses por greves políticas selvagens... Em simultâneo, uma feroz campanha anti-greve é lançada pelos comunistas: «Não à anarquia económica», «Não à greve pela greve», «Não às greves irresponsáveis». Cunhal repete incansavelmente que: «A greve geral leva ao caos»[5]. Consciente do descrédito que toca as antigas estruturas sindicais fascistas[6], o partido agarra a ocasião para criar um novo sindicato único[7], a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).

A ideia prática da coordenação autónoma

O confronto com as novas forças do Estado, o exército e os partidos de esquerda, conduzem ao endurecimento das lutas e à sua politização. A repressão das greves produz um salto qualitativo no movimento social. Os sectores operários radicalizam-se. As reivindicações tornam-se explicitamente políticas, criticam a ideia do «interesse geral» - que a esquerda tenta impor como limite às suas lutas – e os grevistas utilizam os meios das empresas para produzir folhetos e jornais. Num país com elevada taxa de analfabetismo esta abundância da imprensa política independente é um facto marcante. Uma vez mais, a radicalização de um poderoso afrontamento social une os

campos de agitação, quebra separações, ultrapassa os muros das empresas. Os estalinistas portugueses mostram-se incapazes de fazer cessar a contestação nas empresas.

Às manipulações políticas, os trabalhadores opõem a auto-organização e a democracia de base. Passando além do quadro dos novos sindicatos, elegeram comissões de trabalhadores em assembleias gerais. Os delegados são controlados de perto, os comités são revogáveis e criados a qualquer instante e as comissões de trabalhadores organizam-se a nível local e depois nacional. O grande problema prático do momento é o da coordenação autónoma dos organismos de luta. Este passo, o movimento está prestes a dá-lo. Duas coordenações de comissões de trabalhadores aparecem então. A Comissão Inter-Empresas, dos distritos de Lisboa e Setúbel, tornar-se-á o polo da esquerda sindical e, mais tarde, das tendências do «poder popular». Mas a vontade dos militantes não podia preencher a passividade da colectividade dos explorados envolvidos. Além disso, dadas as condições espirituais do momento, estas formas vão ser, a pouco e pouco, preenchidas por conteúdos que são a negação do objectivo de autonomia procurada. Fortemente influenciadas pela presença de correntes maoistas e outras formações de vanguarda, elas transformaram-se em arenas de confrontos burocráticos, esvaziando-se progressivamente da participação da base operária. Apesar do carácter atrasado de Portugal e do seu isolamento, que impediram que um processo revolucionário se tenha desenvolvido até ao fim, estes centros de acção e de defesa autónomos foram uma das raras criações novas do movimento português, a expressão da sua mais forte radicalidade. A sua curta vida impediu que tivesses uma ressonância internacional.

No final de 1974 e início de 1975, oito meses após o "putsch", a situação económica agravou-se bruscamente: as pequenas empresas fecham, o grande capital privado nacional exila-se e as multinacionais esperam. O País vive numa atmosfera de contestação geral, de confusão política. O poder do Estado fraccionou-se em vários centros. Para os trabalhadores militantes, dois campos polarizam as energias: o «dos realistas», que seguem as ordens dos sindicatos controlados pelo partido comunista e a corrente emergente do radicalismo revolucionário, representada por algumas comissões de trabalhadores, que se posiciona claramente á esquerda do partido comunista e contra ele. O sucesso da grande manifestação realizada em Lisboa no dia 7 de Fevereiro de 1975, organizada pela Comissão Inter-Empresas, contra os despedimentos e a pressão capitalista, a solidariedade manifestada no sentdido contrário pelos soldados que tinham enviados para proteger o Ministério do Trabalho (comunista) e a Embaixada Americana, provam as capacidades mobilizadoras da corrente radical[8]. Mais do que a importância alcançada pelos comunistas no aparelho de Estado, é a radicalização de uma agitação social generalizada o que mais inquieta a burguesia e os sectores políticos e militares, garantes dos interesses capitalistas e geopolíticos do bloco ocidental.

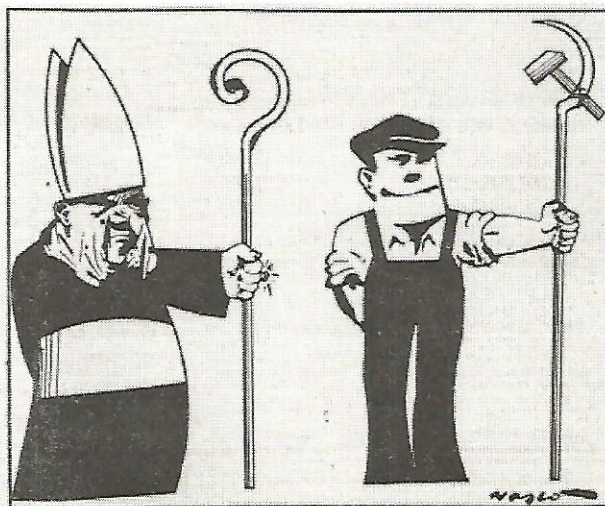
O partido comunista português, pela sua história, a sua capacidade de controlo e de mobilização do movimento grevista, ganhara um lugar na sociedade e nas instituições portuguesas. Mas, ao fazer isto, conseguiu também reforçar os partidos que estavam à sua esquerda. Por sua vez, o partido socialista, estreitamente ligado à social-democracia europeia, não tinha peso específico neste confronto e colocar-se sob a protecção da hierarquia militar. Com a tentativa do "putsch" em

11 de Março de 1975, as correntes conservadoras tentam alterar a tendência do momento. Mas, o envolvimento popular, o ódio contra o antigo regime permaneciam fortes e a resposta de rua varre as tendências mais direitistas, representadas pelo general Spínola. Este fracasso, e o consequente reforço das correntes à esquerda do partido comunista português, abrem a segunda fase da «revolução dos cravos», com a constituição de um governo de pendor Capitalista de Estado, próximo desse partido.

Contra a propriedade privada da terra

Até ao início de 1975, o proletariado agrícola dos latifúndios do Alentejo – na metade sul do País – ficou na expectativa, manifestando sempre o seu apoio político ao partido comunista. O primeiro governo provisório apressou-se, aliás, a legalizar os sindicatos de operários agrícolas, com fraca implantação no tempo do fascismo e, por outro lado, algumas convenções colectivas foram assinadas com os grandes proprietários.

Durante séculos, estes operários tinham lutado para sobreviver miseravelmente num sistema de trabalho sazonal. Na nova situação, apesar da pressão do governo e os discursos oficiais sobre a necessidade de uma Reforma Agrária, os grandes proprietários não demonstram qualquer intenção de mudar de atitude. Mesmo as poucas convenções colectivas assinadas com os sindicatos não são aplicadas e, de Novembro de 1974 a Março de 1975, como habitualmente, os trabalhadores agrícolas encontram-se sem trabalho e sem meios para sobreviver. Num primeiro tempo, o descontentamento exprime-se por acções directas: incêndio de colheitas e de bens pertencentes aos latifundiários. Por vezes os grandes proprietários são alvo de atentados[9]. No início de 1975 emergem as primeiras ocupações de propriedades baseadas num movimento espontâneo que se faz para além de qualquer palavra de ordem do partido comunista, muitas vezes mesmo sem a participação dos raros quadros sindicais locais. Embora os trabalhadores agrícolas apelem ao exército para garantir as suas acções, eles agem, contudo, fora de qualquer plano político e não se agarram nada à ideia de partilhar os latifúndios para criar retalhos de terra privada. Ao contrário, eles limitam-se a organizar colectivamente o trabalho e a produção para viverem.

Dois acontecimentos – que simbolizam uma mudança nas relações das forças políticas a nível nacional – vão acelerar o movimento de ocupação de propriedades: o sucesso, em Fevereiro de 1975, da grande manifestação da extrema esquerda operária em Lisboa, e, um mês depois, o fracasso da tentativa do "putsch" conservador. Durante os primeiros seis meses de 1975, o forte movimento de ocupa-

"Verão Quente" visto por Vasco; Fonte: Situações, Faces e Formas.

ções alarga-se a toda a metade sul do País, com excepção do Algarve, região de pequena propriedade. Se ele não toma uma forma explicitamente política, de contestação anticapitalista, o objectivo deste proletariado rural era claramente no sentido de alterar as condições de propriedade existentes, ficando assim com meios de vida. Para fazer isso eles expropriam colectivamente a propriedade privada da terra. Em várias regiões do Alentejo em outras regiões criam-se cooperativas, mas, em geral, os ocupantes não têm uma ideia precisa da nova forma de propriedade que colocam em prática.

Só ao longo do Verão de 1975 é que os sindicatos agrícolas e o partido comunista são capazes de retomar o controlo do movimento. Em Julho de 1975, o Estado ajuda-o legalizando o movimento. A «Lei da expropriação das terras» transforma um movimento de ocupações selvagens e de gestão colectiva das terras numa Reforma Agrária oficial. Transformação que foi facilitada pelo espírito colectivista dos trabalhadores agrícolas, os quais não tinham sequer procurado dividir as propriedades. A partir deste momento, o partido comunista e os militares preocupam-se em conter o que eles chamam de «ocupações selvagens, oportunistas e mesmo anti-revolucionárias». Porque, no conjunto das propriedades ocupadas, um bom quarto delas encontra-se fora do campo de aplicação da nova lei... Para o partido comunista a Reforma Agrária foi sempre concebida como uma acção do Estado, organizada do topo para a base. O parido comunista português apresentará sempre a Reforma Agrária como um aspecto essencial do seu projecto de socialismo de Estado, cujo fim era a reorganização da produção agrícola e o aumento da produtividade. As propriedades ocupadas, enquanto cooperativas tornam-se Unidades Colectivas de Produção (UCP), empregando, em finais de 1977, mais de 70 000 assalariados, geridas por quadros comunistas segundo critérios de rentabilidade, ligadas financeiramente ao Estado.

O partido comunista português toma, assim, o controle económico e político desta região agrícola, que representa metade do país. Mas, enquanto que o proletariado agrícola continua a ver a Reforma Agrária como uma garantia de vida, o aumento da produtividade e dos rendimentos agrícolas programados pelos comunistas são impossíveis de realizar. Os trabalhadores agrícolas aceitaram sem ressentimento a nacionalização das terras ocupadas, mas isso não implicava sujeitarem-se a critérios de rentabilidade capitalista. Os quadros comunistas não estão em posição de exigir um aumento da produtividade do trabalho através de uma redução da força de trabalho[10]. Daí o fraco rendimento das Unidades Colectivas de Produção e um endividamento face ao Estado e aos Bancos.

O Estado contra o «poder popular»

A institucionalização da Reforma Agrária não foi um caso isolado. De Março a Agosto de 1975, o governo pró-comunista do general Vasco Gonçalves, que conduzia uma política dirigista de intervenção na economia – conforme a ideia do socialismo de Estado do partido – tenta normalizar a situação social. Com este objectivo, desenvolve uma vasta reforma do quadro jurídico, regulamentando quase tudo, reprime movimentos, acções ou iniciativas independentes, procura, aliás, um acordo com as forças políticas da direita, em particular com a igreja católica. O processo de nacionalização das empresas é acelerado sob a pressão do partido comunista, que encontra ali um meio de reforçar a sua implantação no

Estado, dando, assim, resposta às inquietações populares face ao desemprego. Devido aos financiamentos, e como havia feito com a Reforma Agrária, o Estado retoma o controlo das experiências de «autogestão» na indústria. Com efeito, depois do verão de 1974, inúmeras fábricas abandonadas pelos patrões são ocupadas e uma rede de empresas em «autogestão» é criada, sobretudo, no têxtil. Estas empresas continuavam a funcionar segundo as leis do mercado, não obstante terem havido tentativas para instaurar uma maior igualdade de salários e rotatividade de tarefas e pôr em questão a hierarquia. Finalmente, as trabalhadoras e os trabalhadores limitavam-se a vender directamente ao público as mercadorias produzidas e não encontravam salvação senão graças a trabalhos anuais e ao endividamento junto do Estado. Para além de uma experiência de autogoverno de empresa, não houve ali qualquer ruptura com a lógica capitalista e a «autogestão» que foi realizada transformou-se principalmente em auto-exploração.

A atitude arrogante do partido comunista no aparelho de Estado e nos sindicatos; as suas campanhas produtivistas de puro estilo estalinistas[11] e a sua oposição aos movimentos grevistas autónomos, alienaram contra si os trabalhadores mais combativos. A corrente dita de «poder popular» apresentou-se como uma alternativa autónoma. Mesmo que fosse, maioritariamente, dominada pelas concepções vanguardistas do marxismo, ela exprimia, também, ideias vagas de socialismo não autoritário e salientava a importância das organizações de base e dos laços horizontais entre elas. Ela construiu-se nas zonas urbanas de Lisboa e do Porto, em torno de algumas comissões de trabalhadores, das comissões de moradores de bairros pobres e dos comités de soldados, os SUV (Soldados Unidos Vencerão), aparecidos no Verão de 1975. É neste momento que o Partido efectua uma viragem esquerdista, ao procurar aliar-se com a extrema esquerda, aproxima-se das organizações do «poder popular». O partido comunista português era, então, o alvo das forças reaccionárias que, no Norte e Centro do País, atacavam violentamente as suas sedes e militantes, indo por vezes até ao assassinato. Se bem que, antes, os comunistas tivessem perseguido os militantes da extrema esquerda, viamse, agora, obrigados a defender-se em conjunto. Mas esta táctica durou pouco. O partido comunista português reconsidera, deixando a extrema esquerda militar e os que a sustinham isolados face ao exército que preparava o contra-golpe militar de 25 de Novembro de 1975. O esmagamento das correntes esquerdistas pelo exército só pode confortar os comunistas. Uma vez bem sucedido o golpe, os dirigentes do partido comunista português não esconderão: «A derrota da esquerda militar cria novas condições para a unidade das forças interessadas na defesa das liberdades, da democracia e da revolução»[12]. Com esta recentragem de úl-

Applied-Magnetics:plenário de trabalhadores, 1974.

timo instante, o partido negociou a sua continuação política no interior do quadro institucional que se consolidava.

A ausência do «duplo poder»

Os limites do movimento social residiam no seu isolamento dentro de uma Europa, fortaleza capitalista, que seguia atentamente os acontecimentos. O maior receio vinha de um possível contágio na Espanha vizinha. Não foi nada disso. A transição do regime franquista para uma democracia parlamentar prosseguiu sem muito perigo para as forças do capitalismo privado. Por outro lado, o projecto de um mini-socialismo de Estado «lusitano» não podia encontrar o mínimo apoio num bloco soviético, na época já bem enterrado na crise[13].

Quando um movimento social de grande amplitude se desenvolve no quadro de um enfraquecimento do poder do Estado, a questão do duplo poder coloca-se inevitavelmente. Em Portugal, após a queda do antigo regime, os diferentes centros do Estado, as administrações locais, os órgãos repressivos, parecem atacados de paralisia. Mas estas instituições não foram desmanteladas, com excepção de alguns serviços, muito conotados com o antigo regime e afinal supérfluos para a democracia parlamentar. O poder político tinha rebentado, estava fraccionado em vários centros, por vezes, em conflito uns com os outros. Mas nunca o poder esteve vazio[14]. Jamais houve duplo poder. O exército – a sua estrutura golpista baseada no Movimento das Forças Armadas – assegurou, ao longo deste período confuso, a continuidade do Estado. As forças políticas de esquerda, o partido comunista e o partido socialista, foram admitidos no aparelho de Estado a fim de assegurar a transição para um quadro democrático parlamentar. Para levar esta tarefa a bom termo, a esquerda governou constantemente, invocando os perigos de «esquerdismo», de «extremismo» dos «provocadores», dos «aventureiros»; e sobretudo a ameaça de um retorno ao fascismo.

Os trabalhadores, na sua grande maioria, como se descobrissem o seu poder colectivo, viram no MFA "putschista" e na esquerda, os garantes dos seus interesses imediatos. As organizações do «poder popular», sempre que se viram afrontadas pelo partido comunista português e pelo Estado, procuraram apoio numa das fracções do MFA. As tentativas de coordenação dos organismos autónomos tiveram vida curta. Como se cada um esperasse que das lutas no interior do MFA saísse a solução do combate decisivo. Em suma, ou se respeitava as instituições legitimadas pelos partidos de esquerda, ou se respeitava a facção de esquerda do MFA.

O fracasso do projecto esquerdista e a vitória sem futuro

Para a extrema esquerda, o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, será o ponto de partida de um deslizar rápido para a decomposição. Durante dois anos, a totalidade das correntes marxistas-leninistas tinham defendido a ideia segundo a qual a instituição militar poderia, graças à capacidade de acção dos seus militantes, transformar-se num exército popular. Um tal activismo escondia a fraqueza da acção autónoma, o esgotamento da vontade e da iniciativa de luta, da imaginação subversiva. Fosse o que fosse, o certo é que investimento das energias militantes neste projecto se revelou suicida. A defesa destas concepções implicava necessariamente a submissão aos princípios da política tradicional: delegação de poder, centralização das decisões e do comando. Era bem a lógica bolchevista clássica que privilegiava a tomada do poder no Estado contra o desenvolvimento das estruturas horizontais dos conselhos, comités e outras organizações de base dos operários. A importância dada aos diversos centros de poder militar, incluindo os colonizados pela extrema-esquerda, legitimou finalmente e [illegible] a confiança no Estado. Apenas a pequena corrente libertária se distanciou do projecto estatista, mas as suas críticas tinham pouco peso face ao cilindro compressor marxista-leninista e encontraram pouco eco na sociedade.

A derrota do esquerdismo em Portugal teve um significado que ultrapassou as fronteiras do pequeno país que é Portugal. Quebrou com toda uma concepção de revolução partilhada por toda a extrema esquerda ocidental. Aqui, pela última vez no século XX, o esquema vanguardista tinha parecido plausível, possível. Após 1968, os estados maiores da extrema-esquerda tinham decretado o necessário voltar aos valores seguros do partido detentor da verdade revolucionária. O desfecho da «revolução dos cravos» dará um golpe fatal nestas concepções. Esta falência da concepção "putschista" da revolução social irá acelerar, por todo o lado, a decomposição das correntes esquerdistas activas nos anos 70 do século XX. Com alguns anos de avanço, o desfecho português, anunciava a mote do comunismo ortodoxo, do qual o esquerdismo leninista procurou demarcar-se, mas que permanecia como a sua referência principal. A *posteriori*, o fracasso do projecto bolchevique confirmou as críticas anti-autoritárias de Maio de 68.

Aqui chegados, importa separar o que, ao longo destes dois anos, foi o produto das práticas rígidas de vanguardismo e o que foi o fruto da acção autónoma das lutas, das experiências de auto-governo. As acções directas, as ocupações de fábricas, a coordenação de órgãos autónomos, as expropriações de terras e de habitações, as tentativas de gestão colectiva da produção e troca de bens, a liberdade de expressão e do pensamento crítico, tudo isto liga a «revolução dos cravos» às correntes modernas de emancipação social. Procurando respostas para os problemas do momento, os mais combativos viram-se confrontados com a lógica do partido comunista e descobriram a necessidade de dar um novo conteúdo à ideia de socialismo. O novo conceito nascido ao longo deste movimento: *Apartidário*, simboliza bem o que tinha de potencialmente subversivo este movimento.

Estes primeiros passos de emancipação social estão hoje completamente apagados da história oficial e da memória colectiva. E no entanto, eles são os únicos elementos universais de futuro gerados ao longo destes anos turbulentos. Só por isso, pode esperar-se que a emancipação humana tenha uma "chance"

no planeta Terra.

A vitória da «transição democrática» abre o caminho da modernidade capitalista para uma sociedade que, sob a longa noite do salazarismo, tinha acumulado arcaísmos e atrasos. Dito de outra forma, foi o caminho para parte nenhuma! A classe dirigente portuguesa vai poder restaurar a sua violência, desta vez de forma democrática, as condições de uma exploração moderna do trabalho são possíveis e Portugal integra o processo de construção do espaço europeu. Mas esta integração parece também fechar um longo ciclo histórico, evolução que havia sido pressentida por alguns dos primeiros socialistas portugueses no fim do século XIX: a da "decadência dos povos peninsulares". O quotidiano do cinzento e a náusea da política insignificante - com o seu cortejo de mediocridades, corrupções, infâmias e oportunismos -, a alienação do espectáculo moral ou desportivo, mascaram afinal a crise do pequeno Estado- Nação, privado, para além das condições geopolíticas e económicas, da sua evolução histórica.

Claro que tudo isto estava longe de ser evidente na época. No momento, em que a história era feita pelos próprios interessados, ela era percebida como uma variedade de possíveis, de probabilidades e de projectos. Anos-luz parecem separar os combates desses anos das preocupações de hoje. E, no entanto, os dados da actual crise cultural, social e política já lá estavam contidos, no essencial. ⊙

tradução de Guadalupe Subtil

**Charles Reeve (pseudónimo de Jorge Valadas) é autor de* Crónicas Portuguesas *(tradução de Júlio Henriques), Ed. Fenda, Lisboa, 2001.*

Notas:

1 Nenhum preso de «direito comum» foi libertado, ainda que o fim do fascismo tenha sido saudado com entusiasmo nas prisões.

2 Desde o primeiro governo provisório que o partido comunista tem a seu cargo o Ministério do Trabalho.

3 Entrevista de um chefe do partido comunista, *Expresso*, 22 de Junho de 1974.

4 Declaração de um dirigente do partido comunista (colocado na direcção dos transportes públicos de Lisboa), 5 de Dezembro 1974.

5 Álvaro Cunhal, 25 de Maio 1974

6 Durante os últimos anos do regime fascista o partido comunista infiltrou-se nos sindicatos oficiais. Esta táctica demonstrou-se pouco rentável, quer por causa da repressão do Estado, quer da desconfiança dos trabalhadores face a estas organizações.

7 Na sequência a CGTP, posteriormente, encontrou-se em concorrência com um sindicato que obedece à social-democracia, a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

8 Esta manifestação – tratada como provocação pelo partido comunista português – teve lugar enquanto ancorava no rio Tejo uma armada da NATO.

9 O caso mais conhecido é o assassinato, em Castro Verde (baixo Alentejo), de um gordo proprietário fascista. José Diogo, um trabalhador agrícola, é preso e acusado desse assassínio Será julgado e condenado mais tarde, uma vez passada a febre revolucionária.

10 As UCP vão assalariar praticamente todo o proletariado da região. As propriedades que empregavam, antes da ocupação, 20 000 trabalhadores , têm 70 000 em 1976 e a produção por trabalhador cai para metade entre estes dois períodos. Ver F. Baptista, «Economia das UCP», *Economia e Socialismo*, Lisboa, Agosto-Setembro 1978.

11 Por iniciativa do partido comunista portgûes, o governo organizou em 1974-75, várias «campanhas patrióticas de trabalho voluntário pela Nação» que foram, bem entendido, fracassos. Este partido lança também campanhas através de temas evocativos: «Esforço nacional para salvar a economia», «Trabalhemos mais e melhor», «Mais trabalho, é mais riqueza a distribuir com justiça», ou, ainda, «A batalha da produção».

12 Álvaro Cunhal, Lisboa, 8 de Dezembro de 1975.

13 Na Conferência para o desarmamento, de Helsínquia, em 1975, os dirigentes russos fizeram-no claramente entender aos portugueses.

14 Logo após a sua rendição aos militares "putschistas", o antigo primeiro ministro Marcelo Caetano desejou que o poder não caísse «na rua».

15 O desenvolvimento da autonomia operária e experiências de auto-governo das lutas, são defendidas pelo jornal *Combate* (sem relação com o actual órgão do Partido Socialista Revolucionário, trotskista). O jornal anarco-sindicalista *A Batalha* defende igualmente estas práticas.

ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

Nome: ______________________________

Morada: ______________________________

____

Assinatura anual (2 números) Portugal 10,00 Euros
Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural A Vida**
Apartado 2537
1113 Lisboa Codex - Portugal

Enrico Baj

Anarquismo em Portugal (1974-2004) Conclusão provisória*

JOSÉ TAVARES

«Todos os acontecimentos ulteriores são a inevitável consequência do erro inicial.»
A. Von Humboldt

No tocante à perspectiva que se intitula anarquista ou ao movimento libertário – se é que podemos chamar *movimento* à actividade desgarrada dos indivíduos e agrupamentos existentes –, aquilo que em geral verificamos nestes últimos anos é que o anarquismo, enquanto projecção de ideias e confluência prática de indivíduos, não incute dignidade, energia, expressão, firmeza, génio, gosto ou temperamento. As ideias em voga não só não suscitam um significativo *encontro* de indivíduos, como se mostram incapazes de predispor a uma inteligência do tempo, das circunstâncias e das relações. Talvez porque às questões do presente continue a responder-se com argumentos do passado. Talvez porque o conservadorismo e o mimetismo sejam mais fáceis do que a reinvenção e a criatividade. Talvez porque em toda a parte domine a cultura do poder, assente em rancores, ódios, perfídias, dinheiro e emoções da mesma laia. Seja como for, uma coisa é certa: ao elevarmos um qualquer *ismo* à condição de vaca sagrada, transformamo-nos em seus escravos.

*

Ainda não se extinguiram os vestígios da falência, na década de 1970, da tentativa reorganizadora de um movimento que outrora fizera estremecer o poder estatal e económico. A seguir a Abril de 1974 deu-se o reaparecimento, em Setembro, do jornal *A Batalha*,[1] antigo órgão da CGT-AIT extinto durante o salazarismo, e depois do desastre que constituiu o lançamento do Movimento Libertário Português (1974-75), devido à velha polémica entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, mas também devido à proliferação de publicações e gru-

pos anarquistas (em Janeiro de 1975 surge o jornal Voz Anarquista, como aderente ao MLP, em Junho de 1975, surgiu a «Associação de Grupos Autónomos Anarquistas» que conheceu determinada adesão[2] e, nesse mesmo ano, surgiu A Merda, uma publicação que declarava não ser humorística, «humorística e ridícula é a sociedade em que vivemos», chegando a editar, segundo o seu editor, 150 mil exemplares), dá-se, no final de 1975, a reconstrução da FARP, que fora igualmente aniquilada, tendo até sido criada uma Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista (ALAS). Em 1975 apareceu a revista assumidamente satírica O Pasquim (Cascais). Em 1976 surgiram novos grupos e publicações, tais como O Satanaz (Almada), Sabotagem, Rastilho, A Terra Livre (Amsterdão), Revolta (Leiria), Acção (Tomar), Libertação (Pombal) e, no ano seguinte, 1977, surgiram, por exemplo, Apoio Mútuo (Évora), A Sementeira (Lisboa), Lanterna Negra (Lisboa) e O Anarquista (Leiria). Em 1978, de 2 a 8 de Junho, realizou-se a I Semana de Presença Libertária em vários sítios de Lisboa e arredores, em Julho, em Leiria, funda-se o primeiro Ateneu Libertário em Portugal e surgiu, em Abril, o jornal Meridional, e simultaneamente a livraria e editora Sotavento, em Faro. Mas apesar da existência de anarco-sindicalistas e inclusive de sindicatos de ofícios vários (SOVs)[3], estes eram em menor número do que os grupos e publicações anarquistas ou anarcas, os quais, embora não deixassem de difundir o anarco-sindicalismo, não fizeram deste bandeira exclusiva; de resto, curiosamente, hoje já nem *A Batalha* ostenta o título de publicação sindicalista-revolucionária ou anarco-sindicalista. Chegaram mesmo a fundar-se alguns centros, comunas[4] ou ateneus libertários[5], organizando-se conferências, comícios e manifestações em diversos pontos do país. Bastaram, porém, alguns meses, para que o pouco assim realizado, e que se expunha com a aparência de ter grande importância, ruísse ingloriamente entre 1979 e 1980.

Convém notar que não foi por causa da repressão que a reconstrução libertária pós-25 de Abril de 1974 se desmoronou. Apesar de alguns, como o autor destas linhas, dela terem sido vítimas, nessa ocasião só muito longinquamente a repressão teve algo a ver com o desastre final, ao contrário do que hoje pretendem certos elementos, precisamente aqueles que nada arriscaram nem puseram em prática as suas teorias. Para o estacionário é mais simples lançar-se com ferocidade para cima daqueles que generosamente e em consciência, sem nada pedirem em troca, se entregaram, mal ou bem, às ideias que defendiam, do que reflectir sobre esse período e sobre as responsabilidades individuais e colectivas. No passado, o anarquismo passou por momentos muito difíceis em que os seus activistas sofreram graves perseguições, sabendo no entanto sair de tais provações com as forças debilitadas, mas com as ideias robustecidas.

Esta nossa mais recente e prolongada crise tem lançado as pessoas para um pântano, onde as ideias putrefactas impedem a respiração, verificando-se que, quanto mais esforços se fazem para se conseguir sair do lodo, mais nele parecemos afogar-nos. O paradoxo da presente situação é que, ao tentarmos analisar este fenómeno de deperecimento, nos perdemos nos objectivos a atingir, recomeçando, como na *Batalha Sem Fim* de Aquilino, a desastrosa tarefa de alargar o pântano.

Temos pois, antes de mais, de perguntar a nós próprios se vale a pena tentar de novo analisar as circunstâncias que contribuíram para levarmos o anarquismo para a estagnação. Embora a inutilidade do esforço possa ser quase garantida, vamos empenhar-nos de novo na

gendo todos os aspectos da actividade humana, integrando-os num corpo teórico-prático não escrito, mas não menos eficaz. Ao desenvolver-se, o anarquismo configurou uma cultura que lhe era própria e que o distinguia radicalmente de qualquer outro movimento político-social. Mas isso só foi possível porque cada sector desenvolvia a sua própria actividade de forma absolutamente autónoma, confluindo na acção todos os sectores.

É justamente a derrota deste saber cultural que nos foi legado aquilo a que hoje assistimos, sem que se conheçam bem as causas que provocaram uma tal derrocada. Porém, esta imensa cultura anarquista permanece – e muito possivelmente permanecerá – como o lado obscuro das nossas exigências. Globalmente, sabe-se e transmite-se muito pouco do anarquismo; do que se sabe mais é da sua feição espectacular, daquela que mais facilmente se presta à função integradora, a uma vulgarização como espectáculo. Certamente que para uma pessoa ser anarquista não é necessário aprender de memória as obras completas de Bakunine ou de Malatesta. Por outro lado, ao anarquismo banalizado e sem conteúdo basta alardear uma chapa com o A circulado ou envergar uma camisola com qualquer frase contundente impressa, numa imitação das formas publicitárias hoje omnipresentes. Mas não estamos a falar disso. Insistimos naquilo que nos é próprio e que possa ir directamente à raiz do problema. Se queremos construir algo, temos de o fazer a partir de fundações que sejam nossas. Se queremos debater um problema, temos de nos apetrechar com um método adequado às nossas ideias. Não é pedir muito, é exigir apenas uma base mínima de reflexão.

Continuamos pois a perguntar-nos como será possível recuperar os restos do naufrágio e, com esses destroços, modelar as linhas directrizes que permitam construir a associação adequada às nossas próprias fundações mentais. Por mim, continuo a pensar que no anarquismo o indivíduo é o ponto de partida e de chegada, e que as associações de afinidades, com todas as suas limitações, são capazes de levar por diante uma acção permanente na luta pela emancipação de todas as tutelas.

No passado, o movimento anarquista, em particular a sua variante sindicalista, alcançou uma grande expressão popular graças à actividade de inúmeros grupos e associações anarquistas que, espalhados por toda a geografia do país, teciam uma forte rede de relações que mantinha vivo o fermento das ideias. Esses grupos contribuíram com o seu esforço para inventar uma cultura revolucionária, posta à prova em mais do que uma ocasião. Desde o século XIX, os pequenos centros, grupos de propaganda e acção, constituíram o mais eficaz núcleo organizativo anarquista para manter a luta contra o Estado e o sistema capitalista.

Produziu-se assim uma simbiose eficaz entre a luta dos trabalhadores pelos seus direitos através dos sindicatos e a luta revolucionária através do anarquismo. Mas à medida que o sindicato se desenvolveu, tornando-se uma instituição poderosa, começou também a degenerar, registando-se um certo desequilíbrio na acção combinada de ambas as forças e acabando isso por transvasar de modo evidente para o sindicalismo. Os grupos anarquistas, comunistas e socialistas libertários, passaram a desempenhar o papel de comparsas numa organização – conjunturalmente talvez mais eficaz mas a longo prazo contraproducente – que se apresentava como a depositária da ortodoxia anarquista.

Depois de quarenta e oito anos de ditadura salazarista, tentou-se pôr de pé estruturas que entre nós, contrariamente ao que se passou em

Espanha, não tinham sobrevivido a esse longo período ditatorial. Tentou-se fazê-lo com base no mesmo esquema de ideias, as esboçadas em circunstâncias distintas daquelas que se estavam vivendo. Rompido assim o cordão umbilical, que em outros tempos de crise havia permitido manter a continuidade necessária, a reconstrução apresentou-se mais como uma luta pelo controlo de um movimento que era apenas potencial, do que como a tentativa de fomentar um sólido movimento efectivo. A reconstrução da FARP terá pois passado, no fim de contas, por uma decisão daqueles que nessa altura, a partir de França, também dominavam a FAI (Esgleas-Montseny); quanto à ALAS (Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista) com apoio da SAC sueca, essa não foi mais do que a resposta à reconstrução da organização específica e do que isso representava para a velha guarda sindicalista-revolucionária. Quando, quase de imediato, começaram a surgir à luz do dia as contradições que se estavam praticando, os insultos e excomunhões começaram também – documentando-o na perfeição o comunicado assinado pelos jornais *A Batalha, Voz Anarquista* e *A Ideia* contra o jornal *A Merda* e seu editor José de Brito, em 1975[6], sem dúvida o primeiro de uma série de comunicados em que o insulto, o desprezo pela diferença e o culto pelo controlo do «movimento» são as características dominantes.

Os defensores de um anarquismo que já o não é, uma vez que nele eliminam os princípios de negação de todo o tipo de autoridade e o carácter de revolta, têm procurado e continuam a procurar, através da difamação simulada, negar aqueles que em sua opinião são «delinquentes» (fazendo lembrar a terminologia leninista ou estalinista) ou que simplesmente adoptaram o anarquismo como modo de ser e de estar, coisa inaceitável para certos libertários bem instalados. Isto enquanto outros, defensores duma ortodoxia anarquista, – sem se saber muito bem qual – lançam insultos e acusações graves em comunicações escritas, assinadas por diferentes siglas, contra os primeiros e contra mais alguns, considerados não anarquistas ou porque, muito simplesmente, não pensam da mesma maneira. São um espectáculo indubitavelmente grotesco estas gesticulações dos que, não conseguindo lutar contra o poder dominante na sociedade estatal e capitalista, sentem a necessidade de *bater* no indivíduo indefeso, no que se encontra mais perto, com o objectivo de reafirmarem um ego doentio.

Estou convencido que se há-de produzir um despertar e que ele virá da base do anarquismo, da pequena associação. Essa base já podia ser motivo para se convocar um encontro de centros, ateneus, publicações ou associações que aqui existem, mesmo que seja em pequeno número. Mas contra isso há uma barreira fatal, a que impede a simples necessidade do encontro, continuando fresca e vivaz a velha divisão «religiosa» entre bons e maus. Não é difícil perceber que o pouco que aqui existe anda controlado por *capelas,* cada uma

das quais se deve ver a si mesma como a mais justa e correcta – contos velhos.

Mas talvez tudo seja mais simples do que parece à primeira vista, se reduzirmos o problema à apatia que leva a manejar determinadas fórmulas aprendidas e que acabam por ser muito cómodas, em vez de se tentar reinventar o presente com argumentos do presente, passo importante para a construção de caminhos rumo à meta onde possa ter início outro ponto de partida.

Entretanto, se não conseguirmos estabelecer o diálogo, o confronto de ideias e opiniões distintas, se nos limitarmos a ser usados para estratégias e interesses pessoais ou de *panelinhas* desta ou daquela capela, a cultura de poder subsiste, sendo a prática libertária uma quimera, ainda por cima azeda e sem humor nenhum.

Os ateneus e centros libertários são espaços físicos onde se podem desenvolver os indivíduos e grupos que os compõem, mas, além disso, podem ser o espaço vital da experiência libertária que irradie para o exterior a sua influência. Se entre todos conseguíssemos pelo menos construir um campo aberto que permitisse a cada um, associação, ateneu, centro ou grupo, actuar de modo livre na área do seu interesse, sem que sobre as suas cabeças pendesse a cada momento o peso do anátema, a agressão da injúria, a velhacaria do esquecimento e do desprezo, com isso conseguiríamos fazer muito em prol do movimento de emancipação de todas as tutelas. ⊙

* Este texto foi escrito para ser lido na última Assembleia Geral da Associação Cultural a Vida. Como isto não foi possível, foi publicado neste nº da revista, não pretendendo ser uma listagem exaustiva de grupos, revistas ou acontecimentos do período retratado.

Notas:

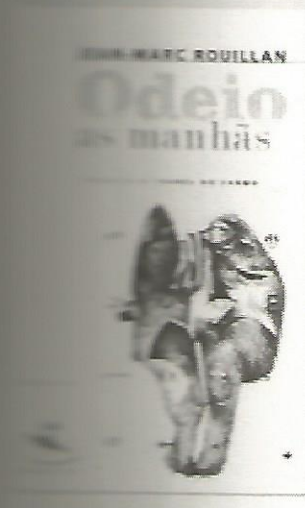
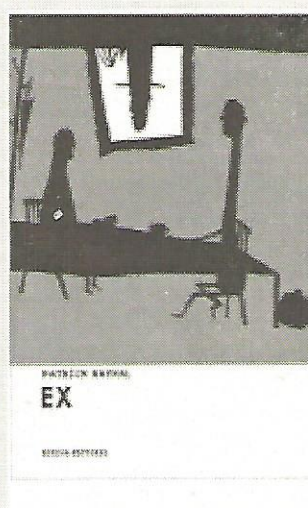
1Logo em Maio, os libertários ressurgem em Lisboa na manifestação do 1ºde Maio, em Almada, antigos militantes ligados à memória da FAI e da UAP (União Anarquista Portuguesa), organizaram um comício na Cooperativa Almadense; um grupo anarquista do Porto convoca uma manifestação para o Largo da Cordoaria, declaram-se homossexuais e afirmam que «O super-orgasmo da revolução não pode estagnar com um simples golpe de Estado». Surgiu a publicação A Ideia, editada, ainda em Paris, pelo grupo os Iguais que também pertenciam à corrente em torno da FAI. A esta corrente opunha-se a corrente sindicalista corporizada pela A Batalha, então como jornal «sindicalista revolucionário».

2 Aos Grupos Autónomos Anarquistas estava ligada a revista Acção Directa que nas suas páginas de dedicava a combater e desmascarar o militarismo, o marxismo-leninismo, defendendo o comunismo libertário e também difundindo certos textos individualistas.

3 A 27 de Dezembro de 1978, em Coimbra, «trinta e três trabalhadores resolveram constituir um SOV».

4 A Comuna de Kronstadt, junto à Avenida Infante Santo, em Lisboa.

5 Além do já mencionado Ateneu Libertário de Leiria (1978), surgiu em 1979, o Ateneu Libertário do Porto e o Ateneu Libertário de Coimbra. Esses, junto com outros indivíduos e grupos, constituíram, nesse ano, a União de Libertários e Anarquistas que chegou a editar um comunicado «Ao Gado Eleitoral: É a tua carcaça que eles querem, oh eleitor!» e um cartaz «Voto não é solução!», por altura da campanha eleitoral de 1979.

6 Com o exemplo d' A Merda surgiram outras publicações do mesmo género, como O Peido ou o Hebdomerdário e cujo conteúdo era já e só a repetição de frases humorísticas, falando de tudo sem grande profundidade. Assim, o «anarca» vinha substituir a imagem tradicional do anarquista que todos sabemos qual é...Mas se esse argumento, usado contra A Merda e seu editor, podia ser defensável, o mesmo não se pode dizer do insulto impresso no comunicado, acusando o companheiro José de Brito de, por ex., «comerciante nojento».

...depoimentos...

O povo aguarda, no Largo do Carmo, para ver se o poder vai cair na rua.

25 de Abril
1974-2004

Almeida e Sousa

I

a deusa está
bêbada
no santuário
e a transgressão faz a lei

era uma madrugada não muito fria. ainda assim madrugada. abril e, era soldado - deitado e, enrolado nos lençóis.
foi nesse estado de adormecimento que me disseram: - na rádio... na rádio dizem para os militares irem para os quartéis.
ouvi, eu próprio, a informação - rádio clube.
não fui. desobedeci às ordens.
se era golpe, queria ser espectador em liberdade.
adivinhava-se nova ditadura - o general, esse, conhecera-o em áfrica.
o curriculum não era famoso.
cascais - lisboa de combóio e estaria no centro dos acontecimentos.
não... seria ir para a confusão.
muita gente, sabe-se sempre pouco. esperei.
e abril chegou
como um amante
como numa viagem d'ácido
como num passeio agitado
como num poema de Rimbaud
como...
abril sempre. abril cravos. abril soldado. abril e depois maio e já não era eu militar, voltara a ser uma pessoa livre e com a guerra passada - não para trás das costas; as imagens ainda visitam (muitas vezes) os sonhos. a vigília...
e à agitação segue-se a esperança e à esperança a desilusão.

II

as manifestações do desejo podem escapar-nos
... porque rebeldes

ainda somos do tempo em que 20 escudos chegavam - o vinho corria do barril a jorros...
e a anarquia era um estado poético. apenas isso.
o passado era algo de desconhecido e os velhos "guerrilheiros" não davam sinal de vida. só os soube vivos muito depois.
até lá era o surrealismo o dadaísmo - um estar em estética. um estar poético/filosófico.
do engajamento político livrei-me.
sempre.
felizmente...
lia jarry, sade, rimbaud, vian, tzara, apollinaire, nietzsche, artaud para além das edições do pacheco.
lia o subterrâneo
o que se encontrava nas estantes mais negras das livrarias - o que escapava aos olhares dos bufos.

o teu sexo
floresce por entre as tábuas dum caixão
voltemos
meu amor
voltemos
ao calor da terra.
A mortalha é a roupa
os nossos corpos gozam a doce nudez

depois pintavam-se paredes; "nem deus nem chefes"...
depois, ainda, veio o pasquim. a livraria elefante circular ali para o bairro alto. o "situacionismo" e toda uma ressaca com mortes pelo meio.

e continuamos à espera do
d. sebastião
do resultado do totobola
dum toque no telemóvel
mas já sabemos ir à net...
continuamos analfabetos, incultos,
futebolistas
temos fátima
centros comerciais
e muitos estádios novos
e é frustrante
e é uma chatice
e é uma merda
"olh'à merda!..."
estamos em 2004. abril, o abril de
referência, tem 30 anos.

com Mário Henrique Leiria vos
deixo:

"O amor feito de noite/ ao som metálico/ de uma orquídea vermelha/ é a estrada uivante/ que se enrosca em tranças/ de animais marinhos."

Armando Veiga

Hoje, com 51 anos, a primeira vez que ouvi falar de Anarquia e anar quistas, foi nos idos anos de 69, belo número como diz o nosso amigo José Tavares.

Quem trouxe a palavra para casa foi o mano mais velho, estudante em Coimbra, nessa época. Justamente com essa vieram mais algumas: comunismo, trotskismo, marxismo, leninismo, situacionismo. Eram tempos de forte agitação política. Namorado pelos religiosos da LCI (Liga Comunista Internacionalista), rapidamente se fartou do seu tom paternalista. E, guiado pelo seu instinto, recorreu às fontes, Paris, donde regressava a cada viagem carregado de iconoclastas: Marcuse, Karl Korsch, Debord, *Socialisme ou Barbarie,* toda a livralhada das "Editions Champ Libre". Foi numa dessas publicações que li o ultimato de Trotsky aos marinheiros inssurectos de Kronstadt. E que me causou uma esclarecedora surpresa sobre o poder e o seu fascínio sobre os ditos revolucionários.

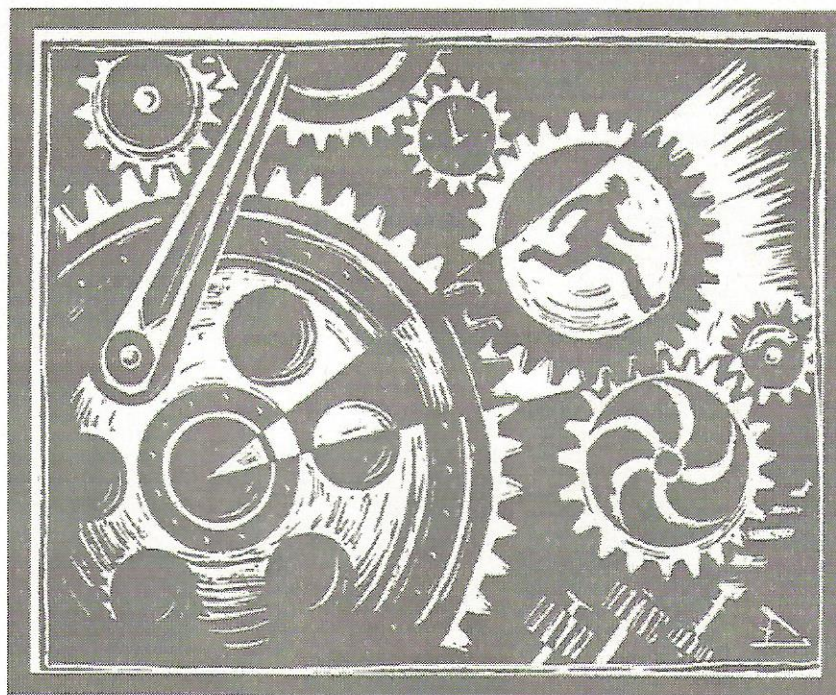
Efectivamente, a mensagem anárquica é das mais simples: não ao Estado e ao Capital. Vasto programa político, ao mesmo tempo.

Depois, a guerra colonial atirou comigo, e tantos outros, para o exílio, em Paris. Aí, as amizades foram selectivas e tive o prazer de conhecer quase toda a rapaziada que se reivindica do ideal anárquico nestas paragens. E, como dizia o velho companheiro José de Brito, aquele que apanha uma bebedeira de liberdade na juventude, dificilmente recupera para o resto da vida. Além de que também conserva e melhora as capacidades físicas e mentais. Um verdadeiro tónico!

Hoje, se me quiserem encontrar, encontro-me entre montanheses transmontanos, em Izeda, cuidando dos meus cavalos, com prazer, e dos meus alunos, a "contra-gosto".

Herculano Lapa

Em Abril de 1974 tinha nessa altura dezassete anos, e começava a dar os primeiros passos como aprendiz da construção civil, lembro-me das conversas animadas sobre qual a solução melhor para a defesa da classe trabalhadora, houve momentos tão acalorados que a pessoa que estava como responsável (o encarregado) da obra, dizia: ao trabalhinho vamos, vamos, a política não dá de comer a ninguém; esta conversa era para colocar um ponto final na discussão; (acerca do regime autoritário, este proporcionou o aparecimento dos partidos políticos e com as primeiras eleições livres, deu-se lugar a novos deputados agora pode-se dizer que o trabalho político sustenta muita gente, advogados, jornalistas, médicos, gestores e até trabalhadores, o ritmo das reformas que produzem é altíssimo, não contentes com a reforma que atribuíram a si próprios ao fim de oito anos no parlamento, preparam-se para reduzir o seu desempenho no hemiciclo para a obtenção da reforma) todos os dias havia assunto para a discussão porque as movimentações sociais estavam a acontecer de forma constante, ocupações das herdades aos latifundiários, ocupações de casas, e das fábricas, esta ousadia mostrou que se pode viver de uma outra maneira; quanto ao encarregado (o capataz) ele sentia que a sua posição não estava em causa de maneira que se atrevia a tomar atitudes de força.

Os partidos de esquerda que apareceram como os defensores da classe trabalhadora, fizeram com que eu tentasse perceber melhor as suas ideias, fui aos comícios dos partidos de esquerda na minha localidade; durante as sessões os oradores falavam das liberdades conquistadas, e faziam grandes discursos pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, sempre que havia um comício não faltava, para melhor conhecer as suas ideias . Numa dessas sessões estava lá uma banca, com jornais como também textos de Marx e Lenine; tratei logo de adquirir os livros sobre o proletariado e a revolução, aos poucos lá fui me iniciando, nos textos destes teóricos de uma parte da literatura revolucionária, e buscando mais conhecimentos sobre a condição operária. De um momento para o outro pareceu que tudo iria mudar e novos tempos poriam fim às más condições de vida, às contradições

no seio da família e a melhoria do local da habitação que não reunia as condições básicas. A vontade de mudar de vida, deu mais força à minha revolta e cada vez mais me aguçou o apetite pela leitura da literatura revolucionária.

Quando se realizou um dos primeiros comícios do PCP no Porto, logo a seguir ao 25 de Abril, o Palácio de Cristal estava cheio, os oradores com discursos na defesa de Abril e da classe trabalhadora e nas suas intervenções os seus slogans soavam no ar, "25 de Abril sim, fascismo nunca mais" , aos quais a multidão respondia em uníssono, uma sessão para mostrar a força do PCP; a palavra era privilégio dos dirigentes comunistas, as pessoas foram lá para dar vivas ao partido e ao povo trabalhador o que me pareceu pouco (estavam satisfeitos com essa força) para quem quer decidir tudo com todos os trabalhadores para se mudar de vida. O PCP já tinha a sua estratégia montada, dos trabalhadores esperava apenas o seu apoio; para seguir a linha traçada pelo comité central.

Com o fervor antifascista em alta, quando se realizavam sessões de esclarecimento (a expressão que os partidos davam quando se dispunham à discussão) ou comícios de direita, a juventude, a mais revolucionária, lá estava para os chatear, numa dessas contestações é

que conheci os jovens anarquistas e algumas das suas posições políticas sobre a questão social, daí em diante comecei a encontrá-los e a ler os jornais a Batalha (na altura havia cerca de vinte assinantes deste jornal anarco sindicalista) a Voz Anarquista, e as Revistas Acção Directa, O Apoio Mútuo como também obras de Bakunine e Kropotkine entre outras dos pensadores anarquistas. Os simpatizantes anarquistas entre si faziam circular livros, jornais e revistas de maneira que em pouco tempo já tinha lido uma pequena parte dos textos libertários. O jardim da Praça da República foi ocupado pelas pessoas de simpatias anarquistas, havia alturas que nos juntávamos entre vinte e trinta (ou mais) jovens de ambos os sexos. De frente para o jardim estava o café Manco d'Areia o local ponto de encontro da malta marginal, o jardim como espaço de debate de ideias e local onde cantávamos as canções revolucionárias e sonhávamos com um mundo novo, convivendo com espírito de comunidade; os anos passaram, mas essa férrea vontade de mudar o mundo, ainda permanece em alguns de nós. Para os encontros mais alargados havia A Ilha dos Amores, (onde diversas ocasiões nos reunimos várias dezenas de jovens) este local situava-se num lados do Rio Ave. Ficam também na memória os encontros em Lisboa, na tentativa de reorganizar o movimento libertário, um dos primeiros debates anarquistas em Belas Artes, no Porto, com a presença também do Emídio Santana, o João Freire como de várias dezenas de simpatizantes anarquistas; tempos propícios para a política, também para a adesão ao pensamento anarquista, facilmente havia pessoas para realizar as pilhagens como para distribuir panfletos.

A acção política estava na mó de cima, e os anarquistas como também as outras correntes políticas, pensavam que só haveria avanços, nas liberdades como na condições de vida de todos os portugueses, a estagnação da situação nestes dois aspectos, e com o passar dos anos, desgastou essa vontade inicial e originou a conclusão apressada que a solução política revolucionária nada mais acrescentaria pela melhoria das condições de todos os portugueses, esta análise empurrou de uma maneira geral, todos para a moderníssima política de cada um por si (como é evidente os patrões, profissionais da política e todos os burocratas e toda essa gentalha que ganha quantias avultadas, agradecem este deixa andar) de igual modo os libertários também aderiram a este modelo (não basta estar contra, é necessária uma prática solidária) como todos os portugueses pelo salve-se quem puder. Hoje, tal

como no passado, a esquerda, e agora também os partidos de direita reivindicam-se como defensores dos poucos trabalhadores que hoje são necessários para que a engrenagem não pare; e têm esta atitude para os manterem o máximo de tempo possível nessa mesma condição de assalariados.

Os resultados das suas políticas nos últimos trinta anos estão à vista: o agravamento das condições de vida. O trabalho é sinal hoje de algum privilégio, aos desempregados, a esses, sobram umas migalhas. A actualidade das propostas anarquistas mantém-se porque persegue o fim do assalariado, e anseia que as pessoas sejam actores e não espectadoras das suas próprias vidas de maneira que convém recomeçar tudo de novo todos os dias, e dar continuidade às lutas sociais isto porque consideramos a democracia representativa (ainda nova entre nós) um modelo arcaico de gestão. Como libertários propomos a democracia directa, porque dispensamos todo o tipo de intermediários, e queremos construir um mundo solidário.

Os quentes anos 70 em Coimbra

F. Carmichael

"Nós somos aqueles contra quem os nossos pais nos preveniram»

1. Antes de 68

«Cours vite, camarade, le vieux monde est derrière toi»

O fascismo era um nojo. Os fascistas eram (e são!) repugnantes, estúpidos, incultos, beatos, salazarentos. A sociedade (se é que se tratava de uma sociedade!) Portuguesa era cinzenta, sem tonalidades. Mesmo o terror era cinzento.

O fascismo, com o cortejo de cúmplices e de braço dado com a omnipresente igreja, fazia estiolar todas as formas de vida. Era proibido ser, sentir, falar, amar, gostar, viver. Era muito proibido...cantar. Em 1968 em Braga, a pútrida, a censura proibia para um espectáculo de estudantes liceais "...José Afonso, Correia de Oliveira...e etc."!!!

Os padres mandavam e recebiam a dízima, os polícias e pides prendiam, batiam, torturavam, exilavam e matavam, os seus cúmplices denunciavam, a burguesia confessava-se e ia a missa, fazendo-se de compungida.

Nas colónias, "os pretos" (esses calaceiros malcheirosos no dizer das consciências muito católicas dos colonialistas portugas!) trabalhavam sob o chicote, em portugal os míseros camponeses andavam descalços...e iam, como hoje, a fátima...

Instalados no poder totalitário os porcos que hoje se dizem democratas esbulhavam o país; salazar, o porco-mor, punheteava-se piedosamente sob o olhar atento e curioso do cerejeira e da senhora maria, vindo-se com as descrições das mortes no Tarrafal. Os seus ministros rebolavam-se de gozo abjecto. Hoje ensinam história para parvos (!!!...) na televisão, são ministros do ps ou reputados conselheiros!!!

Grande chatice! Os "terroristas" começaram, em Angola, Moçambique e Guiné, a dar que fazer aos nossos "bravos rapazes". Os "bravos rapazes" que hoje, depois de algumas comissões a coleccionar orelhas e testículos de "terroristas", querem ser ressarcidos do seu passado sofrimento, que lhes provocou stress de guerra pós-traumático!!!

E, na pátria, alguns atrevidos começaram a questionar em actos não controláveis este quadro idílico!

O poder até já estava habituado a lidar com a oposicrática (umas porraditas num doutor e a coisa acalmava). Os mais combativos, os verdadeiros revolucionários, eram mortos na pide ou no Tarrafal.

Mas agora com estas modernices vindas do estrangeiro...

De facto, os jovens Portugueses estavamse a começar a cagar para as oposições clássicas; e então depois de Maio de 68...

Em Coimbra, a coisa começou mais a sério em 69 – a célebre crise. Ainda controlada em certa medida pelo PC, via Barros Moura ("Intelligence Barros Moura", IBM, carinhosamente modificado por alguns menos respeitadores para "Ibo", a usar-se em frases como "...hoje, por acaso, apetecia-me comer um Ibo..."), rapidamente os estudantes – alguns, claro, poucos...a maioria estudava – descambaram para críticas mais acutilantes do capital. E, ao som dos Doors ("We want the world and we want it.....NOW!!!"), começou a dança!

2. Entre 68 e 74

"Vivre sans temps morts, jouir sans entraves"

Em 70 cria-se em Coimbra o Centro de Estudos Sociais e Económicos (CESE). Reunia primitivos trotskistas, maoistas e alguma pessoas. Foi pouco, mas foi alguma coisa. Os trotskistas e maoistas rapidamente se tornaram insuportáveis e o clube desfez-se. Ainda bem.

Entre alguns dos sobrantes, as ideias de Maio 68 – as ideias dos situacionistas e enragés – começavam a ser conhecidas. As malfeitorias de Trotsky e Lenine – assassinos dos revolucionários de Kronstadt e da Ucrânia (os ditos Makhnovistas) e preparadores conscientes do advento do Pai José – tornaram-se notórias.

Paralelamente, as ideias e práticas dos antigos Anarquistas são retomadas. As histórias exemplares de Buenaventura Durruti e Francisco Ascaso são conhecidas. Bonnot e Raymond-la-Science fazem-nos vibrar. Cantamos a "Ravachole". Discutimos a Comuna de Paris. Violentamente, às vezes. Na Praça da República, alguns estudantes ligados ao (gemebundo...) PC são ameaçados: "...se se atrevem a dizer mal da Comuna, levam porrada...".

São publicados panfletos incendiários. Contra o poder fascista, mas também contra os totalitarismos de outras cores (edita-se, por exemplo, "O Ponto de Explosão da ideologia na china"; um texto de comemoração da Comuna de Paris termina dizendo: "...e a vós, filhos da puta que de há muito conhecemos, não vos daremos sequer tempo para um arroto – precisamos das vossas tripas para saltar à corda!").

A crítica em actos da propriedade (a que os burgueses chamam, sacristamente, roubo) torna-se comum. Os estudantes deixam de roubar galinhas e passam a roubar tudo!

Claro está que a obsoleta e ridícula parafernália estudantil desaparecera totalmente – tínhamos lá tempo ou disposição para momices como capas e batinas, praxes, serenatas ou tricanas!

- "A função social dos estudantes é apanhar

…" – dizia o Karpa (alto, forte, cabelo e … negras, uma das pessoas com mais … física que conheci, já falecido) em 10 … de 1970. Na véspera, tínhamo-nos … intensamente – mandámos 15 polícias … Hospital, um deles com perfuração … Coimbra estava em luta! Os estudantes … tinham fugido de uma carga policial – … ficaram! Enquanto que, sub… o "herói" da crise de 69, alberto … pirava-se no seu carrito – pois se o … tinha um … garantir!

… mui… combate… pe… pis… A estupi… incom… dos po… revelar… mente – … em … Ain… vivo, … de ter fi… rim …

Anos 70, festa de estudantes radicais.

… nesse dia – o ataque organizado … unidade combatente a um carro da po… … bonito de se ver: primeiro pará… … amassá-los.

… subsequentes, as propostas … – ocupar a Associação e só sair… … azeite a ferver para cima dos ata… … flechas incendiárias!

… nem mestres, crescíamos. Pela pri… … vivia-se intensamente. Estávamo-nos … para o futuro (resposta de um estudan… … a um inquérito em que se pergun… … pensava como futuro médico: "eu não … futuro médico!").

Praticávamos o fim da discriminação sexual. Até nas repúblicas – antros de estudantes pouco avessos a verdadeiras revoluções. Primeiro os Milionários, depois o Trunfo, logo a seguir os Galifões – que passaram rapidamente a Comuna – viram as mulheres assumir a sua posição igualitária.

Bebíamos e usávamos drogas, claro – extraíamos o máximo de uma vida que não esperávamos duradoura. E expandíamos os nossos cérebros. Não tínhamos planos para o futuro – o futuro era a revolução. Que era inelutável e estava em curso!

Não suportávamos mais os discursos castradores e moralistas de curas, pides ou militantes!

Mas organizávamo-nos! A teoria dos Situacionistas e a prática dos Tupamaros! Desenhava-se até uma base territorial – a alta de Coimbra, e um quartel-general: a Comuna dos Galifões.

Organização restrita, solidariedade total, expulsão imediata dos titubeantes, ausência de violência entre os membros da unidade combatente, disciplina livremente assumida, decisão por consenso rápido, compromisso de dissolução no momento revolucionário. Tacticamente, pequenos grupos (usualmente 4 elementos), dirigidos para a acção, ignorantes da actividade dos outros. Em caso de prisão...aguentar 24 horas pelo menos, berrar a identidade na altura da prisão.

A par e integrando o usufruir da vida realmente vivida: a luta política. É o tempo das distribuições de panfletos, das pichagens (a melhor – em letras garrafais, nos comboios, levando a todo o país a consigna que, embora limitada, era a que mais incomodava o poder colonialista: "Abaixo a guerra colonial!"), das manifestações relâmpago, do apoio aos camaradas presos. E o gozo que nos dava cada uma das nossas acções – ou as acções das Brigadas Revolucionárias, que admirávamos!

É o tempo também das ameaças de morte pelos pides, da agressão selvática pela polícia, da prisão de camaradas e amigos. É o tempo também, tenho que o dizer, do medo: não medo paralisante, mas constante. Não tanto medo da prisão, ou da morte (sabíamos que era uma possibilidade); nem sequer, talvez, o medo da tortura. Temíamos, acima de tudo, não ser capazes de aguentar. E, para alguns de nós, este temor já vinha desde os 16 ou 17 anos...

3. Do 25 de Abril ao 25 de Novembro

"Nous voici quelques uns, épris du plaisir d'aimer sans réserve, assez passionnément pour offrir à l'amour le lit sumptueux d'une révolution"

Com o 25 de Abril (em Coimbra, só a 26), a festa.

De ver que em Coimbra não foi o heróico Salgueiro Maia que veio com os seus tanques para nos salvar; fomos nós que fomos buscar um futuro heróico capitão ao quartel. Que ele não estava lá com muita vontade, foi preciso provocá-lo: "então estamos nós a vigiar os pides e a gnr, e os filhos da puta a queimar documentos e vocês, cheios de G3, não se mexem? E em Lisboa já acabou o fascismo!!!"

Finalmente lá se decidiram. Mistério! Um dos nossos carros, com cinco pessoas (entre os quais o Karpa e o Vítor, já falecidos), tinha desaparecido.

Esclarecimento quando invadimos a sede da pide – estavam lá todos!

"- Como é que entraram antes de nós?

– Fomos presos!".

De facto! No dia 25 de Abril de 1974, às 11.30 da manhã, cinco pessoas dos Galifões, a fazer pichagens revolucionárias, foram presos pela pide! "- Finalmente conseguimos apanhá-los!" dizia o filho da puta do pide horácio. Tarde piaste! No dia seguinte, fazíamos a festa à luz da fogueira dos carros dos pides incendiados!

E a festa continuou!

O grupo crescia – revolucionários de todo o Mundo visitavam Coimbra...e ficavam na Comuna dos Galifões!

Os revolucionários organizavam-se. Mobilizavam-se os estudantes radicais – a célebre Lista B, de acratas, propunha o fim da Associação Académica, a ocupação das instalações por revolucionários; publicava "A miséria no meio estudantil". Distribuía panfletos que terminavam com a frase "puta que pariu os estudantes!"

Albergávamos revolucionários de todas as proveniências sociais e geográficas.

Ocupávamos casas; participávamos em Comissões de Moradores; colaborávamos com unidades cooperativas de produção em terras ocupadas no Alentejo que fugiam à influência nefasta do PC; apoiávamos unidades fabris em autogestão.

Distribuíamos imprensa revolucionária.

Dávamos atenção à auto-defesa. Os grupos vindos de antes do 25 de Abril continuavam operacionais; aproveitávamos a colaboração

[illegible] radicais para fazer treino militar; [illegible] -se até o plano de defesa da Sé Ve- [illegible]

[illegible] activamente em todos os mo- [illegible] cos da revolução. Em 28 de Se- [illegible] coordenámos barricadas; em 11 de [illegible] ocupávamos (a pedido de militares de [illegible] esquerda) o aeródromo de Cernache. [illegible] seria ocupada a sede do CDS...

[illegible] sempre, em todas as trincheiras; [illegible] grupos militares radicais – nome- [illegible] os SUV (Soldados Unidos Vence- [illegible] a entrevista que alguns dos mem- [illegible] SUV deram a uma televisão nórdica [illegible] dos Galifões, encapuçados e [illegible] pretos a ocultar restos da [illegible] estudantil ainda sobreviventes...

[illegible] curávamos a elaboração teórica e [illegible] estratégico. Estávamos cons- [illegible] fragilidade da revolução Portugue- [illegible] do acesso ao poder pelos tota- [illegible] Desenvolvíamos uma crítica cerrada às organizações pseudo-revolucionárias que mais não queriam que partilhar umas migalhas de poder (ainda hoje o querem – veja-se o bloco de esquerda...).

O nosso inimigo era e é o capital em todas as suas formas, o poder em todas as suas manifestações. Jogámos duramente, sabendo dos riscos que corríamos, e gozando intensamente cada momento.

A revolução foi bloqueada, mas não por nossa causa!!!

4. Depois do 25 de Novembro de 75

"On a bien fusillé Varlin,
Flourens, Duval, Millière,
Ferré, Rigault, Toni Moillin,
Gavé le cimetière...
On croyait lui couper les bras
Et lui vider l'aorte...
Tout cela n'empêche pas, Nicolas,
Que la Commune n'est pas morte!"

Fomos muitos para Lisboa, nesse dia. Sabíamos que a Revolução estava em jogo, e que não tínhamos grandes possibilidades de ganhar...mas se ganhássemos, podíamos mudar o Mundo!

Parámos uns minutos a 20 km de Lisboa. Éramos uma unidade combatente de 25 pessoas. Outros tinham ficado a defender a casa, em Coimbra. Outros já estavam em Lisboa. Tivéramos informação de mandatos de captura para nove de nós.

Partilhámos uma garrafa de aguardente – podia ser a última vez que nos víamos. E tínhamos previsto a possibilidade de nos internarmos no Alentejo e passar à guerrilha, se fosse preciso.

Não foi preciso. A montanha pariu um rato.

Lisboa, a Vermelha, abria as pernas a meia dúzia de comandos de pelos no peito. Os heróis militares do 25 de Abril borravam-se. Alguns, mais conscientes, piravam-se e traziam armas. Outros entregavam-se ao ver que ninguém tinha tomates para a luta.

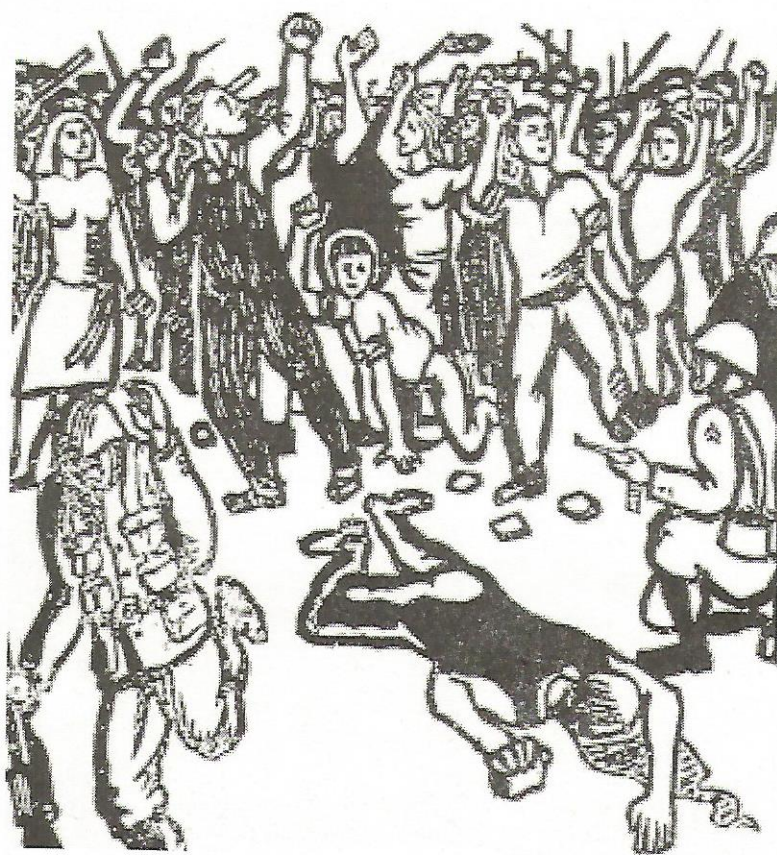
E nós? Pregámos umas chapadas a uns paraquedistas em lágrimas, arranjávamos algum equipamento e voltávamos para a luta!

A luta continuou. Nas suas múltiplas formas. Participando em lutas estudantis, e nas outras. Impedindo a reacção, abrindo novas frentes. Ecologistas de esquerda e novos anarquistas integraram as nossas fileiras. Continuávamos a viver de forma real, recusando os compromissos bacocos dos partidos e os atractivos do capital.

Alguns de nós pegaram em armas, mais vezes. Alguns morreram com elas na mão.

Quando chegaram os anos de chumbo, nos oitentas, alguns traíram. Dos nossos, muito poucos. Quando morrerem, "les echaremos tierra en la boca".

Os outros, muitos e bons, estão por aí. Dissolveram-se no momento revolucionário, como pressupunha a teoria. Mas organizam-se quando necessário. Os verdadeiros revolucionários de qualquer idade ou época reconhecê-los-ão com facilidade. Não contem é connosco para partidos ou projectos de poder.

Somos acratas!

Fanny Forniés

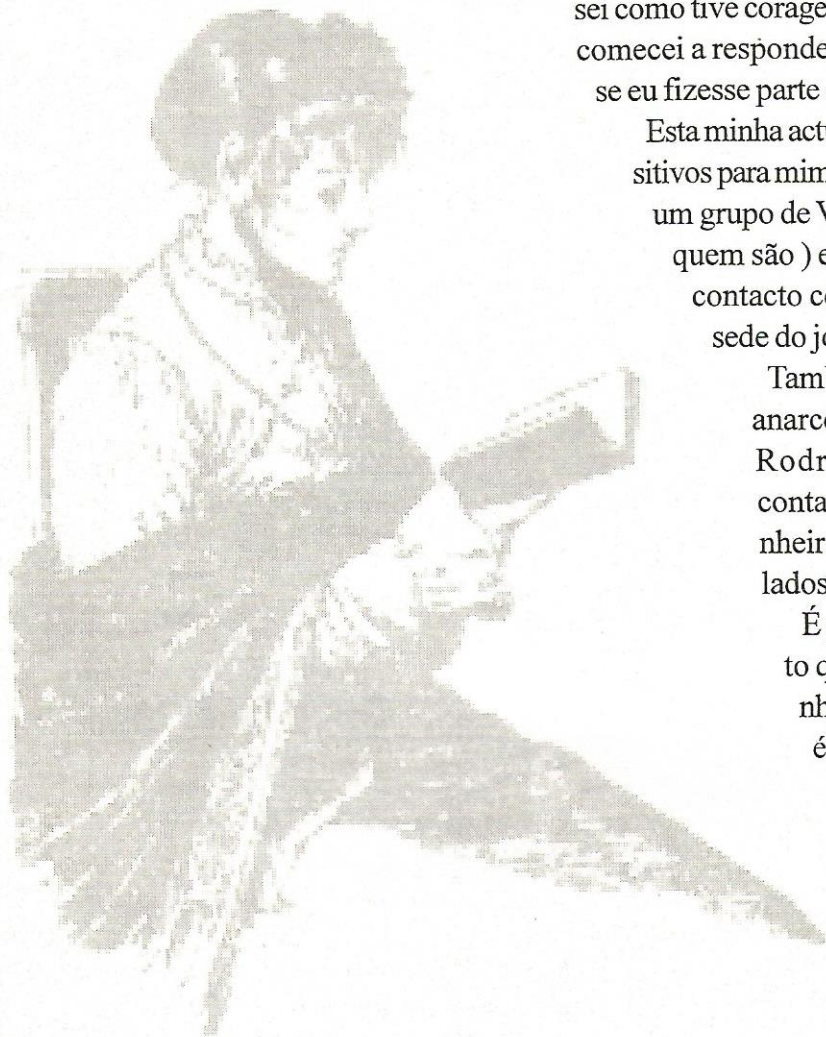
Não gosto de falar do meu passado. Por este motivo resulta irritante ter de falar da minha primeira relação com o mundo das ideias libertárias. Não tenho nenhuma data oficial, como acontece nos casamentos mas vou tentar situar no tempo quando comecei a gostar doAnarquismo.

Durante os primeiros anos da minha vida ouvi falar dos anarquistas mas não fiquei com uma ideia concreta de quem eram essas pessoas. Com um sentido mais objectivo: quando li textos, artigos jornalísticos e até aquilo que escreviam nos muros, foi no Maio de 68. Aí comecei a sentir simpatia pelas pessoas que falavam assim e que expressavam ideias transgressoras. A partir desse momento a minha curiosidade despertou em direcção desses homens que tinham a coragem de afirmar algo que até então, ninguém se tinha atrevido a dizer publicamente.

Desejava conhecer as bases do Anarquismo mas, no mundo que me rodeava que era o Marxismo não encontrava nada. Perto de 1970, numa feira do livro realizada nas ruas de Vigo encontrei um livro intitulado Historia del Anarcosindicalismo, cujo autor era Juan Gomez Casas, editora ZYX (Biblioteca Promoción del Pueblo). Aí encontrei bases para poder fundamentar minhas incipientes ideias e provar perante os maoistas que não era "uma confusa". A seguir comecei a comprar obras que ocasionalmente encontrava que me fizeram ver melhor aquilo que tinha sido o Anarquismo, principalmente na Espanha.

Quando se deu o 25 de Abril, e vi que havia muita variedade de ideias, dediquei-me a assistir todos os comícios e a todas as reuniões públicas que podia, com o desejo de encontrar uma que tivesse a ver com as minhas ideias. Não tinha sorte porque na assistência havia uma "panelinha" que me hostilizava e por isso não me deixava saber muito de cada grupo.

Um dia ouvi dizer que no partido socialista existia uma tendência basista semelhante aos movimentos libertários. Eu, como até essa altura não tinha encontrado qualquer grupo que me agradasse dirigi-me à sede do Porto desse partido. Encontrei à minha frente uma pessoa muito aberta que me convidou para assistir às reuniões, discussões, etc. Durante algum tempo frequentei tudo isso até às primeiras elei-

ções. Nesse momento senti que não fazia nada de positivo aí porque as pessoas estavam mais interessadas em ganhar que em esclarecer e informar as pessoas do seu projecto. Além disso havia grupos de pessoas que eram impostas nas listas através de Lisboa, estas desconhecidas de todos que frequentavam o partido. Tive vergonha de ter passado todo esse tempo com eles e por isso escrevi uma carta na qual pedia que me desligassem de qualquer compromisso.

Assim passei uns meses na travessia do deserto até que um dia vi anunciado um comício na Praça de S. Lázaro cuja responsabilidade era de um grupo anarquista. Fui lá com o desejo de conhecer alguém das ideias e, se possível pertencer a um grupo libertário. Os oradores falavam desde o coreto dessa praça e entravam em diálogo com a assistência. Comprovei que não se aguentavam em certo momento, porque assistiam alguns indivíduos que gostam de provocar e afirmar aquilo que há de mais baixo e reles sobre o Anarquismo. Não sei como tive coragem mas, saltei ao coreto e comecei a responder a certas pessoas como se eu fizesse parte do grupo.

Esta minha actuação teve resultados positivos para mim : entrei em contacto com um grupo de Vila do Conde (já sabem quem são) e através deles entrei em contacto com a Angelina Vidal (1ª sede do jornal A Batalha), etc...

Também conheci um antigo anarco-sindicalista chamado Rodrigo que me pôs em contacto com alguns companheiros que tinham ficado calados até essa altura.

É pois desde esse momento que eu me sinto acompanhada, neste caminhar que é a vida, por todos vocês.

Um beijo.

Maxim Kantor, Mudança de Elites.

Algumas considerações histórico-biográficas:
Sobre a conversão dos esquerdistas dos anos 70

MANUEL DE SOUSA

"Avanti popolo, alla riscossa
Bandiera rossa, bandiera rossa
Avanti popolo, alla riscossa
Bandiera rossa trionferà"
De uma conhecida música muito cantada nos anos 70

Descobri já há uns tempos atrás que a ministra de educação do Estado Espanhol do recém falecido governo do PP Dona Pilar del Castillo, elegante em seus cinquenta anos, foi militante duma organização esquerdista chamada *Bandiera Roja*, tendo abandonado esse mundo lá pelos idos de 78. Depois disso tornou-se uma socióloga séria, cientista política reconhecida. O seu doutorado na Universidade de Columbus (Ohio), com uma bolsa da Fundação Fulbright, confirmou, ao que parece, a sua conversão. Tal como Josep Piqué, Anna Birulés e seu marido, o deputado Guillermo Gortázar, fazem parte da nova intelectualidade da direita. Por lá dizem que fazem parte da geração boba, uma mistura de boémios e burgueses, o que a mim me parece quase um elogio, pois estão mais próximos, a meu ver, daquilo que eu imagino serem uns filhos da puta, velha expressão das línguas latinas, que não se refere tanto à mãe que os pariu, do que à sua condição de oportunistas safados, alguém em quem nunca se devia, nem deve, confiar.

A tal Pilar, ex-comunista, trabalhou de forma consequente para fazer aquelas reformas que todos podem imaginar, preocupada com a revalorização do ensino religioso das pobres crianças, não se vá dar o caso de alguma vir a ser ateia, céptica, ou tão só descrente, coisa que ela, como ex-militante da *Bandiera Roja*, sabe não ser nada bom para a sociedade.

Já conhecemos muitos outros casos, um pouco por todo o mundo, sendo um dos mais famosos o daquele opositor ferrenho da NATO, Javier Solana, que se tornou secretário-geral da dita. Muitos outros comunistas, maoistas e trotsquistas, com um emblema do PSOE na lapela, comeram na mesa dos condes e das marquesas, ou nos seus leitos, nas amenas praias mediterrâneas, em nome da reconciliação nacional e de um mundo melhor. Para eles pelo menos.

Este não é, no entanto, um fenómeno do Estado Espanhol. O mesmo pode ser constatado pela Europa fora, da mesma forma que no resto do mundo. Também por aqui, na velha terrinha, há algumas décadas atrás, milhares de jovens gritaram, atrás de bandeiras vermelhas, contra os males do mundo em que viviam. Os males, esses tinham quase todos na sua origem uma causa bem definida que todos eles tinham aprendido a definir e explicar: o capitalismo. Outros motivos diversos também provocavam sua indignação e ira: o fascismo, os baixo salários, as reformas do ensino, a guerra colonial ou do Vietname, mas todos tinham claro que o mal maior, e fundador da desgraça, que se abatia sobre os explorados e os povos era esse sistema que seus adorados mestres tão bem, e cientificamente, haviam descrito em suas inúmeras obras.

Alguns entre eles eram operários, mas a maioria era, inegavelmente, estudantes liceais e universitários, no activo ou em compasso de espera, seus chefes, um pouco mais velhos, que sabiam de trás para a frente as cartilhas, haviam desertado da tropa, eram refractários ou pelos menos escapuliram de casa dos pais. Nem todos eram iguais: para uns Trotski enfileirava ao lado dos mestres Marx e Lenin, outros achavam que não, só Estaline tinha, de pleno direito, um lugar ao lado dos fundadores. Mao, o grande timoneiro, logo foi acrescentado à galeria por muitos entusiastas. Com tempo, outros tentaram outras variantes, sendo Che, Ernesto Guevara, o das camisolas, o escolhido. Levando em conta a famosa foto de Alberto Korda talvez estivessem mais certos que quaisquer outros sobre os dotes de Guevara, como se vem comprovando nos tempos que correm na indústria da moda. À falta de melhor, uns quantos, como a dupla Espada & Pereira, conhecidos fundadores do pensamento democrático e liberal português, somaram Enver Hoxa aos guias, numa época em que a crise dos grandes timoneiros era já visível.

Esses estudantes esquerdistas também tinham uma característica muito comum: eram de origem burguesa, filhos até da classe média e alta, o que permitia a alguns leitores atentos de Freud, darem explicações psicanalíticas para as suas raivas juvenis. O que é certo é que a acreditar nas suas palavras, discursos e berros, eram os verdadeiros representantes do proletariado, uma palavra cientificamente sofisticada que usavam para falar do povo, o que podia ser confirmado pela discreta presença de algum companheiro metalúrgico ou da construção civil nas suas organizações. As referências à necessidade de uma vanguarda, ou seja deles próprios, eram constantes, tal como a evocação do papel fundamental dos dirigentes, eles mesmos, da necessidade de tomar o poder, do exercício da ditadura, condições indispensáveis para uma mudança social. Nos seus grupos aplicavam esses mesmos princípios de autoridade, num exercício coerente entre a teoria e a prática: dirigente era respeitado, pelo menos até cair em desgraça, disciplinavam as bases, exigiam a confissão dos erros, criticavam sistematicamente os outros, auto-flagelavam-se e penitenciavam-se. Tudo em nome da disciplina partidária contra todo o desvio e heresia teológica, a que davam o nome de «concepções oportunistas», mostran-

do assim serem mais rigorosos que a velha Igreja, que foi aprendendo, com os séculos, a ser branda e a conviver com as fraquezas humanas e com o pecado.

Durante anos cada grupo, pelo seu lado, lutou para construir o verdadeiro Partido, uma luta homérica que gerou o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), várias variantes com nomes próprios, Movimento para a Reorganização do Partido do Proletariado, o tal MRPP, Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa, mais conhecida por Grito do Povo, Partido Comunista Português Reconstruído, à custa dos esforços históricos do CMLP, CCRML, URML, OCMLP, a União Democrática Popular, etc. É evidente que também havia o MES, a LUAR, PST, LCI, PRP e centenas de outras coisas, umas constituídas por dez, outras por cem, outras por mil militantes e um por cento de dirigentes. Uns mais iluminados e sectários que outros, mas todos eles tendo um arremedo de linha justa, uma representação, mesmo que parcial, dos trabalhadores, e um mítico destino para Portugal e o Mundo. O objectivo imediato de quase todos eles era claro: a Insurreição e a Revolução, um momento mágico onde esses dirigentes confirmariam o seu destino, num futuro radioso em que acreditavam piamente, ou em que convenciam outros, mais ingénuos ou estúpidos, a acreditar.

*Maxim Kantor, **Ocidentais, e Eurasiáticos.***

Os jovens imberbes, seus adeptos, entusiasmavam-se pois só tinham visto coisa semelhante, e tanta fé, na missa do galo ou em Fátima, antes da sua conversão à ciência do marxismo. Quanto aos trabalhadores que iam aparecendo, viam nessas organizações e partidos um outro sentido para as suas existências sofridas ou miseráveis, acreditando que afinal o mundo podia mudar. Mesmo que o que vissem à sua volta os pudesse perfeitamente convencer do contrário.

Dificilmente saberemos o que ia na mente de todos esses amados dirigentes - que iam do secretariado ao comité central, passando por alguns, mais humildes controleiros -, mas dá para desconfiar que já se viam no papel de heróis do povo, comissários de um novo estado, principalmente no momento em que o velho estado novo se foi quando uma revolução num Abril de 74, que poucos haviam esperado, mostrou que o horizonte amanheceu vermelho. Aos vinte e poucos anos ou trinta, já era possível sonhar com o impossível, um cargo oficial, uma dignidade estatal ou, quem sabe, um ministério ou uma secretaria qualquer, mesmo que tivessem esse nome revolucionário de comissariado num país novo, como eles.

Cada um desses dirigentes, teve possivelmente a sua fantasia e o seu sonho, as multidões que ocupavam as ruas também tiveram muitos mas, infelizmente, a maioria deles delineados pelas aspirações dos seus chefes que, já experimentados em teoria e em estratégia, saíam das suas clandestinidades, verdadeiras ou de opereta, ou dos seus exílios estudantis em Paris e Genebra para encabeçar a luta das massas. Cada semana e mês desses anos de 74 a 76 foram vividos com expectativa pelos combativos dirigentes, mas o Poder, custava a deixar-se agarrar por esses jovens ansiosos. Cada vez que se aproximavam, mais se afastava deles, os mestres do poquer, em Washinghton, Moscovo e Bona, e seus pupilos nacionais, do PCP, PS e PPD, estavam a elevar a parada em cada lance, embora predominasse o blufe. Os gaiatos queriam jogar, mas ninguém lhes dava cartas e quando ameaçavam roubá-las, quase sempre recebiam um empurrão condescendente, dos mais entradotes: Cunhal, Soares e Sá Carneiro, que tinham já a experiência para saber que quem mandava nesse baralho viciado não eram eles, mas os mestres ausentes que iriam definir o momento da vitória e a quem ela pertenceria.

Quando o fim do jogo ficou claro, no grande blufe de Novembro de 75, os jovens dirigentes avermelhados pelo calor do Verão quente, já tinham aprendido um pouco mais da vida e nesse momento decisivo uns, mais arrojados, bateram com a porta, outros, pé ante pé, saíram sem ruído, deixando para trás, sem saudade, arrependimento ou vergonha, o seu passado feito de palavras grandiosas como povo, proletariado, revolução e comunismo e de algumas más acções como assaltar bancos, roubar e ocultar armas, furtar móveis ao estado, sanear professores e empresários, assaltar embaixadas, ocupar casas e terras, queimar sedes de partidos democráticos etc e tal. Outros mais hesitantes, ou mais lentos em seus reflexos, deixaram arrastar por alguns anos a decisão na ingénua ilusão de que algum sentido havia no seu passado ou de que não poderiam esquecer tudo que leram em tão pouco tempo. Mas, aos poucos, quase todos foram saindo, mais ou menos discretamente, deixando os últimos militantes desanimados e confusos. As grandiosas organizações, e reorganizações, que tinham construído para o proletariado português ao longo de anos foram desaparecendo e, em muitos casos, nem foi preciso apagar a luz, nem fechar as portas, pois suas sedes logo viraram, de novo, bancos, escritórios, cafés e lojas dos trezentos. A raiva de todos eles à burguesia e ao capitalismo, fonte de todos os males, de repente e milagrosamente, esfumou-se revelando-lhes o doce paraíso democrático, da igualdade de oportunidades.

Os caminhos da conversão foram diversos, mas a maioria tornou-se professor universitário, sociólogo, economista, jurista, pois era grande sua bagagem especulativa, seus dotes oratórios e retóricos adquiridos nas suas verborraicas militâncias; alguns escritores e artistas, que transitaram da povolatria para a egolatria; os mais práticos, grandes organizadores do proletariado, optaram por serem comerciantes e gestores bem sucedidos, outros ficaram pelo jornalismo pois as centenas de jornais do povo dos anos 70 foram a escola de muitos deles. As carreiras foram-se definindo e os velhos partidos, que para uns tinham sido inimigos odiosos – atacados a ferro e fogo –, mas que em outros casos eram velhos aliados da gloriosa luta anti-social-fascista, logo abriram suas portas de par em par para recebê-los festivamente, pois como era bem sabido pelos conservadores, desde o início do século XX: "incendiário aos 20, bombeiro aos

40", ou por outras palavras, "ninguém melhor que os ex-incendiários para controlar os futuros fogos".

Uns foram para o PS, outros para o PSD, alguns para o PP, outros entraram simultaneamente para alguma sociedade anónima comercial ou futebolística. Uma das prioridades da maioria deles foi dedicarem-se a uma minuciosa revisão das suas biografias pessoais, adequando-as às exigências da confiabilidade democrática. Foi assim que aos poucos se construiram as grandes carreiras do falecido deputado Acácio, do Espada, que era a voz iluminada do povo, Pacheco Pereira, mais maoista que Teng Siao-Ping, Arnaldo, grande timoneiro, Lamego, Saldanha, ex-linha negra, Pedro Batista, assim gritava o povo, Barroso, quase durão, Jorge Coelho, furão do Rato, e outras largas centenas de ex-dirigentes e teóricos do fim do capitalismo, do amanhã radiante, do socialismo, que acabaram a comer na mesa da burguesia neo-democrática ou regressando às suas casas como filhos pródigos. Ou as pequenas carreiras, do Heduíno Gomes, ex-Vilar, agora "homem de direita, conservador e reconvertido ao cristianismo", Vasconcelos, o estrategista das guerras alheias, o tal e qual Ferreira Fernandes, "eu também torturaria", José Fernandes, "por uma guerra ética e democrática" e mais algumas centenas de etc. Evidentemente que o PCP também teve seus arrependidos, os Judas e Zitas Seabras, agora dedicados às obras públicas, mas esses há muito estavam habituado à plasticidade e capacidade táctica, tardo-estalinista, da "aliança com todos os portugueses honrados" e a um comezinho reformismo que não faria espantar ninguém que trocassem uma reforma por outra. Principalmente quando o que estava em causa era a sua própria reforma.

*Maxim Kantor, **Debates Parlamentares**.*

Uma vez ou outra, esses ex-revolucionários vermelhos, fazem expiação pública: "o comunismo foi a mentira do século XX", "o capitalismo é a liberdade", "só a livre empresa nos dará o bem-estar", "a violência é o grande mal", "a democracia é um produto do livre mercado", "no passado fomos idealistas", "não conhecíamos a verdade sobre a China", "fomos generosos", "sacrificamos nossa juventude a lutar pelo povo" ou até como disse o nosso primeiro-ministro, em recente debate parlamentar: «eu só tinha 18 anos...», abrindo assim o campo a todas as justificações biográficas: «mas eu só tinha 19 anos» ou «e eu tinha acabado de fazer 33 anos»...

O argumento enfático definitivo, no entanto, para calar as más línguas é "O MUNDO MUDOU". Uma verdade de La Palisse pois, como todos sabemos, o mundo já havia mudado antes das suas conversões. De facto,

nunca parou de mudar desde aquele Big Bang inicial, ou do pecado original, para usar uma imagem mais de acordo com suas fés actuais. O que nos permite concluir que, ao contrário do que dizem as enciclopédias e livros de história, o principal evento dos anos 80, do século XX, não foi a queda do muro de Berlim ou a difusão da micro-informática, nem sequer o retorno do liberalismo, foi sim a repentina conversão de tanto esquerdista às virtudes do sistema capitalista. Talvez seja essa a parte oculta do terceiro segredo de Fátima, de 1917, que ainda faltava revelar. Depois da Rússia, seriam eles os convertidos.

Convertidos?, arrependidos?, ou tão só filhos da puta? É a interrogação pertinente que alguns chatos ainda insistem em colocar hoje, passadas quase três décadas. Não podemos responder peremptoriamente, pois faltam-nos os dados científicos que só nossos camaradas psicólogos, sociólogos e psicanalistas, que andaram pelas organizações esquerdistas desse tempo, podiam ajudar a esclarecer. O problema é que não conseguiram ainda distanciar-se o suficiente – quando não foram eles mesmos vítimas do fenómeno – para nos dar uma resposta, a nós, os interessados por estas coisas: os que viveram essa época ou todos aqueles que hoje continuam a recusar com asco o capitalismo. Quanto aos milhares de trabalhadores que um dia acreditaram nessas iluminadas figuras, e que regressaram ao seu anonimato, no desemprego ou com empregos precários e recibos verdes, mas, na maioria dos casos, conformados com o seu carrito e cartão multibanco, podem seguir-lhes o rasto na televisão ou em revistas de cunho social como a *Caras* e dizer: "vês aquele ministro, meu filho, pintávamos paredes juntos quando tinha a tua idade", "Maria, aquele corajoso camarada agora vai administrar alguma coisa no Iraque", "António, a nossa camarada de 74 agora é da Judite, está todos dias nas notícias", "sabes quem agora é deputado do PS, é o grande agitador Batista", "lembras aquele jornalista que ficou com as G3, agora escreve 'que precisamos de mais segurança...", "quem agora é Governador Civil é aquele camarada que recitava emocionado as poesias do Mao Tsé Tung".

Todos eles ficarão no panteão da nossa memória ao lado de Marx, Engels, Lenine, Trotski, Estaline e Mao, para nunca mais esquecermos que quem trava a luta social tendo por objectivo o Poder, nunca é confiável e que só será possível um outro mundo quando *os debaixo* forem capazes de cuspir na cara dos candidatos a dirigentes e caminhar autónoma, colectiva e igualitariamente, não esquecendo que é pensando com suas cabeças e duvidando da fé dos iluminados, que algo de novo pode surgir. Para que isso venha a ser realidade um dia ou, pelo menos, para que as várias infâmias travestidas de vermelho que vimos no século XX não sejam mais possíveis, é preciso contar uma história aos nossos filhos, ou aos nossos netos, que deveria iniciar-se assim: "Há muitos, muitos anos atrás, conheci uns filhos da puta com ares de iluminados (ainda hoje fico a pensar, como o Alberto Pimenta se já se nasce filho da puta ou se alguém se torna assim com o tempo), que agora são famosos e comem nas mesas do Poder, conheci também outros que se contentam em mastigar as migalhas que vão caindo da mesa. Vou contar-vos como todos eles começaram as suas carreiras atrás de bandeiras vermelhas..." ⊙

O Poema pouco original do Medo

O medo vai ter tudo
pernas
ambulâncias
e o luxo blindado
de alguns automóveis

Vai ter olhos onde ninguém os veja
mãozinhas cautelosas
enredos inocentes
ouvidos quase inocentes
ouvidos só nas paredes
mas também no chão
no tecto
no murmúrio dos esgotos
e talvez até (caulela!)
ouvidos nos teus ouvidos

O medo vai ter tudo
fantasmas na ópera
sessões contínuas de
espiritismo
milagres
cortejos
frases corajosas
meninas exemplares
seguras casas de penhor
maliciosas casas de
passe
conferências várias
congressos muitos
optimos empregos
poemas originais
e poemas como este
projectos altamente porcos
heróis
(o medo vai ter heróis!)
costureiras reais e irreais

operários
(assim assim)
escriturários
(muitos)
intelectuais
(o que se sabe)
a tua voz talvez
talvez a minha
com certeza a deles

Vai ter capitais
países
suspeitas como
toda a gente
muitíssimos amigos
beijos
namorados
esverdeados
amantes
silenciosos
ardentes
e angustiados

Ah o medo vai ter
tudo
tudo

(Penso no que o
medo vai ter
e tenho medo
que é justamente
o que o medo quer)

*

O medo vai ter tudo
quase tudo
e cada um por seu caminho
havemos de chegar
quase todos
a ratos

Sim
a ratos

Alexandre O'Neill
1924 - 1986

Enrico Baj

A greve é uma festa

CARLOS JOSÉ BAQUEIRO BATISTA

"... desta vez, no entanto, eu venho como o vitorioso Dionísio, que transformará o mundo numa festa... Não que eu tenha muito tempo..."
Nietzsche
(em sua última carta "insana" a Cosima Wagner)[1]

Sete horas da noite. Início da assembléia que deliberaria pela greve. Os trabalhadores vão chegando aos poucos. Atrasados, como sempre. Ainda dispersos nas ruas adjacentes. Sentados nos bares e conversando sobre as notícias do dia. Collor tinha feito mais uma daquelas suas palhaçadas na TV. Tomando uma ou duas cervejas, vão criando e recriando argumentos para em algumas horas poderem votar contra ou a favor de uma greve.

- A empresa quer dividir os trabalhadores com o aumento não linear
- Acho que o governo quer que a gente faça a greve para poder destruir o monopólio do petróleo!

O pessoal do sindicato já começa a falar nos microfones. Pedindo para que todos compareçam ao local da assembléia. Um grande galpão que durante o dia é um "lava-jato" de carros.

Para os ouvidos são colocadas as músicas de Edson Gomes:

-Vamos amigo lute, vamos amigo lute...

O burburinho vai deixando os bares e se fixando dentro do galpão. Companheiros que não se viam a muito tempo se encontram. Desafetos apertam-se as mãos, sabendo que agora os objetivos se confundem.

Abraços, apertos de mãos e até beijos são possíveis ali dentro.

Enfim, os diretores do sindicato iniciam a Assembléia.

Gritos de Collor é ladrão... assobios...

- Por favor, vamos nos organizar e começar essa reunião.

Falas a favor... e contra a greve. O debate é acirrado. A platéia aplaude ou vaia de acordo com seus desejos.

Após mais de duas horas de reunião, a grande massa de mais de 200 homens e mulheres delibera pela greve, sabendo que em muitas outras reuniões como aquelas, em todo o país, outros trabalhadores estão deliberando pela mesma greve.

Dá até um leve arrepio ver toda aquela gente levantando os braços em favor de um movimento que modificaria a rotina de seus dias. Parece que uma nuvem elétrica percorre todo aquele espaço juntando todas aquelas energias individuais em uma coisa única, coletiva.

Nos dias subseqüentes as pessoas se reencontrarão novamente. Contarão suas histórias, uns aos outros, rirão, cantarão... até que termine toda a energia da greve.

Quando vemos algumas das cenas da greve, como as assembléias e as passeatas, que aconteceram em setembro de 1991, podemos supor o quanto as pessoas se encontram entretidas naquela ação que une as necessidades com os desejos, ou os objetivos racionais com os lúdicos.

O constructo, ou melhor, as tradições construídas em torno das idéias de classe operária vêm a tona, revivem no corpo de cada um que daquelas ações participa.

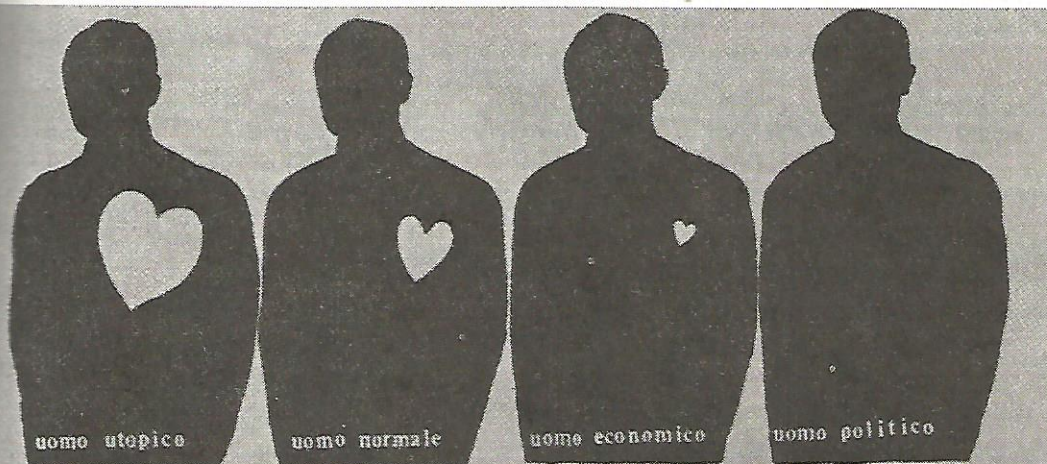
Vem a mente o conceito de classe de Thompson, no qual os trabalhadores constroem a classe não de uma forma transcendental, nem determinista, pois desta forma não estariam construindo nada. Mas classe como relação histórica. Que surge e se mantém tanto a partir das ações humanas como dos condicionamentos.

"A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus." [2]

Não desejo cair na armadilha da generalização, por isto o que quero dizer é que as greves que tive mais contato (devido a minha condição de operário há 20 anos) foram momentos incomuns e de ruptura. Mas não grandes rupturas, que mudem o mundo de uma hora para outra. As rupturas de que falo, são aquelas que desfazem as rotinas e os cotidianos dos indivíduos, fazendo-os agirem de forma diferente do que agiriam. Nunca imaginei me jogando em cima de um policial, mas fiz isso em pelo menos duas greves... Vi mães (e pais) de família praguejando na cara de policiais, super bem armados, em plena estrada que dava acesso a instalações da Petrobrás... Entrevistei colegas que, chorando, narravam cenas dantescas de policiais invadindo instalações e eles discutindo se explodiam ou não a área... Fora as passeatas que se fazem em períodos de greve, que dificilmente acontecem em tempos "normais", e se aproximam muito das festas carnavalescas.

Mas com que objetivo devemos entender as greves como festa ?

Primeiro a nível científico. Pois a greve é mesmo uma festa. Pelo menos partindo do conceito de alguns antropólogos e historiadores. Norberto Luiz Guarinello tenta conceituar a idéia de festa adotando algumas possibilidades:

"... ato coletivo ritualizado, de caráter essencialmente sagrado, próprio das chamadas sociedades primitivas e que decairia coma laicização e o individualismo próprios da sociedade contemporânea; interrupção programada da vida cotidiana, ou mesmo sua inversão completa, como forma de descarregar energia e tensões reprimidas; instauração do caos da natureza, negação da ordem social, subversão; manifestação coletiva especificamente popular, caracterizada pelo riso, pela alegria transbordante, pelo grotesco, etc." [3]

Paul de Vree: utópico-homem, normal-homem, ecómico-homem político

Ato coletivo ritualizado, alívio de tensões reprimidas, negação da ordem, manifestação do riso... são traços que encontramos nas greves. Particularmente em greves longas. As greves longas, com suas passeatas, assembléias, shows, são também uma grande festa de congraçamento de classe, de construção de uma identidade, e de uma consciência.

E aqui vem o segundo objetivo. Complementar ao primeiro. Somos seres políticos. Parafraseando o velho Sartre, a busca de conhecimento deve se dar, também, através de engajamento político. Não que sejamos iluminados, nem que nossa luz seja a da verdade. Precisamos demonstrar as pessoas que não existem "determinismos históricos", nem falsos, nem verdadeiros. Que podemos ser agentes de nosso próprio futuro. E quando ligamos um fato definido como essencialmente político, que visa a busca de um futuro melhor, a uma idéia de festa, lúdica, onde a felicidade já está presente no próprio momento da ação, desconstruímos a percepção do mundo dividido em compartimentos estanques. Do mundo onde ou bem lutamos, ou bem festejamos. Do mundo que sempre ou bem queremos construir para "nossos filhos", ou bem reconstruímos para nós mesmos.

O que fazemos sempre deve também estar ligado ao prazer de estarmos fazendo. Podemos perceber este tipo de prazer em um depoimento dado 15 anos após a greve dos petroleiros de 1983 (Refinaria de Mataripe):

"Acho que a greve dos petroleiros da refinaria foi a coisa mais bonita que eu já vi até hoje. De 80 para cá, tendo participado de várias, aquela greve foi marcante. Marcante pela questão da autonomia e pela pré-disposição de todas as pessoas. Não foi uma coisa isolada, de liderança. Tinha influência da liderança, ninguém pode negar isto, mas o pessoal da refinaria tomou para si a responsabilidade da greve. As pessoas partiram para responsabilidade da gre-

ve, ocuparam a fábrica e foram em mutirão, em passeata a cada unidade da refinaria, a cada unidade de processo pedir que se parasse. Conseguiu em vários locais, em outros encontrou resistência. Mas na maioria a greve foi conseguida assim. Isso não era feito por militantes ou pelas lideranças e diretores sindicais, foi feito por todos. Todo mundo se preocupou com a organização, inclusive defesa da própria refinaria, a questão de não colocar em risco de acidente, de explosão, coisa deste tipo. Foi uma coisa toda pensada pelo conjunto da categoria.[4]

Esta é uma idéia distante dos que desejam que os seres humanos escondam suas cabeças em buracos, pois:

"... continuamos a creditar que os trabalhadores podem ser donos dos seus próprios destinos. Mas para isso é preciso que eles e as suas organizações, designadamente os Sindicatos, não apenas aprendam e compreendam a História, em particular a História mais recente, mas também e sobretudo se disponham, mais do que a contempla-la e examina-la, a ***faze-la !****"*[5]

E faze-la com prazer. Para reaprendermos a lutar contra o que está a nossa frente.

O cotidiano dos indivíduos em todos os pontos do mundo está sendo sistematicamente modificado no sentido de fomentar a necessidade de aceitação de toda parafernália criada por aquele novo projeto hegemônico. Sobre um território cada vez maior, o novo projeto, nomeado como Neo-Liberalismo, conquista os espaços diários dos indivíduos, dos partidos, dos sindicatos, dos governos. Conceitos conjunturais se tornam verdades estruturais. Posições políticas se transformam em necessidades econômicas.

"Nas democracias atuais, cada vez mais cidadãos livres sentem-se atolados, lambuzados por um tipo de doutrina viscosa que, imperceptivelmente, envolve todo raciocínio rebelde, inibi-o, desorganiza-o, paralisa-o e termina por asfixia-lo. Essa doutrina constitui o "pensamento único", única autorizada por um invisível e onipresente controle de opinião."[6]

Os movimentos sociais e populares sempre contaram com as coisas do coração. Vêm lutando e festejando a séculos. Aliás, como seria possível suportar a dor das lutas e batalhas, sem as possibilidades dos alívios das tensões nos bares, nos shows, teatros, etc.

Com métodos nem sempre sistematizados os trabalhadores brasileiros já vêm utilizando este recurso desde o começo do século, através dos "meetings", onde haviam shows em que os artistas eram os próprios operários, em que os anarquistas pregavam por uma nova cultura operária, até os tempos de hoje, onde passeatas e comícios são regados a pagode, trio elétrico ou forró. Mas tanto em um como no outro o espírito dionisíaco estariam presentes.

O anarquista russo, Bakunin, citado por Francisco Foot Hardman confessava, sobre a Revolução de 1848:

"Era uma festa sem princípio nem fim... via todo mundo e não via ninguém, pois cada indivíduo perdia-se na própria multidão inumerável e errante; falava com todo sem recordar nem minhas palavras, nem as dos outros, pois a atenção era absorvida a cada passo por acontecimentos e objetos novos, por notícias inesperadas... Parecia que o universo inteiro estava invertido: o incrível havia se convertido em habitual, o impossível em possível, e o possível e o habitual em insensato![7]

A partir da década de 80 vêm surgindo através do mundo ocidental movimentos que li-

PRODUCTO
MUNDIAL
BRUTO
EFICACIA
UTILIDAD
OPORTUNIDAD
4.000 A.C.
MUY LENTO
LENTO
EDEN
INDUSTRIAL-IZACION
VIDA STANDARD
R.COBB

O Estado face à globalização capitalista: promotor ou vítima?

José Nuno Matos

Introdução

Existe, hoje em dia, a tendência para identificar o processo de globalização da economia, com a suposta erosão do poder do Estado. Curiosamente, esta visão é partilhada por grande parte dos círculos políticos e partidários, da direita à esquerda. Boaventura Sousa Santos, académico e apoiante confesso do Bloco de Esquerda, chega mesmo a afirmar que a resposta aos processos de exclusão social gerados pela globalização capitalista deve passar pela emergência do "Estado, novíssimo movimento social"[1]. Este novo modelo estatal teria como principal função a coordenação de "um conjunto hibrído de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais."[2]. Em suma, um Estado que, tal como todos os outros, seja capaz de "orientar" a sociedade civil.

Também a ATTAC, um dos movimentos anti-globalização com maior visibilidade, insiste em defender a revitalização económica e financeira do Estado como solução para os problemas da desigualdade, da fome, e da miséria. A imposição de uma taxa sobre os capitais transaccionais faria com que os Estados passassem a dispor dos recursos necessários para assegurar a satisfação das necessidades sociais. A ATTAC ignora assim casos como o de Angola, onde o capital não falta, mas acaba nas mãos daqueles que confundem a ganância pessoal com o interesse da população, ou mesmo o de Portugal, que apesar de estar de tanga, não deixa de gastar milhões na construção do estádios de futebol. O problema não é a falta de riqueza, mas a maneira como é, e por quem é distribuída.

Crise do Estado, ou crise do Estado Providência?

A miséria e mortandade provocadas pela Primeira Guerra Mundial conduziram a que os líderes políticos dos EUA e da Europa consagrassem uma série de benesses sociais à população trabalhadora, evitando assim que os operários optassem por soluções mais radicais. À excepção de alguns movimentos sindicais revolucionários, que continuavam a ser dominantes nos países onde o capitalismo tinha um baixo nível de desenvolvimento (Espanha e Portugal, por exemplo), o movimento operário acabou por alinhar com os governos, passando a exercer uma oposição meramente institucional no parlamento, e nos conselhos ecónomico-sociais.

A crise económica de 1929, suscitada pela especulação bolsista, veio reforçar a ideia do intervencionismo estatal na economia. Segundo as teorias de Keynes, o equilíbrio económico deveria ser assegurado pelo investimento público, garantindo assim o financiamento das empresas, o pleno-emprego, o aumento da procura e o desenvolvimento da economia. Assim, construíam-se os pilares do Estado Providência, que prometia a satisfação das necessidades gerais da população.

Todavia, a partir da década de setenta verificou-se um processo de erosão da confiança no Estado. O choque petrolífero, responsável pela quadriplicação do preço do petróleo, originou a estagnação da economia mundial, profundamente dependente desta fonte de energia.

Para além deste facto, verificava-se que a população trabalhadora apresentava indícios de descontentamento com o modelo de produção *Fordista*, o que se veio a traduzir numa diminuição da produtividade. O facto da acção dos operários, independentemente das suas capacidades, se reduzir a uma pequena série de tarefas monótonas e repetitivas originou danos de carácter físico e psicológico.

À medida que aumentavam o desemprego, a inflação e a incapacidade do Estado para satisfazer as necessidades da população, aumentavam as reivindicações por uma nova orientação do Estado em termos económico-financeiros. Nas universidades norte-americanos, surge um novo pensamento económico, contrário às fórmulas keynesianas, e protagonizado por teóricos como Friederich Hayek ou Milton Friedman. Estes consideram que o Estado Providência era, na sua essência, paradoxal: o aumento do intervencionismo estatal, com vista a assegurar a satisfação do interesse público, gerava uma maior pressão fiscal sobre a sociedade civil. Por sua vez, o aumento da carga fiscal sobrecarrega os cidadãos o que, naturalmente, lhes aumenta as necessidades e a procura de Estado.

Como alternativa a este modelo de Estado, defendem um novo paradigma, que deve assentar em três ideias: privatização dos sectores económicos controlados pelo domínio público, orientação do Estado para a defesa dos fins de segurança e justiça e, finalmente, a ga-

da livre concorrência entre os agentes económicos.

A incapacidade dos governos sociais-democratas na resolução da crise económica e social conduziu à eleição de governos neo-conservadores, como o de Margaret Tatcher (Reino Unido) ou o de Ronald Reagan (EUA) que vieram a aplicar no plano económico as fórmulas neo-liberais.

As consequências não se fizeram esperar. No Reino Unido, a política de controlo e de redução de inflação, num contexto de recessão económica mundial, originou um aumento exponencial do desemprego: de cerca de 1,3 milhões em 1979, subiu para mais de 2,5 milhões em 1981, duplicando a taxa de desemprego de 4,5% para 9,1%. A dura política monetarista *tatcheriana* inclui ainda a retracção da protecção social, não apenas no âmbito laboral (onde se verificou o enfraquecimento dos conselhos salariais, responsáveis pela regulação dos salários mínimos), mas também habitacional, educacional e na saúde.

O aumento da pobreza e da desigualdade era, contudo, analisado como um fenómeno colateral, cabendo à caridadezinha (realizada pelos mesmos que exploram) a protecção dos desafortunados e indigentes.

A nível externo, os Estados dos "países desenvolvidos", que dominavam as grandes organizações de enquadramento da ordem económico internacional (FMI, Banco Mundial, OCDE e, mais tarde, OMC), optaram pela desregulamentação financeira e comercial.

Este processo traduziu-se na progressiva abolição dos mecanismos legais que impediam a livre circulação de empresas, produtos e capitais. Desenvolvia-se assim um novo capitalismo que podia usufruir de custos de produção diferenciados, aumentando deste modo a rendibilidade dos seus investimentos, nomeadamente em países onde os custos salariais são baixos, as matérias-primas abundantes e os direitos sociais, ecológicos e políticos inexistentes.

Não existem dúvidas de quem são os principais beneficiários destas políticas. Empresas multinacionais, bancos de investimento e especuladores financeiros só têm a ganhar com o desaparecimento da grande parte dos mecanismos legais que regulam as suas actividades. O mesmo não se pode dizer da população trabalhadora que, face à divisão internacional do trabalho, vê o seu vínculo laboral flexibilizado em nome da manutenção dos empregos (quando tal acontece), ou da pequena economia artesanal e tradicional, que não consegue resistir à concorrência dos produtos das grandes marcas.

O Estado não deve ser visto como uma vítima deste processo. Em primeiro lugar, porque como temos vindo a analisar, foi ele o principal responsável pelo acelerar da globalização económica. Em segundo lugar, não nos podemos esquecer que por trás do Estado existe toda uma rede pouco transparente de negócios e de relações pessoais, que facilita a corrupção e o sacrifício do interesse geral em nome de ambições pessoais.

O 11 de Setembro e o reforço do poder do Estado

A resposta aos atentados de 11 de Setembro constituíram a prova infundível de que o Estado definitivamente não estava ferido de morte. Ao invés de ter suscitado um debate sobre a ligação entre o terrorismo e a política de apoio ocidental à ocupação israelita do território palestiniano, bem como a outros regimes sanguinários (Egipto e Arábia Saudita por exemplo), os atentados ao World Trade Center acabaram por gerar um reforço dos

instrumentos de repressão em todo o mundo.

O sentimento de insegurança e pânico perpetuado pelos media tornou aparentemente legítimas todas e quaisquer medidas que protejam os cidadãos da ameaça "terrorista", quer estas passem, ou não, pela violação das mais básicas liberdades individuais e colectivas.

O relatório da Amnistia Internacional em 2002, confirmava que o 11 de Setembro tinha sido um pretexto para a violação dos direitos humanos, principalmente em relação à população imigrante que viu as regras de acesso ao estatuto de refugiado e as condições de atribuição de vistos serem amplamente limitadas.

No "mundo civilizado", o receio de possíveis atentados semelhantes permitiu que as autoridades não hesitassem em avançar com medidas legislativas, que constituem autênticos atropelos aos direitos privados dos cidadãos, tornando real o pesadelo *orwelliano*. Nos EUA, as investigações conduzidas pelo FBI deixaram de ser limitadas por mandatos judiciais, ou seja, doravante a instituição federal poderá exercer vigilância através de meios informáticos (tendo acesso a dados de todos os organismos públicos, desde bancos a hospitais) e de serviços privados de informação, podendo igualmente recorrer a agentes infiltrados. Os alvos de investigação serão todos os suspeitos de realizarem ou apoiarem "qualquer acção que coloca em perigo a vida humana e constitui uma violação de uma lei nacional ou federal".

Uma definição de terrorismo tão, ou mais ambígua que a última, foi proposta pela Comissão Europeia. Segundo o organismo comunitário, é considerado acto terrorista todo aquele que vise "intimidar e alterar seriamente ou destruir as estruturas políticas, económicas e sociais de um país". Entre as acções tipificadas inclui-se por exemplo a "ocupação ilegal ou danos em relação a instituições do governo e do Estado, meios de transporte público, infra-estruturas, lugares públicos e propriedade", o que faz com que o movimento de ocupação de casas possa ser acusado de terrorismo (como se tem verificado em Espanha).

Estas medidas são acompanhadas pelo desenvolvimento de sistemas de vigilância, como a ENFOPOL , encarregada da investigação transnacional no espaço europeu, podendo desenvolver investigações sem mandato, através da consulta de todo o tipo de comunicações; ou o SIS (Sistema de Informação de Schengen) responsável pelo controlo dos movimentos transfronteiriços, tendo acesso a mais de dez milhões de dados respeitantes a pessoas (nomeadamente imigrantes), veículos e objectos procurados.

Os acontecimentos de 11 de Setembro não podiam ter acontecido em melhor altura. O aumento da desigualdade e da precaridade social tendem a originar novos e dinâmicos movimentos sociais que lutam por um mundo mais justo e fraterno. Por tal o fazerem, são vistos como um perigo para o Estado e para todos os interessados na manutenção do actual *status quo*. A dissidência passa assim a constituir um atentado terrorista, incompatível com a ordem democrática, devendo ser duramente punida.

A crise do capitalismo global e a "necessidade" de Estado

A evolução do sistema capitalista é profundamente paradoxal, sendo o seu desenvolvimento a principal causa da sua crise. O facto do capitalismo apresentar uma natureza expansionista, leva-o a enredar-se numa série de contradições. A busca pelo lucro leva a que as empresas procurem alargar-se a novos espaços de fornecimento de matéria-prima, de distribuição e de consumo. Nos últimos anos

esse processo sofreu uma aceleração exponencial, ao ponto de ser difícil encontrar um lugar cujo funcionamento não seja baseado na cartilha capitalista.

Todavia, o sistema capitalista não pode evoluir sem outras formas económicas não capitalistas ou pré-capitalistas, de que se possa alimentar (por exemplo, o capitalismo necessita de países que não tenham capacidades de exploração intensiva dos seus recursos, para que possa ele utilizá-los no aumento

da produção). A partir do momento em que todos os mercados são capitalistas, tornando-se a concorrência elevada, torna-se impossível a expansão do sistema, entrando o capitalismo num beco sem saída. Segundo Immanuel Wallerstein, "A economia mundo capitalista desenvolve-se com tanto sucesso que está a destruir-se, e por isso defrontamo-nos com uma bifurcação histórica que aponta para a desintegração deste sistema mundo, sem que nos seja oferecida garantia alguma da nossa existência."[3].

A segunda ordem de contradições diz respeito ao comportamento dos trabalhadores-consumidores. Um dos principais factores de desenvolvimento do capitalismo foi o desenvolvimento científico-tecnológico, que secundarizou por completo o trabalho humano. Este facto permitiu que as empresas adoptassem uma política de redução de custos assente em despedimentos em massa e baixos salários. É óbvio que tais actos têm consequências. Como explica Claude Bitot "para que a acumulação do capital possa prosseguir não basta extrair mais-valia da força de trabalho explorada; é preciso também realizá-la em dinheiro, ou seja, vender as mercadorias que a contêm, o que implica encontrar mercados, compradores solventes. Se não for esse o caso, se o mercado não conseguir absorver todas as mercadorias produzidas, dá-se uma crise de **superprodução**."[4].

O cidadão comum, face à sua situação de desempregado, subempregado e endividado, vê o seu poder de compra diminuir. Estamos assim perante uma crise produtiva, não de carestia, mas de demasia. A repartição desigual dos rendimentos e a concentração da riqueza numa pequena percentagem da população mundial, leva a que os investidores tendam a ignorar a esfera real da economia, procurando lucros maiores nos mercados financeiros, através da especulação bolsista. A curto-prazo, esta funciona contribuindo para um aumento do investimento. Contudo, a longo-prazo gera instabilidade, não podendo a evolução do sistema capitalista depender deste tipo de operações.

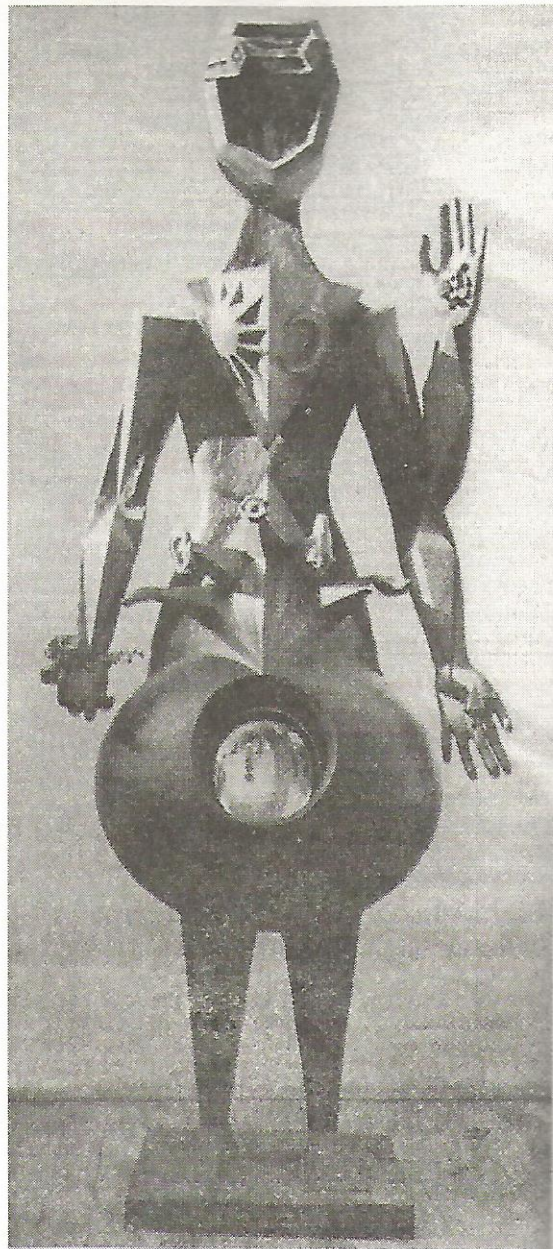
A falência do modelo neo-liberal é reconhecida pelos próprios agentes económicos. Recentemente, Miguel Cadilhe, presidente da Agência Portuguesa para o Investimento, e Ludgero Marques, o patrão dos patrões, vieram a público defender o aumento do investimento público, como meio de relançamento

económico. As vozes que, no início da década de 90, clamavam contra o elevado peso do Estado na economia, vêm agora socorrer-se dele, considerando que apenas um *keynesianismo* para as empresas, poderá evitar o descalabro económico-financeiro.

Conclusão

Face a esta situação, é de esperar que a médio e longo-prazo, assistamos a um desenvolvimento do poder dos Estados, não só a nível económico, mas também social. Apesar de se verificar o surgimento de novos movimentos alternativos de contestação ao capitalismo (zapatistas de Chiapas, bairros autogestionados da Argentina, os sem-terra do Brasil, os *indymedias*, o movimento de *okupação* de casas, entre outros), estes não constituem uma alternativa revolucionária global que faça com que o presente momento de crise seja o último. No entanto, a inevitável repetição dos erros do passado dará origem a novos desafios ao sistema capitalista, que poderão eventualmente constituir a resposta que muitos anseiam. ⊙

Notas:

1Pg. 61
2 Pg. 59
3 Wallerstein, Immanuel, 'A reestruturação capitalista e o sistema-mundo ', In Autores Vários, *Globalização Excludente*, Petropólis, Vozes, 1999, pg.223
4 Bitot, Claude, *Inquérito ao Capitalismo dito Triunfante*, Lisboa, Dinossauro, 1996, pg.21

11 de Março: terrorismo desejos de massa e liberdade

" É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada."

Luis Bunuel, Meu último suspiro

Primeiro foram aviões transformados em bombas cronometradas e certeiras atingindo alvos simbólicos norte-americanos como o Pentágono, o World Trade Center e fracassando num suposto terceiro monumento. Foi um terrível programa de televisão *ao vivo* exibindo mortes de civis. Era 11 de setembro de 2001. Dois anos e meio depois, 11 de março de 2004, também pela manhã, quando os trabalhadores se dirigem para seus empregos, bombas acionadas por telefones celulares explodem vagões de trens em três estações madrilenhas matando várias pessoas. A televisão comparece e edita o drama em telejornais, em intervenções diretas, alardeando que o ato terrorista atingiu não só espanhóis, mas pessoas comuns de todos os lugares do planeta que moram na Espanha. Madri também é cosmopolita como Nova Iorque.

A guerra ao terrorismo se desdobrou. A resposta imediata aos grupos terroristas islâmicos acusados dos ataques aos Estados Unidos veio com a declaração de guerra ao Afeganistão. Mais tarde, com apoio de Estados europeus, dentre eles o espanhol, mesmo contra a opinião dos eleitores cidadãos, fez-se guerra ao Iraque. Afinal, é bom lembrar que o Estado moderno, por meio de seus dirigentes democraticamente eleitos, *representa* os cidadãos livres e se preserva dos plebiscitos que poderiam levar à instauração da tirania.

As empreitadas guerreiras inicialmente vitoriosas, como no Afeganistão, deram a impressão que desta vez os exércitos dos Estados extinguiriam o terrorismo. O grande trio formado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, magníficos condutores nestes últimos

seiscentos anos do modo *civilizado* de viver pelo planeta, acreditou ser possível a guerra de extermínio ao terrorismo.

Sabemos desde as investidas terroristas anarquistas, no final do século XIX, na Europa, que se havia atingido um limite. Incursões deste tipo tendiam ao fracasso e acabavam fortalecendo o próprio Estado. Os anarquistas, então, abandonaram a prática terrorista, sem esmorecer suas rebeldias. Mesmo assim, diversos outros grupos sociais, pretendendo transformar-se em civilizados e independentes Estados, passaram a utilizar o terrorismo para atingir este objetivo. Intentavam, também, acusar os limites intransponíveis colocados pelo Estado moderno relativos na assimilação de todas as populações habitantes no território. O povo não é, enfim, produto da identidade entre grupos, classes, etnias, raças ou culturas, nem tampouco da vontade de paz.

O Estado-nação é uma forma histórica uniformizadora de diversas populações levada a cabo por um grupo cultural dominante, que subordina e uniformiza os demais segundo seus padrões, numa denominação geral chamada *povo*. Portanto, povo e Estado-nação não dizem respeito à vida consensual e pacífica num território, mas à administração política dos conflitos. Povo e Estado não vivem apenas das práticas institucionais em que se posicionam forças adversárias (os partidos políticos, os grupos de apoio, pressão e influência) que rivalizam nos governos. Vivem, também, os transbordamentos que reafirmam terrorismos.

Pela Europa, IRA e ETA tornaram-se movimentos de contestação, com práticas terroristas, aos Estados inglês e ao espanhol, com mais duradoura permanência, afirmando suas convicções em buscar uma forma de Estado independente. De certa maneira ETA e IRA, relacionam-se com os Estados nacionais como Estados *ilegais e sem legitimidade*. Mas se eles são os remanescentes mais noticiados de uma época próxima, no século XX, diversos grupos adversários do Estado nacional, em todos os continentes usaram do terrorismo para denunciar ditaduras e discriminações, mesmo no interior de guerras transcontinentais, procurando obter legitimidade para pleitear um Estado autônomo. O terrorismo não cessou de existir como forma de resistência ao Estado nacional, em nome de um povo, uma cultura, um ideal. Estabeleceu uma guerra instestina contra o Estado nacional denunciando sua *intolerância* com o que não se assemelhava a ele. Ao mesmo tempo, cada IRA e cada ETA desejava afirmar-se como identidade oposta ao *outro* nacional. De maneira que se pode dizer que Estado e grupos terroristas também se parecem, pois ambos não suportam o *outro*. Exigem que *todos* sejam semelhantes a quem domina. A pretendida transformação de uma população em Estado, no limite, apenas *legitima* a continuidade das inevitáveis relações bélicas, na medida em que o tratado de paz é a celebração do adiamento de uma nova guerra. Mantidos como estão, os terrorismos no interior dos Estados permanecem provocando guerras *ilegítimas,* como ficou decretado, desde o início do século XX, quando a guerra civil passou a ser considerada internamente como ilegal.

O terrorismo a partir dos episódios Nova Iorque-Madri, deslocou-se definitivamente do âmbito nacional. Trata-se, agora, de uma configuração de forças que supõe, de um lado, os Estados e seus respectivos exércitos unificados como força civilizatória de paz desenvolvendo guerras em nome da *vontade da razão,* e de outro, grupos que *usam* do Estado para afirmar uma *vontade celestial.* Justos e injustos, segundo as posições assumidas, jamais chegarão a um consenso. Ambos exigem

extermínio da vontade no outro; e, polidamente, chamam de combate sua *vontade* de afirmação.

O terrorismo que esteve vinculado ao Estado nacional foi se deslocando para um campo *nômade*, o da guerra desterritorializada. O terrorista islâmico, diferente do *nacional* não atinge mais *seu* Estado, mas qualquer Estado. Ele acrescenta problemas ao Estado moderno que, até então, lidava apenas com o *terrorismo* nacional.

Diante de um ato terrorista não bastará mais o uso do chavão para culpabilizar este ou aquele grupo. Os islâmicos provocarão também uma redefinição dos ETAs e IRAs, dando possibilidades a estes grupos de variarem o abalo ao Estado, segundo *suas* guerras legítimas ou não. Por certo, a influência não se reduzirá à incorporação de suas táticas de ataques a civis, pois os objetivos são opostos: os *terroristas* nacionais já estabeleceram um mínimo de regras em relação ao Estado, ou melhor, à União Européia; estão entrando nas *linhas*. Ninguém poderá afirmar que um dos efeitos dos acontecimentos de 11 de março não será uma negociação pacífica com ETAs e IRAs. Assim deseja o incorrigível democrata juramentado! O inimigo, depois, continuaria sendo para ambos (Estado moderno e agentes terroristas pacificados pela União de Estados), *o outro*.

Neste momento sabemos apenas duas ou três coisas sobre a massa diante de uma comoção como a ocorrida em Madri. Lá nos Estados Unidos, a guerra ao terrorismo islâmico decretada pelo governo logo após os efeitos civis do 11 de setembro, repercutiu de imediato numa quase unânime adesão ao presidente. Uma vitória esmagadora sobre o Afeganistão levou a uma nova guerra contra o Iraque em nome da defesa da civilização, da paz e da democracia, capitaneada pela vocação do *povo americano* de conduzir a humanidade. A guerra ao Iraque uniu três dos grandes agentes civilizatórios (Espanha, Inglaterra e Estados Unidos), mesmo contra posicionamentos de outros aliados constantes ou de última hora. Depois da vitória inicial no Iraque, a captura do tirano e umas e outras coisas, mais ou menos vitoriosas, a quase unanimidade obtida pelo presidente norte-americano começou a despencar e, hoje em dia, ele encontra-se na iminência de perder as eleições para o candidato democrata, que por sua vez jura que dará um fim ao terrorismo.

O povo espanhol demonstrou segundo sondagens, que não apoiava a guerra contra o Iraque. O governo representativo levou a cabo sua *vontade de guerra;* lá esteve e de lá pretendeu tirar mais do que benefícios econômicos ou humanitaristas. Até uma semana antes do domingo, 14 de março, estava com as eleições nas

mãos, como indicavam as pesquisas de opinião. Na quinta-feira ocorre o atentado aos trens. O governo por meio de seus porta-vozes identifica o ETA como culpado. Mediante argumentos que levavam ao terrorismo islâmico, os defensores da direita governamental limitavam-se a dizer que o ETA estava incorporando técnicas dos terroristas estrangeiros. Em poucas horas as evidências vieram à tona. O ETA estava descartado. Na passeata daquela 5a feira, as televisões ainda mostravam *ao mundo,* mulheres idosas gritando *Espanha unida, jamais será vencida.* Mais uma vez, um jargão democrático *(o povo unido jamais será vencido)* era incorporado pela direita, em defesa da pátria espanhola, de uma suposta identidade superior, agora contra o grupo basco. A bandeira da Espanha estava de luto.

O governo achava que estava com a faca e o queijo nas mãos. As massas que apoiavam o Partido Popular, por oito anos governando, sobressaltaram-se naquele instante em que souberam que o algoz da Espanha não era o ETA. Constataram que o governo exacerbara na sua onipotência, culpando inocentes, mesmo sendo o ETA. O que era vitória esmagadora se transformou numa derrota inesperada. A massa, sob o efeito do humanitarismo imediato, deslocou-se de posição. Lembrou-se que tinha se pronunciado contra a guerra do Iraque. Algo esquecido retornou à memória. Sua adesão ao programa do Partido Popular ficou abalada. O governo que obtinha maioria esmagadora do eleitorado para governar mais uma vez, ao querer transformar o adversário (ETA) em inimigo a ser dizimado, e ao acusar e proferir a sentença, acabou apanhado pelas sendas da democracia. Um fato, um instante, uma comoção televisiva unificando dores e rancores, redirecionaram a massa. Ela se atira ao PSOE e os socialistas, surpresos, estão de volta ao governo. O que diz seu comandante? A meta é o combate ao terrorismo. Nada de novo no *front,* a não ser posicionar-se como adversário da intervenção no Iraque, entendida como guerra ilegítima, na medida em que a ONU não a sacramentou.

Direita e esquerda estão ao sabor das lembranças das massas colocadas, agora, por dramas terroristas. Lá na *América,* até a derrota do governo espanhol, o candidato democrata

parece levar vantagem. Na Espanha, até o ataque terrorista aos trens, a direita seria a vencedora. Diante da tragédia, as sondagens e pesquisas de opinião, pouco têm a acrescentar: elas vivem de normalidades.

Direita e esquerda assemelham-se cada vez mais na condução dos Estados. Precisam transformar os adversários internos em inimigos. Governam os Estados modernos sabendo que não necessitam ter outros Estados como inimigos para declarar suas guerras civilizatórias. Os seus inimigos da atualidade são os *nômades* terroristas, que se pretendem, também, governantes de um único Estado universal. Em nome da razão ou de Alá eles pretendem uniformizar a vida no Estado.

Os anarquistas não esmoreceram em suas rebeldias, e abdicaram, de imediato, do terrorismo. Eles não pretendiam e não pretendem a uniformidade *proporcionada* pelo Estado (de direita ou esquerda, de democratas ou tiranos); defendem as diferenças, desterritorializações constantes, um nomadismo que não objetiva se transformar numa máquina de guerra estatal.

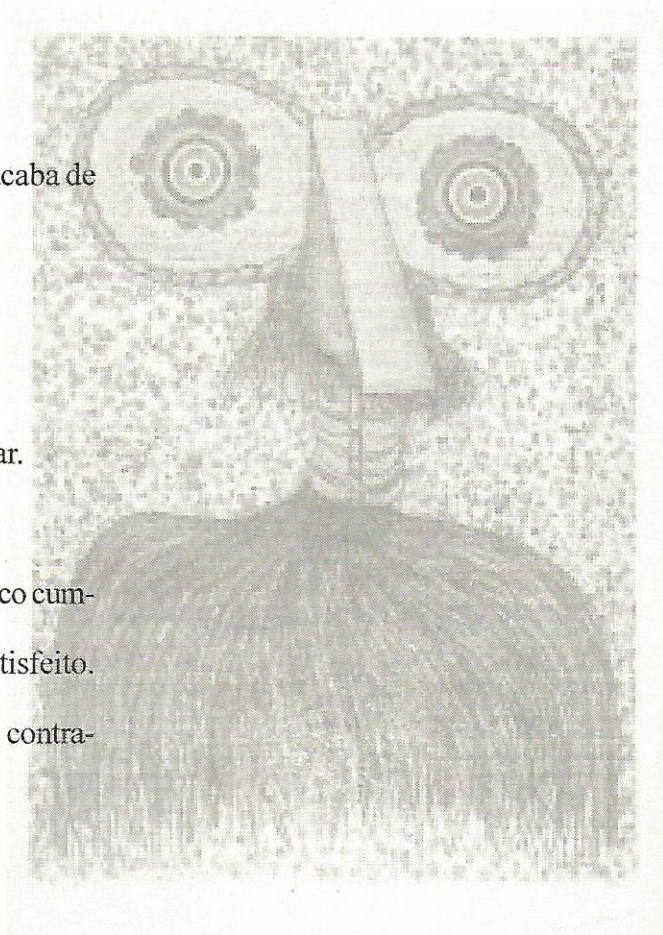
Rebelar-se é inevitável, diante do insuportável, do soberano. A rebeldia fala do inominável e está presente tanto em grupos libertários, quanto em terroristas. O que os distingue é a *vontade de liberdade* dos anarquistas diante da *vontade de dominação* dos terroristas (sejam eles nacionais, transnacionais ou celestiais). Uns querem o fim do soberano, das hierarquias piramidais, das autoridades centralizadas; os demais clamam por centralidades, hierarquias, o bom soberano em nome de um povo, da humanidade, em nome de Alá.

De fato, contra o terrorismo, o Estado nacional não pretendeu utilizar o diálogo, apenas guerreou. Nos tempo de agora, como atuarão os Estados *internacionalizados, globalizados,* diante do terrorismo transnacional e celestial? Se a prática dos Estados nacionais não se diversificar, sem dúvida, não cessarão os atos terroristas similares aos de Nova Iorque-Madri. Mas a vida não está reduzida a isso. *Outra* pergunta mantém-se no ar: restarão nas pessoas mais do que lembranças de experiências libertárias? ⊙

Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP no. 47, março de 2004.

O VOTO EM BRANCO

Sobre o papel branco
Sobre o papel branco escrevinhar
Sobre o papel branco escrevinhar e
não votar
não votar
não votar
um mero exercício mental?
um mero exercício?
intelectual?...
e tal...
a esquerda nova. a esquerda nobel. acaba de descobrir
a pólvora.
a pólvora
a pólvora
a pólvora
o voto em branco
e que tal um falo
fá-lo. na hora de o depositar.
mas só até meio
na vulva
na (desculpem) urna
e pronto. exercício concluído. acto cívico cumprido.
acto ao alcance de qualquer eleitor satisfeito. de
(mesmo) qualquer eleitor insatisfeito. contra-feito.
refeito...

oh?!... que feito.
introduzir
introduzir
introduzir o voto
que prazer
que doçura
que loucura
o voto
o voto
o voto
toooodo e!...
até ao fundo (como o partido gosta).

ALMEIDA E SOUSA

Abílio Gonçalves

Com a morte de Abílio Gonçalves, em 20 de Janeiro de 2004, desaparece do nosso convívio um dos últimos resistentes anarco-sindicalistas que passaram uma parte significativa da sua vida nas masmorras fascistas do Tarrafal, em Cabo Verde.

Tendo nascido em 16 de Outubro de 1911, no lugar de Vinhó, concelho de Arganil, logo que acaba a instrução primária e porque a sua família vivia com grandes dificuldades económica, ainda adolescente, é constrangido a ingressar no mundo do trabalho assalariado. Nessa época, na década de 20 do século XX, a GGT (Confederação Geral do Trabalho) e o jornal *A Batalha* tinham grande influência na mobilização dos trabalhadores assalariados que aspiravam à emancipação social. Abílio Gonçalves sendo ainda jovem, como tantos outros, depressa abraçou os ideais do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário como base na luta contra o fascismo, entretanto instaurado em 28 de Maio de 1926, e fez deles a sustentabilidade da revolução social.

Abílio Gonçalves à esquerda, ao lado de Edgar Rodrigues,aquando da realização da exposição sobre este último em Maio de 2002

Enquanto padeiro filiado na Associação de Classe dos Manipuladores de Pão não somente participou na organização das lutas sindicais que foram desenvolvidas nesse período histórico, como sobretudo teve uma intervenção activa no processo que gerou a greve geral de 18 de Janeiro de 1934. Como resultado do fracasso dessa luta contra a fascização dos sindicatos, Abílio Gonçalves sofre as vicissitudes das prisões no desterro, tendo permanecido no Tarrafal entre 1936 e 1945.

Nesta prisão sofreu como muitos outros companheiros o despotismo, atrocidades físicas e psíquicas desse campo de concentração. Todavia, nas conversas que me foi possível estabelecer com ele, é de sublinhar a enorme admiração que tinha pelas práticas de solidariedade e de fraternidade que os anarco-sindicalistas desenvolviam na vida quotidiana dessa prisão, sobretudo se tivermos presente a tragédia humana resultante dos assassinatos e mortes por ele provocados. Abílio Gonçalves tinha uma enorme admiração por muitos companheiros que morreram no Tarrafal, mas a que tinha por

Arnaldo Simões Januário e Mário Castelhano era de uma projecção fora de comum. Sobre este último, muitas vezes, dizia que o anarco-sindicalismo tinha perdido a sua influência em Portugal devido à sua morte prematura. Considerava Abílio Gonçalves que Mário Castelhano era um homem de uma postura comportamental excepcional, do ponto de vista da educação, das relações sociais fraternas e solidárias que mantinha com todos os companheiros. Era um "líder", na verdadeira acepção da palavra, que tinha o dom de influenciar as pessoas e a organização anarco-sindicalista no sentido da luta pela liberdade e pela emancipação social.

Depois do 25 de Abril de 1974, e sobretudo quando deixou de trabalhar no restaurante que possuía em Pinheiro de Loures, quase toda a sua acção militante concentrou-se na ajuda financeira e distribuição do jornal *A Batalha*, assim como na organização e dinamização do CEL (Centro de Estudos Libertários). Esta acção militante do Abílio Gonçalves sempre foi concebida como a hipótese mais credível para reanimar o frágil movimento libertário português.

No fundo, para Abílio Gonçalves sem organização e sem trabalhadores assalariados não era possível estruturar o modelo de sociedade libertária baseado nos princípios e práticas do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo. No fim da sua vida já se tinha apercebido que a sociedade actual era substancialmente diferente daquela que fez parte da sua vida de adolescente. Por outro lado, também observou que não bastou que a mentira histórica do "socialismo real" tivesse ruído em 1989 com a queda do muro de Berlim. Para ele, ficou cada vez mais claro que não bastou que os operários se apercebessem definitivamente das contradições revolucionárias e históricas em que estiveram mergulhados durante décadas, devido ao facto de terem acreditado piamente nas virtudes do modelo do socialismo soviético. Só por si, tudo isso não significou que esses mesmos operários ingressassem e passassem com armas e bagagens a defender o anarco-sindicalismo e, logicamente, o modelo de revolução social subjacente.

Assim, para Abílio Gonçalves a necessidade de organização continuava a ser um factor fundamental para desenvolver o movimento libertário, mas agora importava sobremaneira intervir e agir com base nos actores que aspiravam efectivamente à liberdade e à emancipação social. A reflexão e os debates, a publicação de jornais, revistas e livros eram fundamentais para esse efeito. Na actualidade, era essa a sua postura em relação às ideias e práticas libertárias. Tanto assim é que, não obstante estar identificado com os objectivos do CEL e do jornal *A Batalha*, alguns meses antes de morrer tornou-se membro da Associação Cultural A Vida. ⊙

José Maria Carvalho Ferreira

Pequeno inventário de arquivos sobre História Social

Alexandre Samis

Este breve artigo pretende contribuir para a orientação de pesquisadores em história social, em particular no campo do movimento operário anarquista, que fazem suas pesquisas tomando como objecto os acontecimentos que se sucederam no Brasil e Portugal, em fins do século XIX e início do XX. Tal iniciativa, cuja maior aspiração é a de ser um roteiro de experiências recentes, não resume detalhadamente os acervos que os espólios, fundos e instituições possuem sob sua guarda. É, a bem da verdade, uma exposição que visa simplesmente a dar ciência de um trabalho executado nos dois referidos países e que, com suas limitações, logrou relativo êxito dentro daquilo a que se propunha. Esperamos com este texto minorar a exaustiva busca que empreendem os pesquisadores neste campo e, se possível, indicar caminhos que foram ofuscados por arquivos de maior projecção nos meios académicos, quer por constarem das prolixas bibliografias ou por serem sistematicamente citados nas Universidades. Muitas vezes tais fontes passam ao largo das investigações reveladas através da historiografia que trata do anarquismo. Assim, tais informações não possuem o propósito de revelar novidades no campo da documentação ou definir uma linha rígida para o trabalho de investigação, mas, tão somente, objectivam expor um relato para servir de referência aos pesquisadores, de toda a natureza, interessados no assunto.

Instituições no Brasil

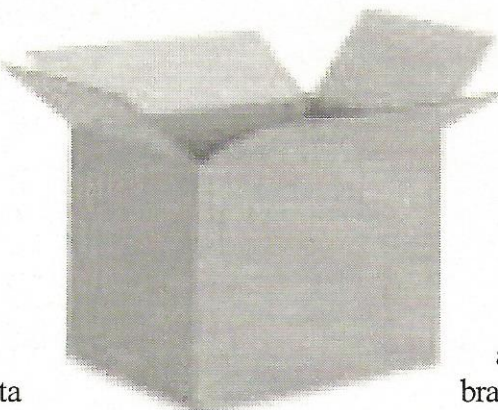
As fontes sobre a História do Anarquismo no Brasil localizam-se esquematicamente em três tipos de arquivos: Os arquivos gerais e bibliotecas, que possuem em seu interior diversos fundos, de procedências diversas e também de interesse relativo, com jurisdições Federal, Estadual e Municipal, apresentam uma quantidade significativa de documentação oficial. Tais arquivos, são indispensáveis para o entendi-

mento de como o Estado produzia o seu discurso e de como eram tratados os dissidentes da política oficial das referidas unidades políticas. Além é claro de ser possível, através da leitura de tais documentos, a apreciação de como funcionava a "máquina" burocrática dos governos. No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que é uma referência para os estudos em todos os campos da história, estão os fundos do Ministério da Justiça. Neste acervo podem ser encontrados alguns processos muito interessantes como os relacionados às delegacias auxiliares e de circunscrição, envolvendo a prisão e deportação de anarquistas, por motivo de greve ou simples "perturbação da ordem pública". Também, nesta instituição, pode-se encontrar uma colecção quase completa da legislação brasileira do últimos dois séculos. Ainda, na cidade do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, há o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/DPPS), criado em1938, que acumulou a massa documental das instituições congéneres anteriores. Neste arquivo podem ser encontradas as fichas e informações sobre os militantes anarquistas e demais deportados e perseguidos políticos, no período republicano. Estes documentos, em particular os confeccionados a partir da criação da Quarta Delegacia Auxiliar, em 1922, são ricos em informações sobre a vida pregressa dos activistas das primeiras décadas do século XX. Os prontuários de polícia trazem muitas vezes, em anexo, recortes de jornal e documentos manuscritos relativos a actividade do processado. Outra importante instituição, na cidade de São Paulo, é o Arquivo do Estado de São Paulo que faz constar em seu acervo diversos prontuários de anarquistas - que no momento estão sendo inventariados pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo (USP). Até o momento já foram identificados e catalogados cerca de 180 nomes de anarquistas detidos pela polícia, nos anos 10 e 20. A lista de prontuariados, que têm como base os registros da polícia de repressão política, Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), criada nos anos 20, do século passado, não é apenas pessoal; muitas associações de classe, e mesmo organizações anarquistas, figuram nos títulos que identificam os referidos processos. Na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, pode-se encontrar, na secções de periódicos e obras raras, diversos jornais operários e livros que tratam do tema. Também lá estão os principais jornais, a chamada grande imprensa, de todo o Brasil com notícias sobre os anarquistas e as associações operárias que viveram à sombra do sindicalismo revolucionário. Este acervo é vastíssimo, exigindo do pesquisador alguma perícia e relativo conhecimento do universo documental da Biblioteca. No mesmo âmbito das bibliotecas, podemos indicar a Biblioteca Mário de Andrade, também na cidade de São Paulo, na qual encontram-se diversos documentos envolvendo anarquistas e a imprensa do início do século XX. O acervo é reduzido, se comparado ao das instituições relacionadas acima, mas o ambiente tranquilo e a estrutura satisfatória fazem valer, a despeito do diminuto património, a visita do pesquisador. Um ou-

Um tipo de arquivo é o encontrado em universidades brasileiras. Estes, muitas vezes comprados às famílias de velhos militantes ou copiados a partir de convénios com instituições no exterior, são fundamentais para a pesquisa no campo da História Social e, em particular, do anarquismo. Na cidade do Rio de Janeiro, pode-se contar com o Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), que se localiza no andar térreo do prédio histórico no qual está localizado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O acervo do referido arquivo abriga parte dos documentos do Archivo del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), de Milão, com diversas colecções de jornais e panfletos anarquistas das primeiras décadas do século XX. Apesar de acanhadas instalações este arquivo é um dos poucos, na cidade, com um conteúdo tão específico. Entretanto, é, no estado de São Paulo, que estão os dois grandes arquivos universitários sobre movimento operário. O Arquivo da Universidade do Estado de São Paulo CEDEM/UNESP, que fica na capital paulista, abriga em seu interior os documentos do Archivo del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), de Milão, com diversas colecções de jornais e panfletos anarquistas das primeiras décadas do século XX. Com uma documentação mais completa, e melhor estrutura para receber o pesquisador, que a encontrada no AMORJ, no Rio de Janeiro, este Arquivo é peça fundamental para as investigações no campo do anarquismo. Entre os mais conhecidos centros de documentação sobre a história social brasileira e, em particular, do anarquismo está o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp). O espólio, comprado à família do histórico militante anarquista que deu nome ao arquivo, é dos mais completos do género, na América Latina. Tendo agregado, após sua fundação, outros fundos e espólios o AEL é uma referência para os estudos dos movimentos sociais no Brasil. Lá está, inclusive, boa parte dos documentos referentes ao Brasil que encontravam-se exclusivamente no Instituto de História Social de Amsterdão. Contando com excelentes instalações, recentemente ampliadas, o AEL possui também boletim de qualidade académica reconhecida. Algumas organizações anarquistas no Brasil dispõem de espaços de consulta de seus documentos e periódicos. Estes organismos prestam serviço voluntário de divulgação e propaganda das ideias libertárias. Na cidade do Rio de Janeiro encontra-se a Biblioteca Social Fábio Luz, baptizada com o nome de um médico, escritor e anarquista baiano, que disponibiliza o seu acervo de livros e documentos para os pesquisadores da temática libertária. Muito do que se encontra no acervo da Biblioteca é fruto de doações feitas por militantes históricos do anarquismo, como o espólio de Ideal Peres, doado por sua companheira Esther Redes, e mesmo livros oferecidos pelo escritor Edgar Rodrigues. A biblioteca, conta ainda, com diversos periódicos oriundos de diversas partes do mundo. O Centro de Cultura Social (CCS), na cidade de São Paulo, com mais de 70 anos de existência, representa outro espaço mantido por militantes anarquistas que, como a Biblioteca Fábio Luz, possui um património bibliográfico precioso, acumulado ao longo de todas as décadas em que esteve em funcionamento.

Instituições em Portugal

Em Portugal, os arquivos e instituições nos quais podem ser encontrados documentos, jornais e registros sobre o anarquismo dividem-se, à semelhança do Brasil, em três tipos. Con-

centrados, na sua quase totalidade, em Lisboa, estes espaços de consulta contam, de uma forma geral, com boas condições de pesquisa. Talvez uma das instituições mais importantes, para os estudos do anarquismo em Portugal, seja a Biblioteca Nacional de Lisboa. Nesta Biblioteca encontra-se o Arquivo Histórico-Social, criado pelo empenho de intelectuais, militantes e professores estudiosos do assunto. Tal arquivo, constituído, principalmente, pelos espólios de antigos militantes libertários, concentra um fabuloso volume de informações, importante quer pela quantidade como pela qualidade de seus documentos. Além dos inúmeros livros e panfletos o Arquivo Histórico-Social o "sector de reservados" disponibiliza para os pesquisadores documentos pessoais e objectos de militantes portugueses, muitos deles bastante conhecidos no Brasil. A Biblioteca Nacional, possui ainda, no seu sector de periódicos, inúmeras colecções de jornais operários e anarquistas de inestimável valor para o pesquisador. No Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, prestigiado arquivo para os estudos da história de Portugal, e mesmo do Brasil, no período colonial, podem ser encontrados os arquivos da polícia política do regime que teve vigência, em Portugal, de 1926 a 1974. O acervo do fundo PIDE/DGS, entretanto, não abriga apenas informações do período compreendido pelo limite cronológico determinado acima. Podem ser encontrados no referido fundo, panfletos, convocatórias e opúsculos da década anterior ao enrijecimento político, com informações sobre os movimentos operário e anarquista em Portugal. Ainda, com características semelhantes aos anteriormente mencionados, podemos destacar o Arquivo Histórico-Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Este arquivo possui uma vasta documentação referente aos diversos acordos celebrados entre Brasil e Portugal.

Localizados no terceiro piso da instituição estão diversos documentos, com o índice temático do anarquismo, além de tratados de extradição, naturalização e acordos envolvendo interesses de segurança de ambos os países. A documentação revela também a posição assumida pela República Portuguesa, em relação à questão mexicana na década revolucionária de 1910 e a russa, em igual período. Existem, portanto, na documentação, diversos pontos importantes observados pelo governo no que tange à problemática da emigração portuguesa para o Brasil e as deportações feitas, afectando cidadãos portugueses, pelos governos deste país, de seu território. Os maços a compilar revelam também: acordos, congressos e convénios policiais, subscritos por Portugal, nas primeiras décadas do século XX e mesmo na última do século XIX. Embora, com uma indexação pouco clara e, em alguns períodos, não classificada, a documentação ainda assim é fundamental para o preenchimento de determinadas lacunas referentes ao estudo do movimento operário e do anarquismo em Portugal. Uma segunda modalidade de arquivo encontrada em Portugal é a dos arquivos vinculados às universidades. Um dos mais significativos é o que leva o nome do jornalista e anarquista Pinto Quartim e encontra-se no Instituto de Ciências Sociais - ICS. O Espólio contou, para a constituição de seu

corpo documental, com opúsculos, cartas e fotografias que pertenceram ao militante anarquista Pinto Quartin, colaborador da revista de teoria anarquista "A Sementeira", de Lisboa, do jornal sindicalista "A Batalha", do qual chegou a ser redactor, e do jornal anarquista "Terra Livre". Quartin, brasileiro de nascimento, passou a maior parte de sua vida em Portugal tornando-se um importante intelectual e activista do anarquismo na Península Ibérica. Em 1913, por ocasião da explosão de uma bomba na rua do Carmo, foi deportado para o Brasil onde ficou até 1915, por ocasião da obtenção de uma autorização para retornar a Portugal. Foram recolhidos em seu espólio documentos relacionados com o sindicalismo em Portugal, França e Brasil. Muitas fotografias de passeatas, meetings, militantes importantes e congressos operários. Além disso, em função de sua permanência por 2 anos no Brasil, encontramos diversos documentos alusivos às actividades desenvolvidas em colaboração entre os dois países. O volume documental está parcialmente catalogado e, inclusive, parte dele, já engrossa uma base de dados em construção pelos responsáveis do ICS . Os Centros de Estudos, bibliotecas de militantes e organizações anarquistas compõem a terceira modalidade de arquivos de consulta em Portugal. Muito negligenciados por académicos, ou mesmo desconhecidos, esses centros são fundamentais para o levantamento bibliográfico e pesquisas em jornais e documentos. Assim, podemos apontar, como locais de referência, a Biblioteca do Centro de Estudos Libertários, em Lisboa, um excelente espaço para consultas que, entre outras coisas, se destina a encontros de velhos militantes anarquistas, debates e eventos. O CEL, como é conhecido o Centro, abriga o colectivo editorial do jornal "A Batalha" que, após o 25 de abril de 1974, voltou a circular em Portugal. Localizado na margem posterior do Tejo, o Centro de Cultura Libertária, também possui um bom número de jornais, fotografias e livros. Tal conjunto documental passou a existir como resultado de outros acervos particulares, legados ao CCL, pelos frequentadores e figuras históricas do movimento libertário no país. Recentemente, outro centro de pesquisa, ainda em organização, apareceu como promessa de local de investigação e acervo documental variado. A Associação Cultural "A Vida", que publica a revista Utopia, deu início a uma importante empreitada no referido campo da organização e disponibilização de informações sobre a história do movimento anarquista, em Portugal e outras partes da Europa. Desta forma, acreditamos que, as referências feitas nas linhas anteriores, poderão auxiliar os pesquisadores e estudiosos das ideias anarquistas. Pensando sempre na possibilidade de que, com essas rudimentares informações, possamos contribuir para um guia mais consistente de locais e instituições de pesquisa no campo da História Social e do movimento libertário, no Brasil e em Portugal. ⊙

O Único e sua Propriedade

"Eu sou o inimigo número um do Estado, que se vê sempre perante a alternativa: ele ou eu."
Max Stirner

Tiveram de passar 160 anos para que «*O Único e sua Propriedade*», o livro fundador do individualismo anarquista, tivesse uma edição em língua portuguesa. Pelo caminho ficaram projectos anteriores de Roberto das Neves, da Centelha, da Sotavento. Mais recentemente, a Editora Crise Luxuosa, iniciou a tradução do livro de Stirner, tendo em vista uma edição portuguesa. Para lá de todas as polémicas o livro finalmente está aí, numa tradução de João Barrento e com um pósfacio de Bragança de Miranda, que já havia traduzido alguns textos de Stirner nos anos 70.

Quando Max Stirner publicou «*O Único e sua Propriedade*» em 1844 dificilmente teria previsto que o seu livro se iria manter por mais de um século no index dos livros malditos. O escândalo que provocou, bem como as polémicas, que seriam até esperadas dado o contexto do século XIX, onde novas e velhas ideologias e velhas e novas fés se começavam a degladiar, principalmente nas sociedades europeias, não desapareceu de todo. Uma obra que ataque todas as crenças, todas as mistificações ideológicas, só pode causar um terramoto, embora a grande maioria das pessoas, no século XIX, tal como hoje, esteja longe sequer de entender essas polémicas dos pequenos círculos intelectuais avançados e, por isso, a censura alemã acabou possibilitando a circulação da primeira edição do *Único*, após uma primeira decisão de a proibir. Esse é o erro típico dos censores, não compreender que apesar de tudo uma obra subversiva, por mais difícil que seja, irá iluminar os inquietos ao longo dos séculos.

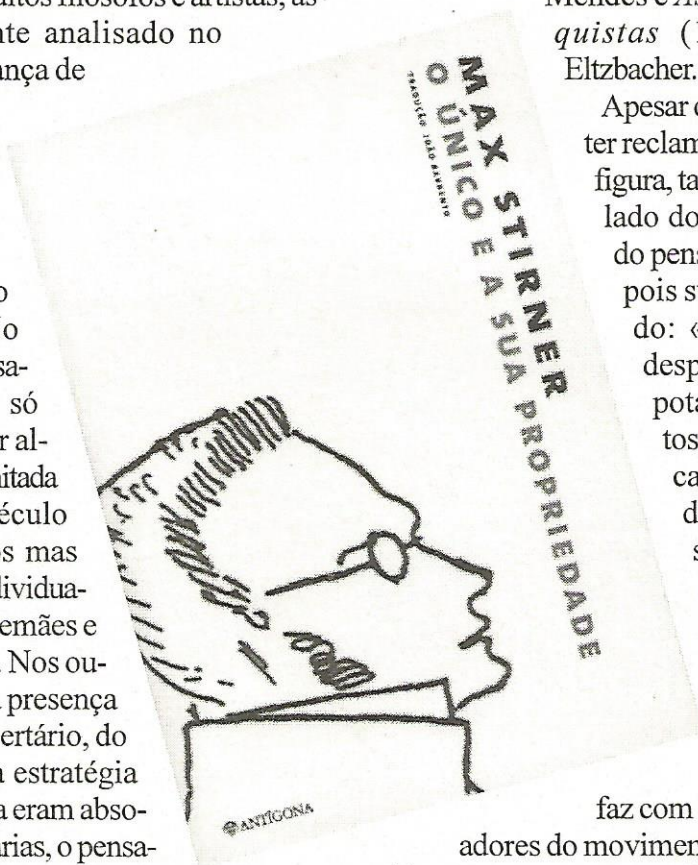
Apesar das profundas transformações sociais e no pensamento do nosso tempo, poucas pessoas estão dispostas a aceitar ainda hoje que a única causa boa é «a minha causa» ou, por consequência, as suas próprias causas... Afinal, através dos séculos foi-nos ensinado que as boas causas são as causas dos outros, principalmente as das grandes instituições sociais: Igrejas, Estados, Partidos. Stirner faz a demolição, pedra a pedra, da religião, do Estado, da política, fazendo do *eu* o centro da sua filosofia. Marx, um teorizador do comunismo, não lhe poderia perdoar tal heresia, *A Ideologia Alemã*, seria uma obra quase totalmente dedicada à crítica feroz de Stirner mas, como permaneceu inédita, os resultados foram nulos, mesmo que algumas dessas críticas também se reflectissem em outros livros de Marx.

Como escreveu Carlos Díaz «temos de reconhecer que poucas vezes ao longo do pensamento filosófico se sustentou uma defesa mais apaixonada, mais titânica e, pode dizer-se, mais feroz do ego, que a levada a cabo por este alemão chamado Kaspar». O *eu* desprezado por filósofos, líderes religiosos e por todas as instituições colectivistas da história aflorava, pela primeira vez, como centro do pensamento moderno: «nada existe acima de mim». Mas a crítica de Stirner não se confunde com o liberalismo burguês onde «a liberdade individual, que o liberalismo burguês vigia

samente, de modo nenhum significa uma autodeterminação totalmente livre», pois «no Estado burguês só há "pessoas livres", que são obrigadas a fazer de milhares de coisas...» e isto se deve a que «o burguês é aquilo que é devido à *protecção do Estado*, por graça do Estado».

A redescoberta de *O Único* por John-Henry Mackay, em finais do século XIX, determinou que a obra viesse a exercer uma influência sobre Nietzsche e muitos filósofos e artistas, assunto amplamente analisado no posfácio de Bragança de Miranda, que se esqueceu, no entanto, de falar de Cioran, um dos pensadores mais originais do nosso tempo. No anarquismo, o pensamento de Stirner só começou a exercer alguma influência limitada no começo do século XX, em pequenos mas activos círculos individualistas franceses, alemães e norte-americanos. Nos outros países, onde a presença do comunismo libertário, do colectivismo e da estratégia anarco-sindicalista eram absolutamente maioritárias, o pensamento de Max Stirner teve poucos leitores e exerceu uma reduzida influência, embora se reivindicassem como seus admiradores alguns dos anarquistas mais originais e combativos de todo o mundo. Talvez por isso escasseiem as traduções, principalmente integrais, do *Único*, um livro denso, de leitura difícil e complexa para ser assimilado por um movimento social que lia quase exclusivamente ópusculos de divulgação teórica e com uma fé renovada num mundo novo, de homens livres e iguais, bem nas antípodas da crítica social de Max Stirner. Mesmo assim algum conhecimento do livro existia no movimento libertário português através de edições estrangeiras e das referências à obra feita em estudos como o *Socialismo Libertário ou Anarchismo* (1896), de Silva Mendes e *As Doutrinas Anarquistas* (1908), de Paul Eltzbacher.

Apesar de Stirner jamais se ter reclamado de anarquista, figura, tal como Godwin, ao lado dos pais fundadores do pensamento libertário, pois sua recusa do Estado: «todo o Estado é despótico, quer o déspota seja um ou muitos...», e sua crítica do capitalismo e de todas as instituições sociais o aproxima da recusa anárquica de qualquer forma de dominação. Mas esta posição *sui generis* também faz com que muitos historiadores do movimento libertário o considerem um caso à parte. É o caso de George Woodcock ou até, como Angel Cappelettit, que chega mesmo a afirmar que «Max Stirner não é a rigor, um fisósofo anarquista, por mais que assim se empenhem em considerá-lo os manuais». É compreensível tal posição, levando em conta que Stirner se presta a várias interpretações, sendo pois um pensador polé-

mico por excelência, que pouco tem a ver com a tradição mutualista, colectivista e comunista de Proudhon, Bakunin e Kropotkin.

Embora Stirner não possa ser reduzido a um egolatrismo obssessivo, ou a um individualismo de tipo liberal, no contexto contemporâneo onde se dá a predominância do egoísmo, narcisismo, e do «cada um por si» burguês, *O Único* pode prestar-se a consolidar o discurso de que não só deus morreu, mas com ele todos os valores e princípios que nos unem enquanto seres sociais. Uma interpretação de Stirner que o aproxima do niilismo absoluto e do solipsismo que seria a legitimação da quebra total das solidariedades sociais, ainda possíveis ou resistentes, ao imparável movimento de atomização social a que o Capital nos submete. Como escreveu Carlos Díaz num dos seus textos sobre Stirner: «Que tipo de associação poderia funcionar com egoistas zelosos de seu próprio eu, sem espaço para o tu...?». Essa é uma das perguntas que ficam após a leitura de «*O Único e Sua Propriedade*».

Apesar de tudo é necessário reler Stirner e afirmar a necessidade de uma componente individualista na grande e complexa diversidade que é o anarquismo, um contrapeso necessário ao excesso de crença e colectivismo do anarquismo histórico, sem esquecer jamais que as utopias, as barricadas e as alternativas só podem ser construções sociais.

Esta é a minha leitura de *O Único*, muitas outras podem existir, mas acima de tudo que cada um leia Stirner para fazer a sua...

Stirner, Max (2004). O Único e sua Propriedade, Edições Antígona.

Manuel de Sousa

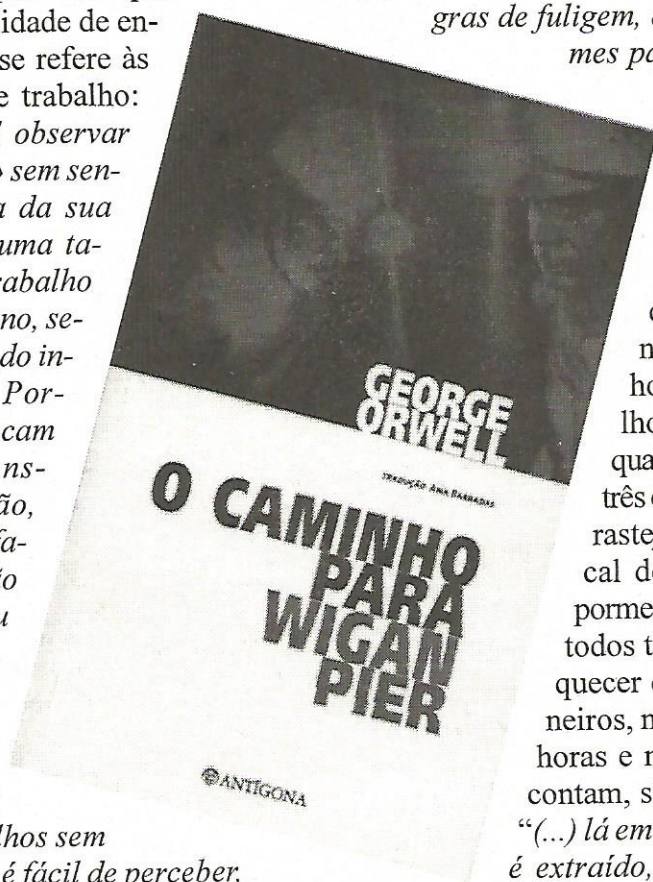
"O Caminho para Wigan Pier" ou um memorando para que a história não se apague?

Ler este livro de Orwell, recentemente editado pela Antígona, mais do que uma viagem no tempo é, antes de tudo, um fresco para que a memória não falhe ou muitos digam que não aconteceu. Pese embora Orwell nos diga que nasceu num meio pequeno- burguês e apesar de referir que jamais podemos sentir o que os outros sentem, pois não conseguimos entrar na pele deles, não foi por isso que não tentou perceber, ao viver de perto, a realidade que o rodeava. Como Orwell nos diz neste livro, teve que ir ao fundo do fundo para sentir na pele as más condições dos mineiros de Wigan Pier, em Inglaterra.

Os tempos não eram fáceis mas eram muito menos fáceis, aliás duros e difíceis, para a maioria dos trabalhadores e, em particular, para os mineiros. Depois de um percurso que de casa à mina podia ser de dois a cinco quilómetros a pé ou de autocarro, ainda tinham, desde que entravam naquelas minas, de percorrer de gatas ou rastejando, talvez um, dois ou mesmo oito quilómetros até chegarem ao local de corte onde estavam a trabalhar: "*(...) a princípio, caminhar curvado parece uma brincadeira, mas uma brincadeira que depressa se torna enfadonha. (...) Não só temos de nos dobrar em dois, como também temos de manter a cabeça sempre erguida, para ver as traves e vigas e esquivarmo-nos delas quando necessário.*"

E a saída das minas? Como era possível depois de tantas horas (três de casa até à mina, mais sete horas e meia de trabalho) ainda terem força e coragem para sair dali, de novo de gatas, para irem, enfim para casa? "*(...) A volta é pior do que a ida, não só porque a pessoa já está muito cansada, como por-*

que o regresso ao poço se faz num sentido levemente ascendente. Avançamos a passo de tartaruga pelas passagens baixas e já não temos vergonha de pedir uma pausa quando os joelhos fraquejam. " E chegados a casa que disposição para fazer mais alguma coisa que não seja comer e dormir?

Orwell faz-nos uma descrição do quotidiano dos mineiros de uma forma fílmica, não esquecendo nenhum pormenor que possa omitir a realidade de então, tanto no que se refere às suas condições de trabalho: "*(...) é impossível observar os «carregadores» sem sentir alguma inveja da sua força. Executam uma tarefa temível, um trabalho quase sobre-humano, segundo os padrões do indivíduo normal. Porque não só deslocam quantidades monstruosas de carvão, como também o fazem numa posição que duplica ou triplica a dificuldade. Têm de estar sempre ajoelhados – nem se poderiam erguer sobre os joelhos sem bater no tecto – e é fácil de perceber, se o tentarmos, o esforço tremendo que isso representa*", como no que se refere aos próprios mineiros. É com muita admiração que Orwell, descendo com os mineiros às minas de Wigan Pier (talvez trezentos a trezentos e cinquenta metros abaixo do solo), descreve aqueles corpos musculados, todos iguais, dos 18 aos 65 anos, porque todos pretos, e como enaltece a sua força: "*(...) parecem realmente feitos de ferro – estátuas de ferro forjado – debaixo da camisa lisa de pó de carvão que os cobre da cabeça aos pés. Só quando vemos os mineiros no fundo da mina, e nus (por causa do calor, variável mas sufocante em certas minas), nos apercebemos de como são esplêndidas as suas formas. (...) É um espectáculo inesquecível – a fila de figuras encurvadas, de joelhos, todas negras de fuligem, a empurrar as enormes pás por baixo do carvão com força e velocidade estupendas.*" Só os mineiros parecem estar talhados para descerem às minas, qualquer um de nós não suportaria as sete horas e meio de trabalho naquelas condições quanto mais percorrer um, três ou cinco quilómetros a rastejar para chegar ao local de trabalho. Parecem pormenores, diz Orwell, mas todos temos tendência a esquecer que, no caso dos mineiros, não são apenas as sete horas e meia de trabalho que contam, são mais, muitas mais "*(...) lá em baixo, onde o carvão é extraído, existe um mundo à parte, acerca do qual muita gente nada saberá ao longo de toda a sua vida. Talvez a maioria das pessoas até prefira nem saber. No entanto, é a contrapartida absolutamente necessária do nosso mundo à superfície. (...) O mesmo se passa com todos os tipos de trabalho braçal; mantêm-nos vivos e esquecemo-nos de que existe*".

Orwell acompanhou não só os mineiros nos seus locais de trabalho, como o fez também nas suas casas, descrevendo as condições de residência com tanto realismo quanto as condições de trabalho. Assim, descreve, sem omitir pormenores, as condições de habitação – sem água e sem luz em casas exíguas para o agregado familiar. Como ser um SER humano naquelas condições? Como foi possível aguentar tais condições de exploração? A indignação de Orwel faz-se sentir em muitas passagens, mas a sua compreensão pelo estar dos mineiros é também incomensurável. De facto, "*(...) pelo que vi, posso dizer que a maioria dos mineiros prefere comer primeiro e lavar-se depois, como me aconteceria, nas mesmas condições. É normal ver-se um mineiro a tomar o seu chá com uma cara de negro de music hall, completamente preto excepto pelos lábios vermelhos, que ficam limpos graças à comida. Só depois se lava...*" Sendo escassas as minas que tinham balneários, também dentro de casa seria quase impossível lavarem-se por completo, uma vez que para além de a água ter de ser aquecida (o que gastava carvão), a sala pequena, onde estão, além da banca da cozinha e uma série de móveis, uma mulher, algumas crianças e talvez um cão, não tem espaço para se tomar um banho como deve ser. Daí que, na sua grande maioria, os mineiros ficam completamente negros da cintura para baixo, pelo menos seis dias por semana. Indigna-se Orwell com os disparates avançados pela classe média como o de dizerem que "*os mineiros não se lavariam como deve ser mesmo que pudessem*", contrapondo que nas minas onde existem balneários, estes são pagos pelos próprios mineiros e praticamente todos os homens se servem deles. Na sua opinião, é mesmo "*(...) surpreendente que os mineiros se lavem com a regularidade com que o fazem, se virmos o pouco tempo que lhes resta entre o trabalho e o sono.*"

Enfim, o trabalho penoso de tantos e tantos trabalhadores, no caso deste livro o dos mineiros, é aqui louvado e descrito para que no futuro a memória retenha as raízes, as origens da era actual. Ainda hoje, e é sobre esse aspecto que Orwell se debruça na segunda parte do seu livro, os trabalhadores e os bairros onde vivem são olhados de lado, como se fosse possível com esse olhar eliminá-los da face da terra, eles de quem todos nós dependemos e que fazemos de conta deles prescindirmos. São ainda uma maioria "silenciosa", porque amedrontada pela sobrevivência, que alimenta a máquina imparável. Foram, e ainda são, desumanas as condições que todos os dias enfrentam para sobreviver (levantar às cinco e seis da manhã para virem das periferias para as cidades trabalhar e voltarem apenas às oito e nove horas para casa), alienados da sua verdadeira condição humana. É sobre todas estas questões que este livro de Orwell nos faz reflectir e revoltar, porque afinal nada mudou, foram apenas alterações físicas, materiais, não de fundo (não é o petróleo e o nuclear, hoje, o equivalente do carvão de então?)

Orwell, George (2003). O Caminho para Wigan Pier, Editora Antígona.

Guadalupe Subtil

Uma Pedrada no Charco

No pobre panorama da crítica radical em Portugal, é salutar e sinónimo de lucidez e revolta ler um jornal como o *Coice de Mula*.

Já há quase cinco anos que esta publicação existe em Portugal, tendo para o efeito sido publicados 6 números. Quando deu à estampa pela primeira vez, se bem que as intenções dos seus editores fosse prioritariamente assumida na divulgação das publicações que tinham um conteúdo radical, demonstrando de forma inequívoca a sua irredutível negação do Estado, do capital, do dinheiro e de qualquer espécie de Deus, o último número está basicamente estruturado no sentido da defesa intransigente desses pressupostos básicos, mas consubstanciado em análises de carácter económico, social, político e cultural.

Entre os vários artigos que integram o jornal Coice de Mula nº 6, parece-me pertinente referir: "Guerra Democrática", "A catástrofe dos incêndios e o sentido da cidadania", "Água: destino incerto e obscuro"; "Amargo triunfo do turismo"; "Turismo e povos indígenas"; "Da subversão da sociedade pela arte à subvenção da arte pela sociedade"; "Queremos que Portugal avance mais"; "Os povos autóctones no ciclo da resistência; e "Psicadelismo".

Uma análise e exaustiva e profunda da totalidade destes artigos levar-nos-ia para um número excessivo de páginas que não cabem numa crítica deste tipo. Por isso, sem querer hierarquizar e sem qualquer juízo de valor para qualquer um deles, debruçar-me-ei sobre aqueles que tratam os grandes dilemas que nos afectam como espécie humana e seres sociais.

Sobre o artigo que analisa a problemática da actual "Guerra Democrática", no meu entendimento, ele explicita de uma forma clara e precisa os contornos políticos, ideológicos e económicos que as guerras modernas assumem. Assim, na opinião de Benilde Pessanha, "a Democracia representativa constitui a mais poderosa organização com vista à implantação estratégica e mundializada da oligarquia contemporânea, cujo centro militar é o Pentágono e está alicerçada no poderio «invisível» das mais avançadas técnicas de condicionamento mental. Da mesma forma que o socialismo era uma bela fraude ideológica, em cujo embuste participavam interesseiramente as elites ocidentais, a democracia é uma sofisticada vigarice, ficção científica para amadores de literatura de cor-de-rosa".

O artigo, "Água: destino incerto e obscuro", da autoria de José Tavares, é um texto muito pertinente, cuja investigação nos elucida e obriga a pensar da nossa trajectória histórica como espécie humana no planeta Terra. De facto a água como elemento vital das nossas vidas e de todas as espécies animais e vegetais tendo sido objecto de uma destruição sistemática e profunda, cuja situação em termos de reprodução biológica das várias formas de vida caminha a passos largos para a morte. Na opinião deste autor, o Estado e a evolução do capitalismo estão na origem desse problema. Como consequência, o "O Banco Mundial prevê desde já que em 2005 três mil milhões de seres humanos irão sofrer com a escassez da água. As doenças transmitidas pela água, sobre as quais é possível exercer prevenção, irão matar entre 10.000 e 20.000 crianças. Milhões de pessoas no Bangladesh e na Índia bebem água contaminada por arsénio. O aumento demográfico nos «países em desenvolvimento» está a acelerar o empobrecimento das reservas de água".

Sobre o turismo leiam-se os excelentes artigos, "Amargo triunfo do turismo", de Hans Magnus Enzensberger, e "Turismo e povos indígenas", do grupo Survival International.

O texto de Hans Magnus Enzensberger é um excelente ensaio sobre o turismo enquanto reflexo do lazer na sociedade capitalista e também como ele revela-se na negação dos que dele nele participam como produtores e consumidores. Hoje, mais do que nunca, o turismo desenvolve-se como um indústria que funciona como anestesia e simulacro para quem o concebe e para quem o consome. Desse modo, para este autor, "O turismo mostra que adquirimos o hábito de admitir uma liberdade que não passa duma impostura; uma liberdade para onde são arrastadas massas de gente e a que nos confiamos, ao mesmo tempo que secretamente a percebemos. Gabando-nos de ter no bolso o bilhete de regresso, confessamos que a liberdade não é o nosso objectivo, que já esquecemos o que ela significa."

Por último, o texto "Turismo e povos indígenas", cuja autoria pertence ao grupo Survival International, é de uma extrema actualidade, porque nos elucida de como o turismo da civilização ocidental tem servido para destruir o equilíbrio ecossistémico dos povos indígenas. E, neste domínio, não se pense que as causas deste fenómeno estão totalmente localizadas na acção devastadora do capitalismo e do Estado. Para esse facto, está na origem o turismo como rolo compressor, mas este tem várias cores e tonalidades. Por essa razão, na opinião deste grupo, "Quanto às empresas de eco-turismo, estas mostram-se muito activas na venda de «turismo ecológico» ao viajante com preocupações ambientais, promovendo a imagem do indígena como «nobre selvagem». Porém, em vez de patrocinar os povos tribais dessa maneira publicitária, devemos vê-los segundo os seus próprios termos, como sociedades dinâmicas e complexas. Como disse Rigoberta Menchú, quíchua da Guatemala e Prémio Nobel da paz, «o que mais magoa ao índios é os nossos trajos serem considerados belos, mas como se a pessoa que os enverga não existisse».

Coice de Mula. Para a Beatificação da Arte Contemporânea, n.º 6, 2003/04.

José Maria Carvalho Ferreira

... sobre o Anarquismo

Edgar Rodrigues é um companheiro que dispensa qualquer apresentação pessoal ou bibliográfica. A sua voz anarquista faz-se ouvir desde muito novo, quando se viu obrigado a fugir do País sob pena de ser apanhado pela PIDE. Emigrando para o Brasil muito jovem, desde então, e quem sabe se não foram os genes, tem dedicado toda a sua vida a uma luta que ainda reconhece sã, meritória e a única capaz de libertar plenamente o homem: a luta pelo anarquismo. E assim mesmo, já com oitenta e tantos anos deu à estampa, em 2003, este seu novo livro *Rebeldias*, onde a denúncia das incoerências políticas, religiosas, sociais e económicas são postas a nu, de forma muito clara e compreensível.

Logo no início do livro a mensagem que nos envia:

"PRECISA DE SER NOTADO?
Não procure o que não gosta nos outros!
Faça alguma coisa melhor! Pratique um gesto nobre de HUMILDADE!
Seja coerente, em teoria e na prática, com as ideias em que acredita!
REPILA O NATIVISMO! SEJA UM LIBERTÁRIO CIDADÃO DO MUNDO!"

Diz tudo de si. Quem de nós é coerente, na teoria e na prática, com as ideias em que acredita? Quantas vezes praticamos actos nobre de HUMILDADE? Quanta sabedoria para se ser assim! Quanta inteligência para discernir o essencial da vida! Edgar Rodrigues, pelo seu percurso libertário poderá ser um estímulo à nossa melhoria pessoal (eu por mim falo), já que a leitura deste livro ensinou-me tanta coisa que desconhecia e que Edgar Rodrigues descreve com pormenor, com conhecimento de causa. Nas crónicas que vai apresentando, algumas dos anos noventa, os temas sobre os quais se debruça são múltiplos, diversos e complexos, sejam eles a violência, a violência doméstica, a corrupção, a incoerência da Igreja, as incoerências Estatais, dos partidos, das empresas, da esquerda e da direita, enfim, sobre tudo o que contribui para a escravidão e exploração do homem pelo homem.

Numa fase em que não se fala de outra coisa senão de terrorismo, medo, massacres, medos, escutas, seguranças e de tantas outras aberrações diz-nos Edgar Rodrigues:

"(...) o homem livre detesta a violência porque sabe que ela só gera ódio e, sobretudo, o firme propósito de desforra; detesta os sistemas governamentais de força, porque não acredita nas soluções estatais e tem consciência de que a liberdade é parte activa do desenvolvimento, do poder criador, constante para evoluir para o aperfeiçoamento das sociedades e dos povos. (...) É a valorização do indivíduo que se terá de promover imediatamente para que a liberdade possa existir em toda a sua plenitude!."

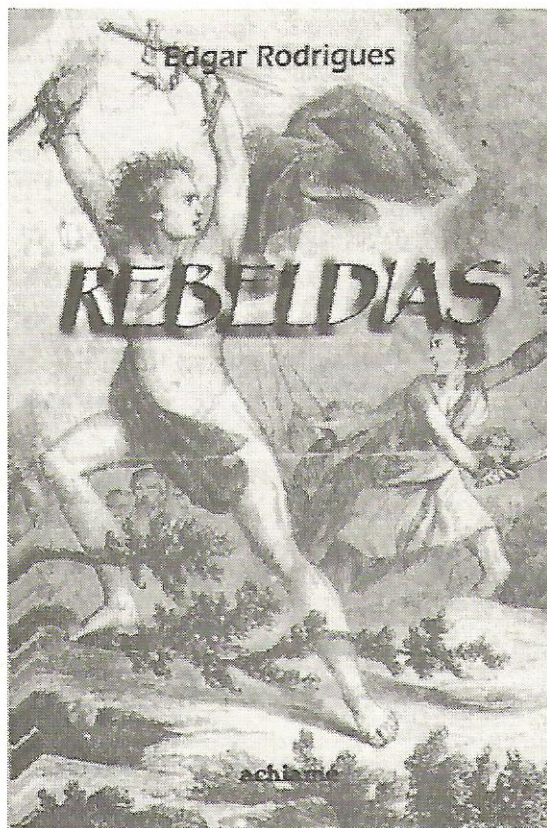
Quem sente esta necessidade de liberdade? Quem a pratica sem violência e sem ódios? Veja-se por todo o lado como a liberdade é imposta, não é conquistada pelas pessoas. Impõe-se-lhes a liberdade que se pretende, que mais não tem senão a forma de conquista, de colonização pela violência, pela prepotência. Não será assim a tão proclamada e desejada globalização = todos terem medo para melhor entrar quem quer entrar?

Mas este é apenas um comentário meu, porque Edgar Rodrigues vai mais além na sua defesa da liberdade plena do homem, porque acredita que o homem só será livre na medida

em que puder viver isento de todos os tipos de pressão: económica, religiosa, política, jurídica, moral e outras. Diz Edgar Rodrigues que "*Sem essa isenção, jamais estará vivendo livremente. Tanto do ponto de vista físico, como intelectual, será sempre uma presa de fácil condução, um ser condicionável à conveniência dos 'líderes'*".

Para o autor, o conceito de liberdade é fundamental para não se recear o que quer que seja. Edgar sente-se um homem livre e defende: "*(...)Para que a liberdade seja real, verdadeira, completa, o homem terá de organizar uma sociedade que a seu tempo desenvolva em cada cidadão princípios capazes de criar os direitos do homem; os direitos iguais na satisfação das necessidades vitais; os direitos iguais no gozo do que existe e se produz independente do esforço humano; os direitos iguais de desenvolvimento e bom aproveitamento da função de pensar, os direitos iguais ao trabalho; os direitos iguais à propriedade, encarada como síntese de reserva económica; os direitos iguais aos meios de garantir e defender os seus próprios direitos!. Eis o que se pode chamar de liberdade!*"

Esta citação contém, para mim, muito do que é o HOMEM Edgar Rodrigues. Pese embora já não esperar ver mudar o mundo no sentido da anarquia, como desejaria, pois muito teria de ser feito em tão pouco tempo o que, reconhece, ser impossível, afirma, contudo, que essa mudança tem de começar em cada um de nós porque "*o anarquismo é a possibilidade da humanidade evoluir para uma sociedade fraterna, livre, uma "ordem sem coacção". (...) O anarquismo é no sentido de uma só pátria, um só mundo, um só cidadão, sem fronteiras, sem estado e sem governo.*" Há, pois, ainda muito que caminhar caminhando, todos os dias, tentando ser coerente com as ideias em que se acreditam. É difícil? Nestes tempos de pressão violenta para se ser produtivo, competitivo, forte, esperto, lunático, inoador, único, individualista, egocêntrico e sei lá que mais? Claro que é difícil, mas há que ter presente que "*o anarquismo é uma possibilidade histórica de uma sociedade e não o que foi ou é o capitalismo, o socialismo real, o escravismo, o feudalismo, ou outras sociedades que existiram na história. Nunca haverá uma sociedade anarquista no sentido de um modelo, uma padronização, pois será sempre objecto de aperfeiçoamento.*" Esta e tantas outras ideias de natureza semelhante expressas ao longo do livro, vão a par com a de-

ncia de situações históricas em que muitos dos anarquistas foram mortos por defenderem este ideal social. Até aos anos sessenta do século XX os tempos não foram fáceis para quem partilhava destas ideias, sobretudo, em Portugal até Abril de 1974. Hoje, se parece mais difícil defender o ideal anarquista pela diversidade de ideias que circulam (por exemplo na Internet), parece ser cada vez mais necessário pensá-lo e praticá-lo, porque muito do circula (informação, discursos, etc.) tem um só objectivo, consumir, simplificar aparentemente a vida de todos. Porém, é o contrário o que se assiste, a vida só é fácil para muito poucos sendo para a maioria muito difícil. Mas é difícil, porque muitos daqueles, mesmo dos que se dizem acratas, se deixam adormecer, se acomodam ao que parece ser mais fácil, deixando, assim, de ser livres.

Foram muitos os ensinamentos que retirei deste livro de Edgar Rodrigues, contribuiu para um maior conhecimento das incoerências religiosas e políticas que proliferam pelo mundo fora. Captar a mensagem que o livro tenta passar, será um desafio a todo o leitor que o pretenda ler até ao fim.

Rodrigues, Edgar*(2003).* Rebeldias, Robson Achiamé, Editor.

Guadalupe Subtil

▶▶

A literacia de um sem-abrigo

Numa era em que se apregoa ser necessário atrair os "cérebros" portugueses que se encontram no estrangeiro, com o isco de se lhes conceder melhores condições financeiras, o que se faz entretanto aos "cérebros" que por cá se têm ou tinham? Muito pouco ou nada. Uma vez mais são apenas discursos e mais discursos de propaganda política.

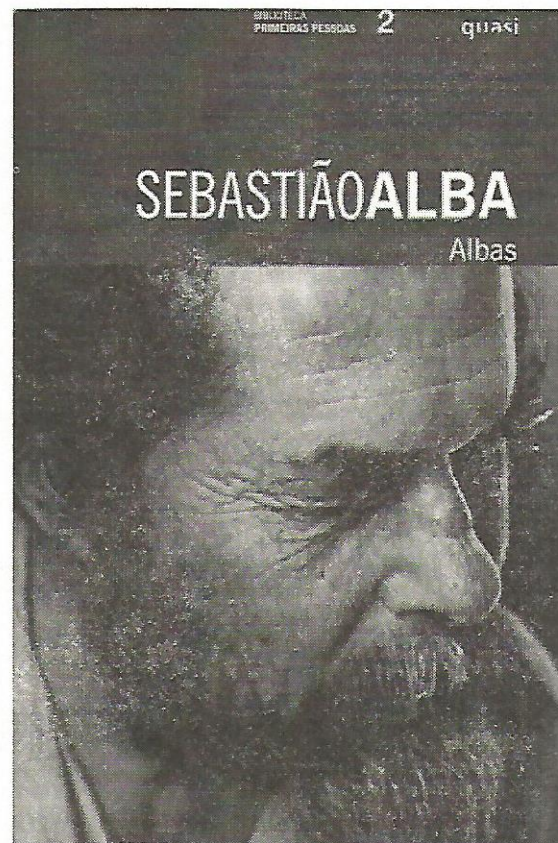
Na verdade, existiu um sem-abrigo – Sebastião Alba - pouco interessando se por opção ou não, que detinha um conhecimento literário, um conhecimento musical, um conhecimento da língua portuguesa que muitos letrados que andam por aí não terão. E quem se preocupou com ele? Mas ele também não queria esse tipo de preocupações, bastava-lhe o seu conhecimento profundo de escritores como Galileu, Tolstoi, Camus, Nietzsche, F. Pessoa, O'Neil, Hemingway, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes ou Antero de Quental de entre tantos, os quais vai citando nos seus escritos de rua enquanto sem-abrigo, escritos agora publicados pelas edições *quasi* num livro póstumo. Estes seus companheiros, o conhecimento que tem deles, diz-nos não só da sensibilidade de Sebastião Alba mas, também, da sua dimensão cultural para além das ideias sociais e políticas que detinha. Sebastião Alba não temia o rumo que escolheu, preferia-o ao de tantos que correm para sítio nenhum pensando que são grandes por deterem um emprego que os aliena e impede de verem e viverem a natureza, o tempo, o espaço, a liberdade que ele tinha.

SÚBDITOS
"A poesia não é só o domínio da língua, até porque ela é indomável. Mas a ternura pelos fracos: as crianças, as mulheres, os velhos já

senis. E os pobres animais bravios.
Às vezes acordo, às 4 da manhã, a pensar em pardais nos ramos, com o bico sob a asa, fustigados pela chuva, à espera de que o sol raie. Quando o vento sopra em rajadas, como baterá o coraçãozinho deles? Já os tenho visto caídos, mortos.
(...)
Súbdito só de quem não reina, aqui louvo os animais. Há, entre mim e eles, uma funda relação de videntes (...).
Albas, pag.39
A última crónica de O'Neil no JL: "(...) o que é na realidade o medo (...) É o imaginado antes do acontecido (...) É essa a vitória do medo: criar paraplégicos trementes (...) Nos transportes públicos, nas repartições, que vemos nós todos os dias? Paraplégicos trementes a entre abençoarem-se. (...) Todos temos medo? Claro. Até o infligimos. Agora há uns que sabem que o medo desdobra um vento bastante mais levantado que ele."
Albas, pag.209

Sebastião Alba terá vivido intensamente, preferindo por companhia um rádio, jovens de rua e a sua sombra. Como da literatura, também os seus conhecimentos musicais vêm da infância. Neste campo, a sua literacia é igualmente profunda e de uma dimensão e sensibilidade pouco usuais, solicitando-nos que não deixemos de ouvir, por exemplo, as *Vésperas Sicilianas* de Verdi, ou a *7ª Sinfonia* de Beethoven, ou os *Caprichos* de Paganini, ou a *Sonata ao Luar* de Beethoven, ou, ainda, o *Requiem* de Mozart de entre tantas alusões musicais que podem retirar-se da leitura deste livro.

REQUIEM KV 626
"Só anjos (estou a pensar em Mozart) suportam a mediocridade sem se matarem. Eu sou uma forma híbrida; tenho um pacto com a terra e já não posso mais.
Aquela flauta no "Requiem" de Mozart não nos dá uma ideia de deus, mas da nossa escalada (infinita) para, enfim, deparar com a sua ausência."
Albas, pag.159

Enfim, são tantas as sugestões que, ler *Albas*, foi, uma vez mais, a descoberta de um ser humano como há poucos, sensível, natural, livre e, sobretudo, livre-pensador e livre-actor.

PAI:

"É um país de comerciantes e clientes. Os camponeses é que se fodem; os operários também, mas é bem feito: têm sindicatos que parecem exisitir só nos meios de comunicação social. E para si próprios. Todos chegaram tarde à política. A maioria vive dela, e os outros são ainda aristotélicos. Os comerciantes são de uma cupidez frenética. Sempre que posso, roubo-os. As esquadras de polícia já não me dizem nada: venho e vou, entro e saio. Mas roubo-os! Os escritores viajam para congressos; hospedam-se (transgridem á noite), recebem prémios, e a Literatura foi dar uma volta."

Albas, pag.95

Sebastião Alba não foi um actor passivo mas, antes, activo. Escreveu/disse sempre o que pensava, de si, dos outros, de nós. Soube onde queria estar e com quem queria estar.

CLUBE...

"Eu fico do lado de fora da porta, enquanto outros entram passando por mim, a ver-me ali. Sorriem; vocês acolhem-nos, a porta fecha-se mas eu sei ler desde os 19 anos. Sei o que eles valem, basta-me, hoje, passar uma vista de olhos pelos poemas que escreveram, no auge, entre os 20 e 30 anos. Não conseguem ir além disso, apesar da escola do auto-elogio, do elogio mútuo, e das publicações que não sei por que vias conseguem.

Do lado de fora da porta é que eu estou bem."

Albas, pag.94

Tinha amigos que preservou (Herberto Helder, Tengarrinha, entre outros.), alguns dos quais o ajudaram muito, apoiando-o sempre. Morreu assassinado/atropelado por um zé ninguém no ano 2000, contudo, a sua voz continua a ouvir-se neste seu livro e a sua actualidade é uma realidade.

Despojarmo-nos de tudo foi a sua mensagem pessoal. A sua mensagem imortal é a da liberdade, a da naturalidade, a da franqueza e a do amor.

"(...) Porque não sei o que pensar de mim, se vocês me desprezarem, sentir-me-ei desprezível; se me estimarem, estimável. Sou quem os que amo (ou detesto) pensam de mim. Pouco mais."

Albas, pag.40

Albas, Sebastião (2003). Alba, Edições quasi.

Guadalupe Subtil

Música

Les Anarchistes é um grupo de oito músicos, e mais alguns convidados, reivindicando-se do anarquismo, que irrompeu pela cena musical italiana como um furacão, tendo ganho o Prémio Piero Ciampi para a melhor primeira obra. Apesar do nome francês, são italianos, mais precisamente de Carrara, região da Toscânia, de grandes tradições na história do anarquismo italiano. ***Figli di Origine Oscura*** (Filhos de Origem Obscura) é um CD com 14 temas, ao longo dos quais as referências, influências e homenagens libertárias são por demais evidentes.

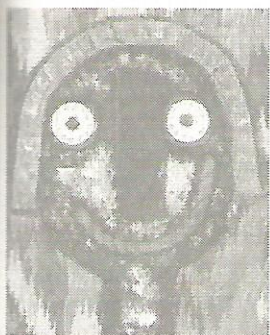
Assim, três versões italianas de canções de Leo Ferré, uma das quais o clássico *Les Anarchistes*; três temas (*Sante Caserio*, *Lacrime e Cundannate* e *Su Fratelli Pugnamo da Forti*) dedicados respectivamente a Sante Caserio (a partir de um texto de Pietro Gori), Sacco e Vanzetti e Carlo Giuliani; três cantos da Resistência anarquista, um dos quais o conhecido *Bella Ciao*, e mais uma mão cheia de canções, sendo uma delas, *The Mask of Anarchy*, cantada em inglês, dão corpo a este CD onde à qualidade dos temas originais, se alia a "modernidade" dada por arranjos musicais com influência de rock e de jazz e que transformam positivamente toda uma série de canções tradicionais que nos habituámos a ouvir com uma determinada sonoridade.

De salientar ainda o grafismo atraente da brochura e onde se procura realçar uma importante iconografia fotográfica e documental, na posse do arquivo do Circolo Anarchico Goliardo Fiaschi, relativa a um passado histórico feito de lutas e de militância altruísta.

Les anarchistes, Figli di Origine Oscura.

Mário Rui

Enrico Baj

(1924 – 2003)

Praticamente desconhecido em Portugal, mesmo nos meios libertários, Enrico Baj foi um artista plástico de renome internacional que esteve ligado a praticamente todos os movimentos artísticos de vanguarda que atravessaram a Europa nas últimas décadas.

Nascido em Milão a 31 de Outubro de 1924, Baj cursou Medicina por algum tempo, acabando, no entanto, por se licenciar em Direito em 1947. Mas pouco tempo dedicou à advocacia. Em 1951 é um dos fundadores do *Movimento Nucleare*; em 1954 funda, com Asger Jorn, o *Mouvement International pour un Bauhaus Imaginaire*; deixou também a sua marca nos movimentos *Cobra*, *Dadaísta* e *Surrealista*. Reivindicando-se de anarco-patafísico, Baj foi um *compagnon de route* do anarquismo, de cujas ideias sempre se considerou próximo e que homenageou com a sua obra *Monumento a Bakunin* (1996). É conhecida a sua ligação afectiva ao movimento anarquista italiano (foi autor, por exemplo, do cartaz que publicitava o Encontro Internacional Anárquico de Veneza de 1984) e, nomeadamente, aos companheiros do Centro Studi Libertari G. Pinelli de Milão.

A denuncia da violência, da guerra, do autoritarismo, da arrogância de qualquer forma de poder e a aproximação às ideias anarquistas assumem particular relevo nalgumas das suas obras mais conhecidas e de maiores dimensões: *Guernica* (1969), *O funeral do anarquista Pinelli* (1972), *O Apocalipse* (1978 – 2001), *Berluskaiser* (1994), bem como a série *Os Generais* (década de 60). Algumas destas obras estiveram durante muitos anos proibidas de serem expostas em Itália.

Foi este artista plástico que nos deixou a 16 de Junho de 2003 e ao qual a revista Utopia presta neste número uma singela homenagem, reproduzindo alguns dos seus trabalhos. ⊙

Mário Rui

publicações recebidas

A
Rivista anarchica mensile, anno 34, nº 297, marzo 2004
Do Sumário: Ai Lettori / Datevi una mossa!; Ma l'anarchia è una cosa seria; Il grande controllo; Non basta ricordare; Gastronomia patriottica; Parmalat & Co.: Operazioni truccate; Una scienza inutile; À nous la liberté; Chiapas: L'arma della memoria contro l'oblio; Rassegna libertaria; ... e compagnia cantante; Tolstoi, gli anarchici e la violenza; Fatti & Misfatti; Letture; Da emigranti a ribelli; La prima volta; Casella Postale; I Nostri Fondi Neri.
Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; Telef: 39.02.2896627
E-mail: arivista@tin.it
Web site: www.anarca-bolo.ch/a-rivista

al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Año XII, nº 48, Invierno 2003
Do Sumário: Editorial; Sobre el miro del voto obrero; La Memòria Rebel; Panoptes; Página antimilitarista; Tiembla Valencia; La escuela que soñamos; El placer de aprender; Hay que impartir una buena educación; Escola pública; El problema de la educación en el anarquismo; Herbert Marcuse: educación y anarquismo; El diccionario del diablo; Las mejores plumas; Cine; Poesia; El anarquismo negativo de Theodor W. Adorno; Esnobisme; Ecus de sociedad; El embudo; Kiosko libertario.
Contacto: C/ Palma 3, 46003 Valencia, España
E-mail: atalmargen@nodo50.org

Bandeira Negra
n.º13, Bahia, Março/Abril de 2004
Do Sumário: Resistir: é o que fazemos todos os dias; "O pecado da cor"; Anarquismo hoje; Voto obrigatório e ditadura da maioria.
Contactos: APPL - caixa postal 053, cep:40001-970, Salvador - Bahia - Brasil
E-mail: exappl@terra.com.br

Bicel
Boletín Interno del Centro de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, nº 15, Março 2004
Do Sumário: Editorial; Nuevos libros y CD publicados por la Fundación; Resenas de otros libros en distribución; Suplemento al catálogo; Reseñas de otros libros, Donaciones económicas a la FAL en 2003; La FAL en los cursos de verano de la Universidad de Alcalá de Henares.
Contacto: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, Paseo de Alberto Palacios, 2, 28021 Madrid, España.

Coice de Mula
Para a beatificação da arte contemporânea
Nº6, 2003 / 2004
Do Sumário: Guerra democrática; A catástrofe dos incêncios e o sentido de cidadania; Água: destino incerto e obscuro; Amargo triunfo do turismo; Da subversão da sociedade pela arte à subvenção da arte pela sociedade; Contra o trabalho, pela vida; Queremos que Portugal avence mais; Os povos autóctones no ciclo da resistência; A mula da droga: psicadelismo.
Contacto: Apartado 21477, 1134 Lisboa Codex, Portugal

Coleccion Urdimbre
Do Sumário: El caos en el pensamento mítico; Salvar las fronteras: oriente-occidente; Los indios y las mascaras del totalitarismo.
Contacto: Suport Mutu, Apartado Correus 639, 12080 Castelló

Collegamenti Wobbly
Per una teoria critica libertaria
Nº 4, Luglio – Dicembre 2003
Do Sumário: Editoriale; Le radici del conflitto USA – IRAQ; Di quella pira l'orrendo fuoco...; Vecchio e nuovo secolo americano; Pausa nella crisi o inizio di un nuovo boom?; Politica di difesa europea: un processo confuso senza democrazia; Dossier Francia; Lo Stato nel "movimento dei movimento"; La logica

del dominio; Impero e i suoi tranelli; Il "Manifesto" di Maroni; Il "debole" riformismo della CGIL; Articolo 30 e la riforma del mercate del lavoro; Appunti sulla memoria; Tolmezzo, una Camera del lavoro; Una polemica di altri tempi; Leggere o rileggere.
Contacto: Vico Condino, 1/6 – 16156
Genova-Pegli, Italia
E-mail: walker10646@fastwebnet.it

Courant alternatif
Mensuel édité par l'Organisation Communiste Libertaire, n° 137, mars 2004
Do Sumário: Editorial; Droite et gauche sous l'étandard du nouvel «idéal républicain»; Vers l'exclusion des sans-papiers de l'accés aux soins; Loi sur la prévention de la déliquance: encore plus fort!; Formation professionnelle: des bourses de travail à la loi Fillon; Au secours! La gauche plurielle revient!; Italie: l'histoire sans fin de la piazza Fontana; Flics, militaires, vigiles... au service des citoyens; Livres; Macédoine: Le business de l'aide humanitaies; Irak: Hold-up sur un pays; Palestine: Le nouveau coup de bluff de Sharon.
Contacto: OCL, c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes Cedex 1, France
Telef: 33.3.88323752
E-mail: oclibertaire@hotmail.com
Web site: http://oclibertaire.free.fr/

El Libertario
Año 8, n° 36, Febrero / Marzo 2004
Do Sumário: Sobre el referendo; Carbón en el zulia; "Consejos" bajo lupa; Influencia del zapatismo; Conferencia de personas anarquistas de color en USA; Pemones piden justicia; Ecologia libertaria; Crónica de una visita al penal de mujeres; Anarkopunk; Noticias.
Contacto: Raúl F., Apdo. Postal 128, Carmelitas, Caracas D.F., Venezuela
E-mail: ellibertario@hotmail.com
Web site: www.nodo50.org/ellibertario/ellibertario

Ezkintka
Aldizkari libertarioa, n.° 31, 2004
Do Sumário: El antimilitarismo en su encrucijada; Contrainformacion: entre lo real y lo virtual; Critica per sogno, parola di John Locke; Enrico Baj: fustigatore del potere; Dopo la rivoluzione mancata: il fascismo; Notizie della cultura libertaria.
Contacto: C.P. 10667, 20110 Milano, Italia
E-mail: libertaria@libertaria.it
Web site: www.libertaria.it

La Campana
semanario de información y pensamiento anarquista, IIª Época, Número 239 // 22.03.2004
Do Sumário: Editorial; Buzón de La Campana; Chatarra ideológica; La semana; Debate al rojinegro: Racismo en los tribunales; Maldita guerra!; Libros; De antologia: El Estado; Informe sobre anarquismo latinoamericano (2); Monstruosidad, manipulación y consecuencias; Cine: Hay motivo; Memoria Libertaria.
Contacto: C/ Pasantería, 1 - 3ª, 36002
Pontevedra, España; Telef: 34.986.863144
E-mail: lacampana@jet.es
Web site: www.lacampana.org

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, n° 1352, du 25 au 31 mars 2004
Do Sumário: Editorial; Changement d'herbage, réjouit les veaux; Mauvaise pêche à Montpellier; Les nouvelles font front; Malaise à l'imprimerie nationale; Pubs et espace public; L'autruche n'est pas allé voter; Y en a encore qui regardent la télé; Retour à Madrid; Les dessous de la lutte contre le terrorisme; Fascistes belges: la xénophobie fait son chemin; La lutte des Mapuches au Chili; Rencontres à Publico; Jésus sur les planches: le clou du spectacle; Au fond du terroir; Agenda; Le mouvement.
Contacto: 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France
Telef. 33.1.48053408

Libertaria
Il piacere dell'utopia
Rivista trimestrale, anno 6, n° 1, Gennaio / Marzo 2004
Do Sumário: Il futuro non è più quello di una volta; Democrazia: così la esportano gli Stati Uniti; Palestina: quella casa della zona C; Droga: il vizio di proibire; A destra di Porto Alegre; Viaggio nell'estrema destra europea; Le rivoluzioni dei revisionisti e la storiografia dei libertari; Se la democrazia è selvaggia profuma d'anarchia; Berlusconi liberale? Nemmeno per sogno, parola di John Locke; Enrico Baj: fustigatore del

potere; Dopo la rivoluzione mancata: il fascismo; Notizie della cultura libertaria.
Contacto: C.P. 10667, 20110 Milano, Italia
E-mail: libertaria@libertaria.it
Web site: www.libertaria.it

Opción Libertaria
Nº 40 / Junio 2003
Do Sumário: Revolución Española 1936 – 1939; Estamos contra las raíces de la guerra; Cambiar el mundo sin tomar el poder; Vigencia de la AIT; La internacional paralela; Proyecto "La Kartonera"; Biblioteca Luce Fabbri; Entre la historia y la libertad; La ley y el orden capitalista; Chávez y los anarquistas venezolanos; Raíces del anarquismo en Perú; Perú en estado de emergencia; Jacobo Maguid; Libros recebidos.
Contacto: c.c 141 / 11000 Montevideo, Uruguay
E-mail: opciolibertaria@yahoo.com

Pandora
Periódico libertario y confederal, nº 32, Febrero 2004
Folha editada pela C.N.T. de Vitoria.
Contacto: Correría 65 bajo, 01001 Vitoria, España; Telef. 34.945.282974
E-mail: vitoria@cnt.es

Polémica
Informatión – Crítica – Pensamiento, Año XIX, nº 80, Diciembre 2003
Do Sumário: Editorial; Un grito en el desierto; Ní putas ní sumísas; Contra el negocio de los viejos; Entrevista a Héctor Grad; Impresiones de un corto viaje a Venezuela; La violencia, sinfonía inacabada; Dossier Crisis de la Democracia Representativa; Vernon Richards; Luís Andrés Edo; Los hermanos Quero: guerrilleros granadinos; Libros; Buzón.
Contacto: Blasco de Garay 2, 08004 Barcelona, España; Telef. 34.934.430469
E-mail: polemica@teleline.es
Web site: www.nodo50.org/polemica

Política Operária
Nº 93, Janeiro / Fevereiro 2004, Ano XVIII
Do Sumário: Ponto de vista; Cartas; O mês em relance; As "grandes esperanças" dos burlões; A caminho do 11 de Março; Lisnave – acidente ou crime?; O preço do consenso; Aljubarrota de novo?; Estado da Nação; BE apresenta as suas alternativas; Debate: "O que falta saber sobre os bascos"; Festa da PO, um êxito que se repete; Lei da imigração: de mal a pior; Muro expulsa palestinianos da sua terra; A Constituição Europeia trocada por miúdos; Jugoslávia volta a inquietar o imperialismo; Direitos da mulher; Da luta de classes ao operário polivalente e multifuncional; Brumas do fascismo; "À luz de uma candeia escura": o zapatismo em questão; LCR repudia a "ditadura"; Tribuna; Visor.
Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa
Telf. 916532471
Web site: www.politicaoperaria.no.sapo.pt

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 84, nº 10, 21 marzo 2004
Do Sumário: La Guerra è Terrore di Stato; Acqua, petrolio e potere - Il "grande gioco" mediorientale; Iraq: Tra equilibrismi politici e terrore di stato; Il nuovo volto della vecchia Alleanza Atlantica; Spagna: La guerra è vostra, i morti sono nostri; La febbre terzana; Strage di Piazza Fontana: Quella bomba? Nessuno l'há messa; Pacifisti guerrafondai.
Contacto: C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia
E-mail: fat@inrete.it

Outros documentos e livros recebidos

Vida de Bakunin
Rudolf Rocker, Edições Pandora, 2003

Bollettino Archivio G. Pinelli
Nº 22 de Dicembre 2003
Boletim do Centro de Estudos Libertários Giuseppe Pinelli

Bulletin of the Kate Sharpley Library
Boletim da Livraria Kate Sharpley, nº 37, January 2004. Informação sobre publicações editadas e disponíveis.
Contacto: BM Hurricane, London WC1N 3XX, England
Web site: www.katesharpleylibrary.net

Carvalho, Silva (2003), *Mediocridade,* Sintra, Edições Aquário.

Carvalho, Silva (2004), *Caos Indelével Inefável,* Sintra, Edições Aquário.

Castro, Sousa (2000), *Caçar a gosto*, Lisboa, Ed. Casa de Fumo.

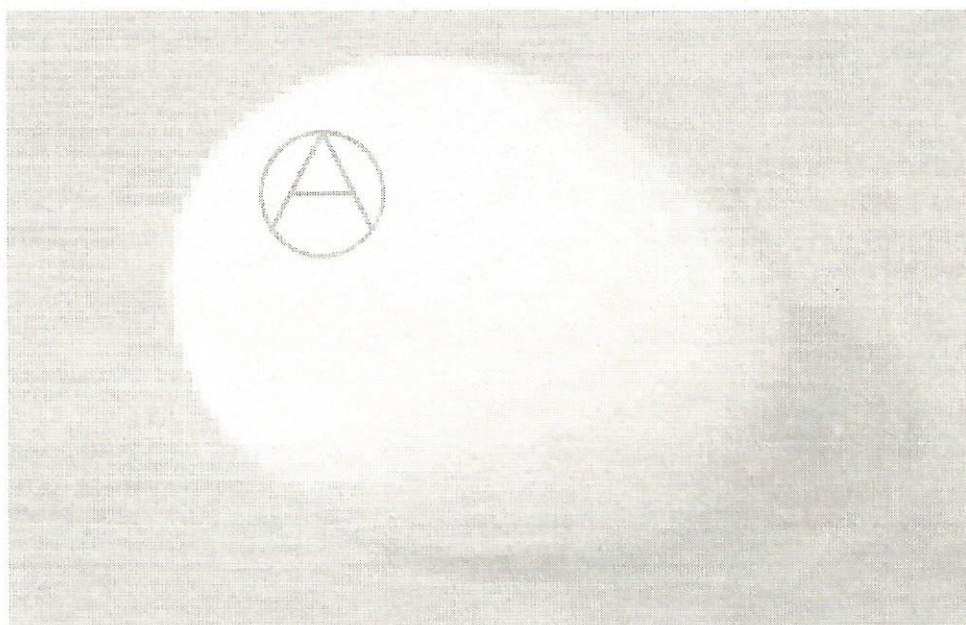
Cruzamentos
Poemas de José Manuel Travado, Edições Fluviais, Lisboa, Janeiro 2004

Díaz, Carlos (2003), *Grandes Momentos del Movimiento Obrero,* (6 volumes), Madrid, Editorial Emmanuel Mounier.

IR
Autor-editor Daniel de Cullá

Los Amigos de Ludd
Boletín de Información Anti-Industrial, nº 6
Contacto: Apdo. 103, 05400 Arenas de San Pedro (AV.), España

Rodrigues, Edgar (2003), *Socialismo – Síntese das Origens e Doutrinas*, Rio de Janeiro, Editora Porta Aberta.

Rodrigues, Edgar (2004), *Rebeldias I,* Rio de Janeiro, Ed. Robson Achiamé.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.